UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CARLOS FREIRE DA SILVA

**Das calçadas às galerias:
mercados populares do centro de São Paulo**

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo
2014

CARLOS FREIRE DA SILVA

**Das calçadas às galerias:
mercados populares do centro de São Paulo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles.

(VERSÃO CORRIGIDA)

De acordo: _____
Profa. Dra. Vera da Silva Telles

São Paulo
2014

FREIRE da SILVA, Carlos. *Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em: 01/09/2014

Banca Examinadora

Profª. Dra. Vera da Silva Telles	Instituição: Depto de sociologia - USP
Prof. Dr. Álvaro Augusto Comin	Instituição: Depto de sociologia – USP
Profª. Dra. Nadya Araújo Guimarães	Instituição: Depto de sociologia – USP
Prof. Dr. Fernando Rabossi	Instituição: Depto de antropologia – UFRJ
Prof. Dr. Jacob Carlos Lima	Instituição: Depto de sociologia – UFSCAR

*Dedico esta tese à família que, nos anos 1970, deixou para trás sua casa na barra do rio
Gavião, sertão da Bahia, e migrou para São Paulo:*

meus irmãos, Claudelande, Ateval e Elisete,

meus pais, Claudionor e Tereza.

Agradecimentos

Agradeço aos ambulantes e aos lojistas das galerias do Brás, da 25 de Março e da Santa Ifigênia, que tantas vezes me receberam em suas bancas, em seus balcões, em seus pontos, compartilhando um pouco de histórias e experiências. Também agradeço aos sacoleiros das excursões, que concordaram em conversar durante suas pausas para descanso. Agradeço aos personagens anônimos desta tese que contribuíram durante a pesquisa de campo.

Agradeço muito à Vera Telles, com quem aprendi intensamente durante mais de 10 anos de orientação. Obrigado pela confiança e pela inspiração intelectual. Agradeço por compor o “grupo da Vera”, cujas discussões, leituras e trocas de ideias muito contribuíram para esta pesquisa. Sou grato a todo o pessoal do grupo: Juliana Machado, Thiago Matioli, Natália Rivera, Taís Magalhães, Bruna Ramachioti, Andrea Roca, Marina Mattar, Douglas Toledo. Agradeço também os amigos Rafael Godoi, junto desde o começo no grupo, ao sujeito periférico Tiarajú D’Andrea e ao parceiro Tiago Cortês.

Ao Robert Cabanes, com quem comecei em Guaianazes, em 2004, e muito aprendi – não apenas sobre fazer campo, mas também por sua postura enquanto pesquisador. Ao Daniel Hirata, parceiro de tantas conversas e idas e vindas ao Brás, interlocutor importante desta tese. Agradeço ainda aos amigos do GENI: Eliane Alves, Zé César, Tati Maranhão, Alessandra Teixeira e Fernanda Matzuda, que, juntos, dedicamos horas e horas ao estudo dos cursos de Michael Foucault.

À Angelina Peralva com quem pude dialogar no princípio desta pesquisa, quando se tratava apenas de um projeto, em 2009, e que me acolheu no período em que estive na França. À Olivier Pliez e Allan Tarrius, que, nas oportunidades que tivemos para conversar, foram sempre bem dispostos a me receber. Ao Christian Azais e à Marielle Pepin-Lehalleur.

Igualmente agradeço à Carlos Alba, com quem aprendido sobre os ambulantes de Tepito e pela oportunidade de realizar uma comparação sobre o tema entre São Paulo e Cidade do México.

À Ching Jing, da Universidade de Hubei, e ao Gao Weinong, da Universidade Jinan, pelo auxílio durante o período em que estive na China. Agradeço ao feliz encontro com Diego Amorim, em São Paulo e do outro lado do mundo. Sem suas colaborações, a viagem não teria sido tão proveitosa.

Aos amigos de toda hora Maurício Acuña e Carlos Carvalho (Gel) por terem lido e discutido alguns capítulos desta tese, mesmo antes de estarem prontos. Agradeço também a grande contribuição de Daniel Ribeiro, pela tabulação de algum dos dados presentes nesta tese.

Agradeço às sugestões e questionamentos de Cibele Rizek e Alexandre Barbosa durante o exame de qualificação. Suas contribuições ajudaram muito na elaboração final da tese. Agradeço também à Isabel Georges e a Luciana Itikawa.

À Ângela e ao Gustavo agradeço pela assistência na secretaria da pós-graduação da sociologia e pela prontidão em sempre ajudar a resolver os problemas burocráticos da vida universitária.

À Gabriela Mainardi pela força nesta reta final, pela paciência e pelo carinho. Um salve à todos os amigos que estiveram comigo ao longo desta empreitada.

Agradeço, por fim, à CAPES pela bolsa de estágio doutoral no exterior e à FAPESP pela concessão da bolsa que viabilizou esta pesquisa.

Resumo

FREIRE da SILVA, Carlos. *Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo*. Tese (Doutorado). 176p. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

Esta pesquisa discute as transformações que vêm ocorrendo nos tradicionais mercados populares do centro de São Paulo (Brás, 25 de Março e Santa Ifigênia), a partir das chamadas galerias e feiras da madrugada. Atualmente, milhares de revendedores, vindos da periferia da cidade, da região metropolitana, do interior do Estado e também de outros estados, direcionam-se a estas regiões em busca de oportunidades de negócios. Além de brasileiros, encontram-se, nesses espaços, bolivianos, chineses, paraguaios, peruanos, libaneses, angolanos, entre outros, atuando seja na distribuição de uma produção local, seja como importadores ou, ainda, como compradores que visam revender as mercadorias em seus países de origem – de modo que esses locais passaram a dialogar de outra maneira com a economia urbana da cidade. As formas de controle e fiscalização que incidem sobre estes espaços também se alteraram, tanto por meio das políticas de formalização de certas práticas, que são toleradas e até incentivadas, como através do recrudescimento da repressão policial, que em determinados comportamentos e práticas passam a ser combatidos e reprimidos. A pesquisa procurou problematizar os agenciamentos locais que se constituem em torno do desenvolvimento desses mercados populares, as formas de regulação, práticas de controle e fiscalização de diferentes agentes estatais e a dinâmica dos atores localmente situados. Trata-se de problematizar tais agenciamentos, como eles se formam no entrecruzamento de circuitos de mercadorias de diferentes procedências, quais são as mediações em jogo e de que maneira eles se conectam com as novas formas de gestão da produção e estratégias de circulação e distribuição comercial.

Palavras Chave: Mercados populares; empreendedorismo; informalidade; migrações; globalização por baixo.

Abstract

FREIRE da SILVA, Carlos. *From the streets to the indoor markets: São Paulo's popular trade areas*. 176p. Thesis (PhD Degree). Post-Graduation Program in Sociology, Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2014.

This research proposes a discussion on the transformations that have been taking place at the popular traditional markets in São Paulo downtown, which are: Brás, 25 de março e Santa Ifigênia, through the so called galleries and late-night-early-morning faires. Nowadays, thousands of resellers, coming from the peripheral areas of town, from the metropolitan region, from inter-state and from other states, go into those areas searching for trade opportunities. Besides Brazilian people, these areas receive people from Bolivia, China, Paraguay, Peru, Leban, Angola, among others, who act as distributors of local produce, importers of products and buyers who aim at reselling the goods in their original countries. This way, these places have started a different dialogue with the urban economy of the city. The control and fiscalization applied to these spaces have also changed, not only through the policies of formalization of certain practices that are tolerated, and even incentivated, but also through the recrudescence of the police repression, in which certain behaviors and practices have begun to be fought against and repressed. This study made an attempt to problematize the local assemblages that constitute themselves around the development of these popular markets, amidst regulation ways, practices of control and fiscalization done by different state agents, and the dynamics of the locally placed actors. It is about problematizing these assemblages, the ways in which they are formed in the intersection of goods circuits coming from different origins, which the mediations in play are and in which way they are connected with the new management forms and strategies of commercial circulation and distribution.

Key words: Popular markets; entrepreneurship; informality; migrations; globalization from below.

Sumário

Introdução	14
Capítulo 1. Mercado e cidade em perspectiva	24
1.1. A cidade como lugar de mercado	24
1.2. Espacialização das trocas, espacialização do Estado	31
1.3. A descrição como aposta teórico-metodológica	35
Capítulo 02. Dinâmicas urbanas do centro da cidade	39
2.1 As políticas de revitalização: o centro em disputa.....	41
2.2 Ponto, localidade e circulação	52
2.3 Balcões de oportunidades	56
2.3.1 Feiras da madrugada.....	63
2.3.2 Galerias.....	71
2.4 As organizações dos ambulantes na ocupação do espaço na rua.....	74
Capítulo 03. Da informalidade ao empreendedorismo: controle, formalização e criminalização	79
3.1 Políticas de formalização: transformando pessoas em empresas.....	85
3.2 Polícia de mercado: a Operação Delegada e a gestão militarizada do espaço urbano	94
3.3 A pirataria: criminalização por demanda e clivagens de mercado	105
Capítulo 04. Mudanças de escala e alterações de rotas nos jogos das trocas	110
4.1 Da fronteira aos portos: de Ciudad del Este à São Paulo.....	117
4.1.1 Dos sacoleiros	117
4.1.2 Aos contêineres das empresas de importação	126
4.2 - Mobilidades comerciais	130
4.3- Conexões Árabes:	137
4.4 - Conexões Chinesas	141
4.4.1 Locadores de pontos, importadores, comerciantes, balconistas	146
4.4.2 Sistema de crédito rotativo ou consórcio financeiro	151
4.4.3 Ativando links na China e circulando pelo Brasil a partir de São Paulo	153
Conclusão	159
Bibliografia.....	164

Lista de mapas, fotos, gráfico e tabelas

Mapa 1: Áreas comerciais da Santa Ifigênia, 25 de Março e Brás	40
Mapa 2: Projetos de Renovação do Centro e intervenções e investimentos públicos pontuais.....	47
Foto 1: Rua 25 de março, vésperas do ano novo de 2010.....	58
Foto 2: Alvorada na Feira da Madrugada da rua do Oriente.	64
Foto 3: Labirintos da Feira da Madrugada do Pátio do Pari.	66
Foto 4: Ônibus de excursão no Pátio do Pari.....	68
Foto 5: Galeria Pagé.....	71
Foto 6: Batalhão do Choque perfilado para dispersar os ambulantes	101
Foto 7: Vendedores ambulantes em manifestação na rua Oriente	101
Foto 8: Loja do antigo presidente da Associação dos Lojistas do Brás (Alobrás), incendiada durante manifestações	102
Foto 9: Shoppings de comércio de eletrônicos no centro de Ciudad del Este	123
Foto 10: Controle de migração, Ponte da Amizade e Ciudad del Este ao fundo.....	125
Foto 11: Um corredor de produtores de bijuterias em Yiwu, China.....	135
Gráfico 1: Comércio varejista em vias públicas na RMSP	100
Tabela 1: Distribuição e frequência dos inscritos no MEI nacional, estadual e municipal.	90
Tabela 2: Frequência das principais ocupações entre optantes do MEI nacional, estadual e municipal	91

Tabela 3: Distribuição e frequência dos estrangeiros inscritos no MEI, segundo nacionalidade	92
Tabela 4: População do Município de São Paulo nascida na China, segundo período e ano em que fixou residência no Brasil (em porcentagem)	142

Lista de Siglas

ACSI – Associação dos Comerciantes da Santa Ifigênia
ALOBRAS – Associação dos Lojistas do Brás
CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas
CNCP – Comissão Nacional de Combate a Pirataria
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPA – Comissão Permanente dos Ambulantes
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
EBP – Estruturadora Brasileira de Projetos
ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial
FACESP – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo
FECOMÉRCIO – Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de SP
GCM – Guarda Civil Metropolitana
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
ISS – Imposto Sobre Serviços
MEI – Microempreendedor Individual
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PM – Polícia Militar
PME – Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
PP – Partido Progressista
PR – Partido da República
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
RC – República da China
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sorocabana
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

RPC – República Popular da China

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequena Empresa

SINDICISP – Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo

SINDIMEI – Sindicato dos Microempreendedores

SINDMICRO – Sindicato dos Microempreendedores Individual e da Economia Informal

SINPESP - Sindicato dos Permissionários em Vias e Logradouros Públicos de Estado de
São Paulo

SINTEIN - Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal

TPU – Termo de Permissão de Uso

UNADEF – União Nacional dos Deficientes Físicos

UNIVINCO – União dos Lojistas da Vinte e Cinco de Março

Introdução

Brás, Santa Ifigênia e 25 de Março, tradicionais mercados populares no centro da cidade de São Paulo, são conhecidos pelos preços relativamente mais baixos e pela diversidade de produtos oferecidos, o que atrai uma ampla gama de consumidores. Isso não quer dizer que apenas a população de menor poder aquisitivo faça parte de seu público; de fato, outra parcela também consome crescentemente nesses espaços, de modo a atender um público muito variado e amplo, marcando a sua popularidade¹. Seu caráter popular não pode ser confundido, no entanto, como sinônimo de espaço de pobreza. Muito pelo contrário. Tratam-se, aqui, de pontos que articulam ampla circulação de riquezas, conectados com a dinâmica global da economia e que vêm ganhando grande importância ao longo dos anos.

Há uma dinâmica urbana que faz desses locais notórios pelo conjunto de suas atividades comerciais e pela multidão de pessoas que anima suas ruas. Existem também muitas imagens veiculadas e repercutidas no cotidiano que associam esses mercados populares à falta de segurança, ao caos urbano – pela aglomeração de pessoas –, ao risco de pequenos furtos, batidas de carteira, e às práticas de “contrabando” e “pirataria”. Por vezes, isso aparece acompanhado de alertas e recomendações para um comportamento mais securitário aos clientes potenciais: “atenção constante a sua bolsa e a seus bolsos”, “exija nota fiscal”, “procure os selos de garantia do INMETRO”, “os produtos piratas podem oferecer perigo”, “o comércio ilegal financia o crime organizado”. Enfim, uma vasta gama de representações, com maior ou menor base real ou imaginada, acaba caracterizando as atividades econômicas cravadas no centro da cidade pelas irregularidades e ilegalismos.

Durante muito tempo, o centro da cidade foi visto como lugar decadente em função da saída de muitas empresas, a partir da década de 1960, rumo ao quadrante sudoeste, em busca de melhores condições de infraestrutura urbana (VILLAÇA, 1998). De tal modo, um

¹ Popular é, aqui, usado no sentido corrente do termo e não como categoria analítica. Centro de comércio popular, ou simplesmente mercado popular, é uma forma usual de caracterização para locais como 25 de Março, Brás e Santa Ifigênia, e também outros espaços de compras na cidade e fora dela. Em geral, denotam aglomerados de pequenas lojas e, frequentemente, concentração de comércio ambulante em determinadas ruas movimentadas com variedade de produtos, de preços relativamente mais baixos e público amplo, não restrito a determinado perfil de renda.

suposto “abandono” das elites pela região central teria favorecido sua ocupação pelo comércio e serviços dirigidos a uma população de menor poder aquisitivo, ao mesmo tempo em que suas ruas passaram a agrupar grandes concentrações de vendedores ambulantes. A partir dos anos 1980, progressivamente essas regiões do centro de São Paulo passaram a ser vistas como “lugares de subemprego”, nos quais camelôs² desenvolviam as suas atividades, circuito de uma “economia de sobrevivência” de uma grande massa de pessoas não inseridas no mercado de trabalho formal (FRÚGOLI, 2000; RAMIRES, 2001). Esses também eram os lugares de consumo da população de baixa renda, em um momento em que nas periferias a disposição de comércio era muito menor.

Meu interesse inicial pelos mercados populares do Brás, 25 de Março e Santa Ifigênia, especificamente, resultou de uma parte do trabalho de campo de minha pesquisa de mestrado³. No trabalho de campo, as galerias e as feiras da madrugada do centro apareciam como lugares de convergência. Em um contexto marcado pela reestruturação produtiva, muitas trajetórias de trabalho recomeçavam ou partiam daqueles pontos. A partir de pequenos investimentos, pessoas que haviam perdido seu emprego e não encontravam trabalho, ou que construíram sua trajetória inteiramente à margem do assalariamento, compravam mercadorias nas galerias ou feiras da madrugada e passavam a disputar um ponto de comércio em algum lugar na cidade. Ademais, pequenos produtores encontravam ali o canal de distribuição para suas mercadorias, muitas vezes migrantes transnacionais que distribuíam uma produção própria ou de artigos importados.

No projeto de pesquisa do doutorado, formulado em 2009, havia proposto realizar um estudo sobre informalidade e as dinâmicas urbanas ligadas aos mercados populares do Brás, 25 de Março e Santa Ifigênia⁴. A ideia era pensar como o debate em torno da

² Embora exista uma diferença entre os termos camelô e ambulante (ao que se poderia acrescentar também o termo marreteiro), eles são usados nesta tese como sinônimos. A distinção não é clara e, na maioria das vezes, ela é usada como equivalente entre eles próprios. O termo camelô é mais informal, por vezes assume um tom pejorativo, enquanto ambulante é mais formal e costuma ser o termo empregado entre os agentes do poder público. Ambos se referem à categoria mais ampla de comércio em vias públicas.

³ Pesquisa iniciada em 2004, com uma bolsa de iniciação científica, e concluída em 2008. Trata-se de um estudo sobre subcontratação e trabalho informal na indústria de confecções. Aproximei-me do tema do comércio ambulante à medida que as oficinas de costura procuravam distribuir sua produção própria por intermédio da feira da madrugada e das galerias.

⁴ Poderia ter incluso, também, a região do Bom Retiro, contemplando assim os quatro polos do “circuito das compras” do centro de São Paulo, que será apresentado no capítulo 2. No entanto, no Bom Retiro, não

informalidade era redefinido a partir de suas conexões com circuitos econômicos globais, a princípio pensados muito concretamente na relação entre vendedores ambulantes e seus fornecedores, das calçadas às lojas de galerias, como expresso no título do projeto⁵. A proposta era de reconstituir os circuitos das mercadorias distribuídas nas ruas. Porém, o decorrer do trabalho de campo me levou a reconsiderar a maneira como estava sendo definida a pesquisa, muito em função das próprias transformações que vêm ocorrendo nestes espaços da cidade.

O comércio, que há muito tempo é uma característica marcante do centro, vem adquirindo outra dimensão na economia urbana. A partir dos dispositivos comerciais das chamadas galerias e das feiras da madrugada, milhares de revendedores em busca de oportunidades de negócios, vindos da periferia da cidade e da região metropolitana, do interior de São Paulo, de outros estados e mesmo de outros países, passaram a se direcionar ao centro de São Paulo. Desse modo, esses mercados populares se tornaram grandes centros atacadistas e espaços altamente valorizados e, concomitantemente, multiplicaram-se as disputas pela ocupação dos espaços e os conflitos com as autoridades públicas.

Lugares estratégicos na distribuição de uma ampla gama de mercadorias, o centro da cidade também viu crescer um grande número de migrantes de diferentes nacionalidades engajados no comércio. Dentre a maioria de brasileiros presentes nas galerias e feiras da madrugada, encontram-se ainda bolivianos, paraguaios, peruanos, chineses, coreanos, libaneses e angolanos, entre outros. Eles atuam seja na distribuição de uma produção local, seja como importadores – ou, ainda, como compradores que visam revender as mercadorias em seu país de origem. Assim, esses mercados populares transbordam amplamente o perímetro local e regional, abastecendo uma extensa parte do território nacional mediante o comércio atacadista. Nessa medida, atraindo milhares de pessoas engajadas no mercado

ocorreu o processo de fragmentação do comércio em galerias da mesma forma que nos outros espaços que delimitam meu recorte empírico. Além disso, as dinâmicas que envolvem outros circuitos alargariam demais a proposta da pesquisa.

⁵ O título do projeto de doutorado era “Dinâmicas urbanas e mercado informal: das calçadas às lojas de galeria”. No decorrer da pesquisa, o subtítulo ganhou outro sentido. No princípio foi pensado como circuito, depois ganhou um sentido também de passagem.

como autônomas⁶, além de algumas localidades de fora do país, o comércio do centro é marcado por uma composição transnacional.

No princípio da pesquisa, pensei essas mudanças como expressão do chamado aumento do consumo na base da pirâmide social, associado ao crescimento real da renda e à queda desemprego no país. Dessa forma, o centro da cidade aglutinaria e expressaria espacialmente esse aumento do consumo popular não só na cidade, mas, de um modo mais amplo, do próprio país, por meio de milhares de pessoas que se dirigem à região cotidianamente. Nesse momento, o economista Marcelo Neri (2010) havia lançado o estudo intitulado “*A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*”, em que, na expressão dele, se “*vestia os óculos contra a miopia*” em relação a uma nova classe consumidora que se expressava no Brasil: “*o tamanho do bolo está crescendo mais rápido e com mais fermento entre os mais pobres*”⁷, dizia Neri (op. cit., p. 11). A “classe C”, definida por Neri a partir de critérios de renda, teria passado a representar 46,24% do poder de compra no país, superando as classes AB com 44,12% do total do poder de compra (op. cit., p. 15).

No entanto, algo mais do que apenas o aumento de demanda decorrente da renda estaria em curso. Pois elas também vinham acompanhadas de alterações na base da estrutura ocupacional, como demonstra Marcio Pochmann (2012). Ao analisar a composição da estrutura social do que seria a “nova classe média”, Pochmann (op. cit.) argumenta que estaria ocorrendo uma transformação justamente nas ocupações da base da pirâmide social, com o crescimento dos empregos, da renda e mesmo da formalização. O autor destaca especificamente o trabalho para as famílias (emprego doméstico), trabalho temporário, trabalho terceirizado e trabalho em atividades autônomas. Particularmente, o crescimento do trabalho autônomo comunica-se com o que com o que é tematizado nesta pesquisa. Segundo os dados apresentados por Pochmann (op. cit, p. 78), com base na

⁶ Autônomo equivale à categoria utilizada pelo IBGE para classificação da ocupação do trabalhador por conta própria, pessoa que trabalha explorando seu próprio empreendimento, sem vínculo empregatício.

⁷ A partir de informações da PNAD, o autor identificou que houve um aumento da renda *per capita* mais elevado entre a população mais pobre no período de 2001 a 2009: os 10% mais pobres apresentaram uma variação de 6,79% da renda *per capita*, diminuindo progressivamente esta variação até 1,49% entre os 10% mais ricos. Seguindo uma definição de classe por faixa de renda, 29 milhões de pessoas teriam ingressado no que ele definiu como a nova classe média, passando a representar 50,5% da população segundo a pesquisa em 2010 (NERI, 2010, p.11-2).

PNAD, o trabalho autônomo corresponderia a 22,9 milhões de ocupados no país em 2009, quase um quarto do total dos ocupados⁸.

Enfim, o consumo popular havia sido colocado em debate juntamente com certa celebração do chamado “empreendedorismo popular”. Mais do que apenas o registro de um aumento de demanda, decorrente do crescimento da renda entre a população de menor poder aquisitivo, o consumo popular foi colocado como fronteira de expansão econômica, campo de ampliação para novos mercados a serem produzidos e disputados. Tendo isso em vista, as formas de controle e fiscalização que incidem sobre esses espaços também se alteraram, tanto com as políticas de formalização, através da figura do Microempreendedor Individual⁹ e toda a promoção em torno do empreendedorismo popular, como também o recrudesimento da repressão policial, especialmente contra o comércio ambulante, sob a prerrogativa do combate à chamada “pirataria”.

Durante o trabalho de campo, acompanhei junto aos ambulantes o recrudesimento na repressão as suas atividades. Por vezes, até com ameaças do completo banimento de sua presença nas ruas e mesmo cassações das permissões para exercer a atividade daqueles que estavam regularizados. Isso não era exatamente uma novidade. Ameaças contra vendedores ambulantes foram recorrentes na cidade de São Paulo ao longo de todo século XX (PAMPLONA, 2004; COSTA, 1989). Entretanto, esse aumento da repressão das autoridades públicas aos trabalhadores de rua vinha acompanhado de outras dinâmicas em curso. Todos esses espaços estão passando por um rápido processo de transformação, visível no próprio transcorrer da pesquisa, não tanto em termos de uma mudança do público e das formas de uso e ocupação dos espaços que ali se apresentam, mas, sobretudo, em relação à escala dos fluxos. O circuito mais amplo de pessoas que, assim como ambulantes, procuram o centro de São Paulo para abastecer seus microempreendimentos tem sido o grande fator das mudanças em andamento nesses lugares.

⁸ Pochmann ressalta, ainda, que esse aumento seria mais expressivo no meio urbano não metropolitano, onde eles corresponderiam a 47% do total dos autônomos no país, em 2009, contra 23,5% no meio urbano metropolitano e 29,5% no meio rural (2012, p. 82).

⁹ Conhecido pela sigla MEI, trata-se de uma figura jurídica criada em 2009 com a finalidade de formalizar, enquanto empresas, trabalhadores autônomos com rendimento de até 60 mil reais anuais. Esta política será discutida detalhadamente no capítulo 3.

O crescimento da importância dessas regiões como lugares de capitalização para o trabalho autônomo de milhares de pessoas, de vários lugares do país, tem muitas implicações em como os ambulantes se organizam nesses espaços. Isso, na medida em que os ambulantes se inserem em uma dinâmica mais ampla, das muitas pessoas que procuram fazer do engajamento no mercado enquanto autônomas o seu meio de vida. Muitos desses pequenos revendedores se articulam justamente a partir dos mercados populares de São Paulo, polo que extravaza amplamente o perímetro local da região metropolitana. O próprio interesse dos agentes do mercado imobiliário e das autoridades públicas pela área central da cidade se alterou bastante; essas áreas passaram a entrar no foco das intervenções da gestão urbana fazendo os conflitos por “um lugar ao centro” se multiplicarem.

A ideia de partir da categoria informalidade mostrou-se um problema no decorrer da pesquisa. Em primeiro lugar, tomar a informalidade como ponto de partida e como referência central implicaria em uma forma de delimitar a pesquisa que não contemplaria a dinâmica que foi tematizada pelo trabalho de campo. O debate em torno da categoria informal foi completamente redefinido ao longo dos anos, em muito perdendo o seu valor heurístico e eminentemente crítico, como demonstra Luis Antonio Machado da Silva (2002). As mudanças normativas nas formas de regulação dos mercados também têm um peso importante para repensarmos essa categoria. A informalidade deixou de ser unicamente um conceito do debate acadêmico; atualmente, o informal está inteiramente presente no léxico e nas práticas de governo. Nessa medida, a informalidade deve ser pensada não como a ausência do Estado, mas sim como as margens definidas pela sua própria ação (DAS & POOLE, 2008). Foi necessário recolocar a discussão sobre informalidade em outra perspectiva, de modo a descrever como se operam essas distinções no mercado a partir da relação com o Estado em suas práticas de governo.

Dessa maneira, acabei por redefinir o recorte da pesquisa de maneira um pouco mais ampla, considerando tanto as dinâmicas entre as formas de distribuição nas galerias, feiras da madrugada e no comércio ambulante, quanto o circuito dos pequenos revendedores – que se abastecem no centro da cidade –, igualmente analisando as formas de controle e as práticas de governo que incidem sobre esses lugares. Considerei também a economia urbana que se desenvolve em função dessas dinâmicas, como os estacionamento para os ônibus de excursão, alguns hotéis e o próprio mercado imobiliário ligado ao comércio. Em

torno desses dispositivos, no Brás, 25 de Março e Santa Ifigênia, pode-se observar toda uma ampla circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro que compõem estes mercados enquanto campo de disputas, negociações, acordos e conflitos. Assim sendo, a pesquisa se desenvolveu a partir e por meio desses elementos. De modo algum a intenção foi abranger toda a dinâmica econômica das regiões pesquisadas – como o comércio tradicional e as lojas de armário, por exemplo –, mas apreender como os elementos acima citados têm implicado em grandes mudanças nas áreas consideradas.

Nesta pesquisa, a própria noção de mercado ganhou centralidade. Penso aqui em termos de formação de mercados, como eles se territorializam em determinados espaços da cidade, na perspectiva da espacialização das trocas, tal qual desenvolvida por Fernando Rabossi (2004; 2004b). Não se trata apenas de situar as práticas econômicas no espaço, mas sim descrever a diversidade de atores e práticas que compõem os mercados em suas territorialidades. Pensar os mercados do ponto de vista de suas formas de territorialização implica considerá-los, em uma perspectiva política, como campo de disputas, negociações, articulações e conflitos. Não somente uma disputa em torno dos recursos econômicos, mas também em torno das regras, normas e formas de controle. De acordo com Vera Telles (2012), devemos pensar os agenciamentos práticos que viabilizam e canalizam a circulação de dinheiro, mercadorias e pessoas por determinados espaços da cidade, na articulação entre as formas lei e a maneira de aplicá-las ou não, nas dobras do legal e ilegal.

Destarte, procuro pensar o mercado não a partir do modelo abstrato e matemático, como definido na teoria marginalista do valor – não se trata de uma mensuração ou de uma avaliação de comportamento de demanda ou oferta. Também não mobilizo uma concepção mais institucional, que consiste em pensar o mercado a partir de pressupostos normativos que conduziram seu desenvolvimento. Quando fazemos uma análise qualitativa de um mercado concreto de maneira situada, vemos que concorrem para sua formação muito mais do que o encontro entre oferta e demanda por bens e serviços através do mecanismo de preços. Mais do que isso, vemos a maneira como as regulações e as formas de controle, assim como as estratégias para contorná-las, estão imbricadas na constituição dos negócios e fazem parte constitutiva do campo das disputas.

Nessa medida, a pesquisa busca analisar os agenciamentos locais que se constituem em torno do desenvolvimento desses mercados populares: entre as formas de regulação, as práticas de controle e fiscalização de diferentes agentes do Estado e a dinâmica dos atores localmente situados. Trata-se, então, de problematizar esses agenciamentos, como eles se formaram no entrecruzamento de circuitos de mercadorias de diferentes procedências, quais são as mediações em jogo e de que maneira eles se conectam com as novas formas de gestão da produção e estratégias de circulação e distribuição da economia globalizada.

Assim, a tese está estruturada em quatro capítulos. No capítulo 1, apresento a perspectiva teórica que orienta a tese, pensando cidade e mercado em perspectiva. Para tanto, exponho a relação entre mercado e cidade em um registro bem diferente da teoria econômica marginalista, na qual o mercado aparece como modelo abstrato e matemático de alocação de recursos escassos. Aqui, discuto como as trocas se desenvolvem enquanto relações de poder, como campo de negociações e conflitos que fazem parte do mercado e não são exteriores a ele (WEBER, 1999a). Depois, procuro fazer uma discussão mais circunstanciada em torno da constituição dos mercados em suas territorialidades, na relação entre espacialização das trocas e a ação do Estado. A partir disso, busco analisar como as distinções entre formal e informal, legal e ilegal são produzidas na ação do Estado.

No capítulo 2, desenvolvo uma caracterização detalhada das dinâmicas urbanas do centro de São Paulo, que são o tema desta pesquisa. Apresento as regiões em questão, discutindo o chamado “processo de degradação do centro”, com a sua apropriação pelo comércio popular a partir dos anos 1970, e os conflitos gerados pelos atuais projetos de revitalização da área, que se tornaram focos de interesse da gestão urbana. Depois, discuto o circuito de milhares de pessoas engajadas no mercado enquanto autônomas que procuram, cotidianamente, a região central de São Paulo para abastecer seus empreendimentos. Muitas pessoas buscam no centro oportunidades ligadas ao comércio de artigos populares. Esta dinâmica constitui um dos principais fatores das mudanças que estão ocorrendo na região. Assim, descrevo alguns dispositivos ligados a tal dinâmica, como as galerias, feiras da madrugada e comércio ambulante.

No capítulo 3, discuto o tema das formas de controle e fiscalização que incidem sobre esses espaços. Trata-se, principalmente, de problematizar o deslocamento da

problemática da informalidade para o empreendedorismo – tal qual proposto por Luis Antônio Machado da Silva (2000) –, mas aqui pensado a partir das políticas de formalização e práticas de governo que visam o aperfeiçoamento das formas de controle sobre esses mercados. Nesse registro, discuto a aparente contradição entre dois movimentos de incentivo e repressão. Ao longo do capítulo, descrevo como, de um lado, há um conjunto de políticas que visa a incentivar o chamado empreendedorismo, enquanto, do outro, há um aumento da repressão policial, particularmente contra os ambulantes. Discuto, a partir disso, as políticas de formalização através da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI) e os incentivos através de programas de microcrédito. Em seguida, passo a analisar o recrudescimento da ação policial militar contra os vendedores ambulantes através da “operação delegada”. Por fim, analiso mais especificamente a questão da pirataria, haja vista que esse é um dos artifícios muitas vezes utilizados pelas autoridades públicas para justificar as intervenções nos espaços. Problematizo, ainda, a criminalização mobilizada com a ideia de pirataria e como isso opera por clivagens de mercado.

O capítulo 4 apresenta um exame mais detido sobre o que vem sendo chamado no debate acadêmico de “globalização por baixo” (PORTES, 1997; TARRIUS, 2002; MATHEUS & VEGA, 2012) ou globalização popular não hegemônica (RIBEIRO, 2010). Analiso algumas alterações de rota e mudanças de escala nos fluxos comerciais da região. Trata-se de discutir os fluxos transnacionais que se articulam a partir desses mercados do centro da cidade. Apresento algumas mobilidades migratórias que se desenvolvem nesses locais e a grande diversidade de origens das pessoas que ali atuam – com destaque para chineses. No primeiro tópico, abordo a mudança de rotas: da fronteira com Ciudad del Este aos portos de Santos, Paranaguá e Rio de Janeiro, discutindo como houve um deslocamento de fluxos, a partir da abertura econômica, em 1992, quando muitos chineses mudaram-se de Ciudad del Este para a capital paulista ou que já vinham diretamente da China e passaram a atuar nas galerias do centro de São Paulo. Processo que se intensificou bastante na última década, com a multiplicação das empresas de importação nos arredores da 25 Março. Após essa discussão, no subtítulo mobilidades comerciais, discute-se a diversidade de grupos de migrantes que atuam nas galerias e nas feiras da madrugada, com diferentes circuitos de mercadorias, produzidas na própria cidade, no polo têxtil de Pernambuco ou importadas da

China. Examino as diásporas comerciais de sírio-libaneses e, mais detidamente, de chineses e como elas colaboraram para a formação dessa dinâmica de mercado.

Capítulo 1. Mercado e cidade em perspectiva

1.1. A cidade como lugar de mercado

O debate teórico sobre mercado¹⁰ na sociologia é, em larga medida, informado pelas análises de Max Weber (1999a), presentes, sobretudo, no capítulo “Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica” e, ainda, no capítulo inacabado intitulado “Mercado”, ambos no volume I do livro *Economia e Sociedade*. De acordo com Weber, podemos falar em mercado sempre que, em pelo menos um dos lados, exista uma pluralidade de interessados que competem por oportunidades de troca. Destaca-se que, segundo o autor, quando isto ocorre em um determinado lugar, resulta a forma mais consequente de sua constituição, que possibilita o pleno desdobramento do regateio, fenômeno específico do mercado. De um lado, o mercado representa a “coexistência e a sequência de relações associativas racionais” orientadas pelo interesse na troca (op.cit., p. 410). Porém, os interessados na troca não se restringem àqueles que participam diretamente do ato em si, dado que a relação está orientada, também, pela ação potencial de outros atores. Assim, por outro lado, o mercado igualmente se caracterizaria como relação comunitária por orientar-se pela ação potencial de uma pluralidade indeterminada de outros interesses, também concorrentes.

¹⁰ Na teoria econômica marginalista, o conceito de mercado ocupa um lugar central e é definido como a alocação de recursos escassos por meio do mecanismo de preços. Mercado, nesse caso, não se refere à descrição de fenômenos concorrenciais concretos; tornou-se, antes, uma referência analítica abstrata e formal. Conforme analisa Pierre François (2008), no modelo econômico clássico, a partir da obra de Adam Smith, a questão central era a divisão do trabalho e a produção do valor. Segundo o autor, o mercado tinha um lugar secundário na teoria econômica e era pensado mais como realidade concreta que, inclusive, poderia produzir distorções de valor. Ainda segundo François, a partir da segunda metade do século XIX, em diferentes centros europeus (como Inglaterra, Áustria e Suíça), desenvolveu-se um passo radicalmente novo da ciência econômica, no qual o mercado torna-se a noção central da disciplina. A questão não era mais como se produz o valor, mas como o valor oscila segundo relações de oferta e demanda ou, em outras palavras, a utilidade marginal decrescente a cada acréscimo unitário de um determinado bem. Ademais, o que se colocava em perspectiva não eram as trocas em si, mas as condições de funcionamento otimizadas do mercado, isto é, o ótimo alocamento de recursos segundo um padrão ideal de concorrência perfeita. De acordo com François, essa concepção de mercado foi, desde então, a forma central para se pensar a alocação de recursos no seio das economias ocidentais, além de se tornar o mecanismo a partir do qual todas as outras instituições (empresas, organizações e Estado) passaram a ser mensurados. Em *Nascimento da Biopolítica*, Michael Foucault (2008) analisa, a partir de uma perspectiva crítica, como essa forma de pensar o mercado se tornou um princípio de racionalidade de governo – particularmente, na segunda metade do século XX, a partir do *ordoliberalismo alemão* e do *neoliberalismo norte-americano*. Nesses casos, o mercado é colocado como modo de verificação, ou seja, a ação mínima necessária do Estado é avaliada a partir de seus efeitos de mercado, princípio que baliza a governamentalidade neoliberal.

Segundo Weber, é pelo interesse das partes na continuidade das trocas que decorre a observância de garantias mínimas, tendo em vista a possibilidade de trocas futuras – e este seria um aspecto constitutivo das relações sociais de mercado. Para o autor, no mercado, tanto o regateio como o uso do dinheiro requerem ou fundam uma comunidade ao referirem-se à ação potencial de outras pessoas. No caso do uso do dinheiro nas trocas, isso só é possível pela expectativa de que ele possa continuar sendo usado em trocas futuras. Assim, mercado não se confunde com a simples troca (que acabaria no ato da troca em si), sendo, portanto, marcado pela normalidade, regularidade e previsibilidade do conjunto dos que competem por determinadas oportunidades de trocas. Esta concepção diferencia-se e distancia-se da analogia que faz de tudo mercado – ao colocar qualquer forma possível de troca como seu sinônimo. Ora, é a relativa recorrência das trocas e sua continuidade no tempo que caracterizam um mercado.

O mercado para Weber é, então, uma forma de relação social que não estaria restrita às fronteiras de povoado, sangue e tribo, seria originalmente a única relação formalmente pacífica desse tipo. Trata-se de uma relação aberta a não companheiros, estrangeiros e estranhos, orientada especificamente pelo interesse nos bens da troca. Weber ressalta que as trocas no mercado guiam-se preferencialmente para fora da comunidade e de todas as associações de caráter pessoal¹¹. Por isso mesmo, o espaço das trocas seria um lugar de diversidade¹².

A grande virtude da formulação de Weber é fornecer uma perspectiva de análise que não esteja reduzida a relações binárias entre compra e venda. O mercado não se limita

¹¹ A produção social dos mercados é o tema central desenvolvido na “Nova Sociologia Econômica”, particularmente com Mark Granovetter (1973). Em larga medida, Granovetter analisa os problemas colocados pelo modelo abstrato e formal de mercado, da teoria marginalista, e a proposta de aprimoramento sociológico do modelo econômico a partir de uma releitura do conceito de enraizamento (*embeddedness*), de Karl Polanyi (1980), e de sua formulação teórica sobre redes sociais.

¹² Tanto a ideia de pluralidade de interessados quanto à de relação aberta a não companheiros como características do mercado têm implicações críticas importantes para a maneira como ele vem sendo pensado na nova sociologia econômica, sobretudo com a grande influência na noção de rede, a partir dos trabalhos de Mark Granovetter (1973). As redes sociais são boas para pensar como se estruturam ora componentes específicos da oferta, ora componentes específicos da demanda, principalmente na análise do desempenho econômico de indivíduos ou grupos com a mobilização de seus vínculos de proximidade. No entanto, as redes sociais não são suficientes para estruturar em si um mercado, pois se concentram na associação de interesses, na cooperação e pouco problematizam a competição, as disputas, as relações de poder, além das estruturas de Estado. Para uma análise crítica da noção de rede e da nova sociologia econômica de Granovetter, ver as contribuições de Cécile Raud-Mattedi (2005).

ao ponto de encontro entre quem oferece e quem procura; a pluralidade de interessados vai muito além da relação entre aqueles que participam diretamente no ato da troca. Pierre François (2008) argumenta que uma das implicações para a análise, segundo a formulação de Weber, é a necessidade de descrever minimamente os contornos dos mercados, a população que o constitui e dá corpo, os produtores, os compradores e os comerciantes em relação. O mercado é analisado morfológicamente como configuração estável e específica de relações entre atores. Para François, a definição de Weber abre uma revisão dos mercados como campos de práticas e de uma sociologia de seus atores. Os mercados não repousam unicamente sobre atos de trocas pontuais, pois eles desenham um espaço comum composto de relações entre os atores (reais ou potenciais) que têm interesse nas trocas. A estrutura do mercado é mais complexa do que um cálculo racional fundado em uma relação bilateral. Os mercados, nessa perspectiva, são campos de lutas e de compromissos entre interesses diversos que competem por oportunidades de troca, por chances, por possibilidades de aquisição e circunscrevem “constelações de poder”, nos termos de Weber.

Tal formulação contrasta com o lugar que a ideia de mercado ocupou na sociologia, sobretudo quando se reduz a mesma a uma dimensão ideológica da esfera da circulação, no qual os indivíduos se relacionam por intermédio das trocas formalmente como iguais. Igualdade esta que se expressa no direito civil, responsável por regular as relações entre figuras formais do mesmo *status* jurídico. Subjacente a isso estaria à ideia de troca de equivalências, que vem dos economistas clássicos e da teoria do valor do trabalho. Portanto, nessa perspectiva, a ênfase está na produção, na qual está localizada a apropriação desigual da riqueza gerada pelo trabalho, ou seja, o lugar da exploração do trabalho. No mercado, as mercadorias realizam o seu valor expresso, momentaneamente, em seu equivalente em dinheiro, o preço; e as desigualdades se reproduzem na aparência formal de uma relação entre iguais. Nessa medida, o campo das trocas é problematizado geralmente a partir da categoria circulação, e não pela categoria mercado.

Em Max Weber (1999a), o mercado tem um lugar totalmente diferente. Ele está longe de ser um espaço de igualdade formal que apenas reproduz a dinâmica social da produção; pelo contrário, ele tem um papel central nas formas de diferenciação social, na gestão aquisitiva, na apropriação desigual, na exploração do trabalho e na própria ideia do cálculo racional em dinheiro, entre outras coisas. Para Weber, o dinheiro não é inofensivo e

os preços são marcados pela luta entre os homens, uns contra os outros. O cálculo racional em dinheiro é orientado pelos preços provindos dessa luta e de compromissos entre interesses diversos que ocorrem no mercado.

Ademais, o mercado é um espaço de desigualdades que tem a violência potencial do Estado como garantia. A característica sociológica da gestão das atividades econômicas, para Weber, é o poder de disposição sobre bens, serviços e até sobre a própria força de trabalho, na garantia política que protege as relações.

Toda política racional serve-se da orientação econômica em seus meios, e toda política pode pôr-se a serviço de fins econômicos. Do mesmo modo, a economia – nem toda, mas nossa economia moderna, em nossas condições modernas – precisa da garantia de poder de disposição pela coação jurídica do Estado. Isto é: pela ameaça de eventuais medidas coativas para garantir a manutenção e aplicação dos poderes de disposição formalmente ‘legítimos’ (Weber, 1999a, p.38).

Há uma dimensão política inerente a constituição dos mercados. As regulações, longe da expressão natural de racionalidade econômica, são expressões da dimensão política da constituição dos mercados. Para Weber, a regulação representa, portanto, a situação em que estão materialmente limitadas a mercantilidade de possíveis objetos de troca e a liberdade de mercado para possíveis interessados. O sentido das regulações de mercado cresceu com a ampliação da liberdade de mercado e da universalização da mercantilidade, afirma Weber (op. cit., p.51).

Nessa medida, as regulações só podem ser vistas como limites à liberdade de mercado se por limites entendermos os seus contornos, suas formas. Podemos dizer que a ampliação das liberdades de mercado e as regulações caminharam juntas porque as regulações produzem a liberdade de mercado; isto é, elas dizem qual é a liberdade de mercado¹³ – e, como veremos no próximo item, elas também delimitam margens para

¹³ O argumento de Karl Polanyi (1980) segue a mesma direção ao analisar as condições que tornaram possíveis a ideia de uma economia de mercado autorregulável, a partir do mecanismo de preços. Polanyi demonstra que a ideia de mercado autorregulável está longe de ser o resultado natural do desenvolvimento econômico; ao contrário, esta ideia pressupõe uma série de instituições políticas para que possa ser concebida. Segundo o autor, isso foi construído a partir da formação do mercado de terras, mercado de dinheiro e mercado de trabalho – só assim para que todo o conjunto das atividades econômicas se colocasse subordinado ao mecanismo de preços.

aqueles que excursionam além de seus limites. As regulações não são produtos voluntários da racionalidade econômica, mas resultados da luta de mercado: as normas de produção, as regras da concorrência, as condições da circulação, as garantias para o consumo, o lugar em que as trocas são permitidas, as coisas trocáveis, os termos da troca, a maneira como são regidas as relações de trabalho, enfim, tudo está em negociação e faz parte da disputa do mercado – são elementos que permitem a regularidade, a normalidade e alguma previsibilidade sem as quais nenhum mercado existiria¹⁴. As regulações, portanto, também são produtos de disputas, conflitos e negociações no mercado.

Essa dimensão política da dinâmica dos mercados é particularmente expressiva nas discussões de Weber (1999b) sobre a tipologia das cidades. Para o sociólogo alemão (op. cit., p.409), o conceito de cidade pode se basear, em princípio, em dois fundamentos:

1º [...] a existência de uma sede senhorial-territorial, sobretudo uma sede principesca, como centro, para cujas necessidades econômicas ou políticas trabalham as indústrias, com especialização da produção, e o comércio adquire bens.

2º [...] a realização de uma troca de bens não apenas ocasional, mas regular, na localidade, como componente essencial das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores: a existência de um mercado.

Nesse sentido, para Weber (1999b), toda cidade é uma localidade de mercado, isto é, tem um mercado local como centro econômico do povoado, no qual mesmo a população não urbana satisfaz suas necessidades – bem como os próprios moradores ou mesmo viajantes vindos de longe. A princípio, portanto, a cidade é, ao mesmo tempo, a sede de uma autoridade territorial e uma localidade de mercado, como assentamento permanente de um espaço para as trocas. Segundo o autor:

[...] a existência de um mercado baseia-se, muitas vezes, numa concessão e na garantia de proteção do senhor territorial ou do príncipe, que tem interesse, por

¹⁴ Os argumentos de Neil Fligstein (1993) também indicam esse sentido em seu artigo *Markets as Politics*, no qual analisa a ligação do Estado com a formação dos mercados e sua estabilidade. Os Estados, segundo Fligstein, diferenciam seus olhares sobre as regras permitindo ou restringindo certas formas de cooperação e competição entre as empresas, que, por sua vez, procuram influenciar as posições dos Estados para que as regulações e intervenções estatais tendam a seu favor.

um lado, na oferta regular de artigos mercantis e produtos industriais estrangeiros do comércio à distância nos direitos alfandegários, taxas de escolta e proteção, direitos de mercado e de justiça que provêm dele e, por outro lado, no estabelecimento local de artesãos e comerciantes tributáveis, além de poder esperar receitas na forma da renda do solo que entrará ao formar-se um povoado em torno do mercado (op. cit., p. 410).

Todavia, a cidade não é um lugar de mercado apenas pela concentração local de comerciantes, produtores, trabalhadores, consumidores e afins. O que há de peculiar às cidades, para Weber, seriam os objetivos da regulação dos mercados: uma política econômica urbana. Esta se caracterizaria pela tentativa de fixar, “mediante a regulação da economia” e no interesse da “conservação da barateza da alimentação das massas” e da “estabilidade das oportunidades aquisitivas para comerciantes e produtores” (WEBER, 1999b), as condições da economia urbana, sobretudo em relação à situação especial dos bens de raiz urbana¹⁵. Assim, a relação entre cidade e mercado aparece, para Weber, em dois sentidos eminentemente políticos: por um lado, como garantia de proteção e fonte de impostos, taxas e tarifas; e, por outro, do ponto de vista administrativo da regulação de mercado com vistas a uma política urbana.

Essa dimensão política da relação entre mercados e cidades também é discutida por Charles Tilly (1985; 1996), sobretudo em sua análise sobre a formação dos Estados. Entretanto, enquanto Weber vê o crescimento e a ampliação das relações de mercado acompanhadas de uma relativa pacificação, mesmo que a violência esteja sempre potencialmente presente, Tilly argumenta que as redes urbanas de acumulação e a concentração dos meios coercitivos andaram juntas na formação dos Estados Nacionais. Os argumentos de Tilly vão de encontro à ideia de um contrato social, de uma sociedade que compartilha normas e expectativas e concorda diante de certo tipo de governo; para este

¹⁵ Novamente, aqui, a ideia de mercado tem um lugar central na análise de Weber (1999b). Segundo o autor, a situação do direito fundiário foi a diferença fundamental da cidade medieval ocidental na constituição da sociedade moderna. No interior de seus muros, os bens de raiz hereditários eram livremente alienáveis, o que contrastava com a situação jurídica pessoal. De tal modo, segundo o autor, a cidade como espaço de mercado, com oportunidades relativamente constantes de ganhar dinheiro no comércio e no artesanato, era o motivo de muitos senhores não empregarem seus escravos e servos na própria casa ou empresa como mão de obra, mas sim como fundo de renda, mandando-os à cidade para exercer atividade aquisitiva em troca do pagamento de um censo pessoal. Weber destaca que a cidade ocidental era um “lugar de ascensão à liberdade” porque os cidadãos urbanos usurpavam o rompimento do direito senhorial pela atividade aquisitiva no regime da economia monetária.

autor, a exploração coercitiva teria tido um grande peso na formação dos Estados. Vera Telles (2012) expõe a contraposição que existe entre as formulações de Weber e Tilly quanto às relações entre mercados e poder. Telles (op. cit., p. 49) demonstra que, em Tilly, o “monopólio da violência legítima” não é o resultado de uma criação da lei, mas sim uma construção conflituosa que se processa historicamente na ambivalência entre a extorsão e a oferta de proteção, entre a coerção e a negociação de atores situados em jogos de poder.

A noção de proteção, para Charles Tilly (1985), expressa uma relação ambígua entre as redes urbanas de acumulação e a concentração dos meios de coerção. A proteção tanto pode significar extorsão por parte daqueles que tendem a monopolizar os meios coercitivos, como também garantias de vantagens para eliminar ou neutralizar os rivais de seus clientes. A proteção não necessariamente pressupõe uma ordem normativa; ao contrário, ela pode construir esta ordem. A distinção entre legítimo e ilegítimo, na conceituação de Tilly, ganha outro sentido, pois a legitimidade é conquistada ou imposta pela tendência do Estado de monopolizar os meios da violência. Nesse sentido, o Estado, para Tilly, provém justamente da guerra e da concentração dos meios coercitivos para seus fins.

Ora, essa maneira de pensar a proteção e as regulações de mercado é uma referência importante para problematizarmos como se produzem as distinções entre legal e ilegal, formal e informal. Podemos examinar, então, a proteção como as barreiras para os concorrentes no estabelecimento de reservas de mercados ou, ainda, com a criminalização e todas as suas implicações para as trocas de determinadas mercadorias. Desse modo, vemos que os mercados não são relações totalmente abertas, pois na própria luta pelas oportunidades de troca também se estabelecem barreiras e clivagens entre seus participantes por meios políticos. O importante a se reter aqui é que a formação dos mercados, o desenvolvimento dos espaços de trocas, é uma questão central para se pensar o Estado, ligada às suas próprias origens. Nessa medida, a análise de mercados concretos, enquanto campo de lutas, disputas, negociações e conflitos, implica, também, na análise das práticas de governo sobre esses espaços – como veremos no item seguinte.

1.2. Espacialização das trocas, espacialização do Estado

Esta pesquisa trabalha a relação cidade e mercado na perspectiva de como as trocas se territorializam¹⁶ por determinados espaços. Para problematizar os mercados populares do centro de São Paulo, recorreremos à noção de espacialização das trocas, tal como apresentada por Fernando Rabossi (2004a; 2004b). O ponto a ser problematizado é como o autor propõe pensar a articulação entre mercado e espaço a partir das formas de regulação. A regulação não seria entendida, aqui, apenas no sentido daquilo que é sancionado pela lei, mas também sobre o que está além do que ela sanciona. Nas palavras de Rabossi (2004b, p. 172):

[...] onde as trocas se desenvolvem o espaço é uma variável dos negócios e onde o espaço é produto de sanções legais e intervenções institucionais, os negócios estão imbricados com estas sanções e intervenções em um duplo sentido: são regulados por elas e abrem um campo de possibilidades para quem tome o risco de excursionar além dos limites que estas regulações estabelecem. Longe de ser o resultado natural das forças do mercado, o universo das trocas na sociedade contemporânea é o produto das intervenções que as possibilitam e as regulam.

Rabossi (2004a) argumenta que a ideia de uma territorialidade econômico-legal é uma matriz de intercâmbios a partir da qual uma variedade de atividades se organiza pelas vantagens diferenciais que surgem das passagens entre fronteiras. O autor analisa o

¹⁶ Todo mercado implica em algum grau de territorialização; e não é necessário que oferta e procura se encontrem fisicamente em um mesmo lugar para que isto ocorra. A ideia de que as novas tecnologias de comunicação estabelecem mercados sem fronteiras que deslocalizam as relações, neutralizando o espaço (serviços que promovem virtualmente o encontro entre oferta e demanda), não se sustenta quando analisamos as condições de viabilidade desses serviços. Pelo contrário, atualmente os mercados são localizados com um grau de precisão muito maior, até mesmo em função dessas novas tecnologias. Por exemplo, a ideia de que os celulares permitem romper as espacialidades por colocar os indivíduos em contato permanente, independentemente de onde esteja, contrasta com o próprio funcionamento da rede de telefonia móvel que divide o espaço em células e permite o rastreamento da mobilidade dos indivíduos com uma precisão nunca antes vista. Outro exemplo são as compras pela internet, que se viabilizam por certo número de serviços muito concretos e estão limitadas ao alcance desses serviços. Ou, ainda, o suporte material do mundo virtual (os provedores de internet, elementos físicos sem o qual não há virtualidade nenhuma), que se encontra pelo mundo estrategicamente muito bem situado, de acordo com legislações e controles. A notícia de que *hackers* estudam a possibilidade de colocar um provedor em órbita para assim escapar de legislações e regulações de conteúdo da internet não poderia ser mais emblemática para a espacialização das trocas (*O Estado De São Paulo*, “Piratas na Estratosfera”, publicado em 26/05/2012). O mundo definitivamente não é plano, e a circulação ampliada de pessoas, mercadorias e dinheiro acompanha a topografia política dos espaços.

mercado transnacional fronteiriço, no centro de Ciudad del Este, Paraguai, e as dinâmicas comerciais entre vendedores ambulantes e sacoleiros. Rabossi faz uma reconstituição de como esse mercado foi se formando em torno das regulações, da produção dos espaços de trocas e das estratégias de passagem entre as fronteiras. Ele ressalta, também, como esse espaço foi afetado pela alteração dos fluxos comerciais, tendo atingido seu ápice em meados dos anos 1990 e depois entrado em declínio.

No entanto, Rabossi (2004a) ressalta que a ideia do espaço como “matriz de intercâmbios” não se determina unicamente pelos limites inscritos em fronteiras físicas. Os espaços regulados também dizem como os negócios devem ser feitos e definem, ainda, o campo de práticas que não se adéquam às regulações, mas que surgem das “oportunidades de excursionar além do seu limite” (op. cit. p. 15), entre o ilegal e o informal. Isso não quer dizer assumir os pressupostos daquilo que Rabossi chamou de “forma normal de economia”, que consiste em pensar os mercados unicamente na perspectiva do ideal normativo das regulamentações institucionais estabelecidas em um determinado território.

O ilegal, longe de ser o resultado do funcionamento anormal ou amoral da sociedade, faz parte das possibilidades abertas em um mundo definido pela lei. Isto é, legal/ilegal não é uma clivagem que permita definir a priori setores do funcionamento do social ou universos preexistentes, mas sim que constitui o operador através do qual se produzem distinções, se reproduzem desigualdades e se aproveitam oportunidades (op. cit. p. 16).

Esta pesquisa tenta dialogar diretamente com o trabalho de Fernando Rabossi, em função dos termos do campo de pesquisa, pela maneira com que os mercados de Ciudad del Este e do centro de São Paulo se comunicam e em como isso tem se alterado nos últimos anos. Dentro de uma unidade territorial legal, seja nacional, estadual ou municipal, os mercados vão se espacializando, especializando-se e, até mesmo, diferenciando-se em relação às práticas de controle e fiscalização que incidem sobre eles, bem como sobre os acordos para contorná-las. Trata-se de uma política dos espaços, onde a repressão e a tolerância a atividades informais ou ilegais também estão em negociação. Isso recoloca a discussão do item anterior sobre a relação entre as redes urbanas de acumulação e a dimensão política das trocas em uma perspectiva situada, pensada a partir dos espaços da

cidade. Mais do que o regateio em torno dos preços das mercadorias, no mercado também estão em negociação as próprias condições de viabilidade dos empreendimentos, a maneira como seu desenvolvimento será possível, seja ele estritamente legal ou não.

Desse modo, os mercados não se desenvolvem com distinções nitidamente marcadas entre legal/ilegal ou formal/informal. Pelo contrário, a articulação entre essas dimensões das trocas é fundamental para a constituição dos mercados e para a maneira como eles se estruturam. Vera Telles (2012) argumenta como os agenciamentos práticos, nas dobras do legal e ilegal, são estratégicos para entender as dinâmicas dos mercados populares do centro da cidade, principalmente com a mudança de escala e suas reconfigurações a partir da expansão dos circuitos transnacionais, transpassando fronteiras, regulamentações e restrições nacionais.

O fato é que essa ampla circulação de bens, produtos e populações que transitam nesses mercados depende, em grande medida, dos agenciamentos políticos que se fazem justamente nas dobras do legal-ilegal, formal-informal: corrupção, mercados de proteção e práticas de extorsão que variam conforme circunstâncias, contextos e microconjunturas políticas e, sobretudo, dos níveis de tolerância ou incriminação que pesam sobre essas atividades (op. cit, p. 29).

No entanto, essa transitividade não quer dizer indistinção; afinal, ela circunscreve “jogos de poder” e “relações de força” que estão inscritas no desenvolvimento desses mercados. De acordo com a autora, tais agenciamentos práticos nas dobras do legal e ilegal são campos de força nos quais se processam uma disputa pelos “sentidos da ordem e seu inverso”, bem como dos “critérios de legitimidade dos ordenamentos sociais” (op. cit, p.31). Continuando com Vera Telles, ela destaca que as fronteiras da lei são campos de disputas que se configuram conforme “a vigência das formas variadas de controle” e dos “critérios e procedimentos de incriminação”, oscilando entre “a tolerância, a transgressão consentida e a repressão” (op. cit., p 35).

Com efeito, não devemos partir dessas clivagens categóricas como dadas, mas sim entendermos como elas são produzidas e o que elas operam. Daí a importância de descrever esses mercados e como se processam as disputas e conflitos em seu interior. Como ressalta Vera Telles (2012), quando analisamos os agenciamentos práticos que viabilizam os

mercados, sua descrição se desdobra em uma verdadeira etnografia política, na qual o Estado aparece não como ente abstrato, decorrente de definições normativas da lei e do direito, mas como conjunto de dispositivos, práticas, agentes e procedimentos situados em jogos de poder e relações de força. Quando descrevemos os mercados populares do centro da cidade, vemos a ação marcante e decisiva do Estado ao longo de todo seu desenvolvimento.

O Estado também pode ser analisado da perspectiva de como suas práticas cotidianas se espacializam, de acordo com a formulação de James Ferguson e Akhil Gupta (2006). Segundo os autores, os Estados podem ser entendidos como entidades que possuem características espaciais particulares. As representações usuais do Estado podem ser pensadas pelas metáforas da verticalidade – que se refere à ideia de que o Estado paira acima da sociedade civil, comunidade e família – e da abrangência – o Estado (comumente fundido com a nação) estaria locado em uma série de círculos cada vez maiores, começando com a família e a comunidade local, e terminando com o sistema de Estados nacionais. Ao questionarem como se produz esse efeito de verticalidade e abrangência, como algo que paira sobre tudo e abarca cada localidade, Ferguson e Gupta propõem pensar como as práticas mundanas da burocracia estatal se espacializam. De acordo com os autores, a rotina operante das instituições de Estado produz espacialidades e hierarquias de escalas entre suas práticas. Nesse sentido, podemos pensar na perspectiva de como a espacialização das trocas e a espacialização do Estado se articulam.

Os mercados populares do centro de São Paulo têm seu desenvolvimento articulado às dinâmicas que vão muito além do âmbito regional, o que coloca a necessidade de pensar sua articulação com outras localidades. Ora, tal necessidade reflete as reconfigurações espaciais do capitalismo contemporâneo. Uma última referência importante para esse debate diz respeito, mais especificamente, às discussões de Ananya Roy (2007) sobre globalização e as cidades do sul. Roy propõe uma nova geografia da teoria, deslocando a referência das cidades globais da Europa e dos EUA para as cidades do sul globalizado. A autora critica, com isso, a narrativa dominante sobre as cidades globais, com a ideia de espaços de fluxos e certa hierarquização das cidades de acordo com suas funções econômicas, geralmente pautadas pelo mercado financeiro. De acordo com Roy, tais narrativas silenciam sobre como as novas territorialidades são construídas politicamente e

se reproduzem nas ações e conflitos cotidianos em torno do consumo e da reprodução social. Sendo assim, a ênfase exclusiva em determinados fluxos econômicos, sobretudo financeiros e informacionais, tende a eliminar o campo dos conflitos políticos e a ação dos sujeitos por meio das quais os espaços são vividos e negociados.

Para Roy (2007), a mundialização das cidades leva em conta uma multiplicidade de centros e periferias; mais provocativamente, nota a emergência de estruturas de centro e periferia através do sul globalizado. Nessa medida, é necessário analisar os agenciamentos, os espaços de hipercrescimento, a cidadania flexível, inteiramente indexada ao desempenho de mercado. O importante a reter, com Roy, é o deslocamento epistemológico que ela propõe, de como escapar da binaridade norte-sul por meio de uma nova geografia da teoria, de como os espaços são mundializados e como as territorialidades colocam diferentes problemáticas, contornando a oposição local/global.

1.3. A descrição como aposta teórico-metodológica

A descrição como aposta teórico-metodológica é uma perspectiva de pesquisa que vem sendo desenvolvida no grupo de pesquisa coordenado por Vera Telles. Descrever é um recurso analítico para repensar as categorias com as quais analisamos o mundo social em um contexto marcado por transformações. Nesse sentido, esta tese é marcada pelo esforço de reconstituir, de uma maneira situada, agenciamentos, dispositivos, práticas e circuitos que compõem os mercados populares do centro de São Paulo.

A metodologia de pesquisa empregada aqui se consistiu na observação de campo junto às galerias, feiras da madrugada, estacionamentos das excursões de sacoleiros e comércio ambulante. Com inspiração nas referências de Georges Marcus (1995), trata-se de uma “descrição estrategicamente situada”, em que uma localidade particular é pensada em função de outras localidades relacionadas e dos diferentes circuitos que se articulam a partir dela, como uma forma de ordenamento das relações locais para o global. Nesta pesquisa, busca-se descrever as conexões, associações e relações que se estabelecem no desenvolvimento desses mercados.

O trabalho de campo no Brás foi iniciado ainda durante minha pesquisa de mestrado (2006-2008), e deu prosseguimento a alguns contatos que já haviam sido estabelecidos anteriormente. Após o mestrado, em 2009, participei do projeto “Questões urbanas e governança em quatro metrópoles da América Latina: perspectivas a partir de São Paulo”, durante o qual teve início a pesquisa de campo nos locais da 25 de Março e Santa Ifigênia.

Foi realizado um levantamento da distribuição espacial das galerias, feiras da madrugada e dos estacionamentos. Também busquei descrever a maneira como o Estado compõe esse campo por intermédio das práticas de controle e de fiscalização – não do plano programático e legal, que visa orientar o modo como as práticas devem ser conduzidas, mas sim na maneira como elas se desenvolviam nas práticas cotidianas. Pude acompanhar, junto aos ambulantes, algumas das operações de controle e fiscalização por parte da polícia e dos agentes fiscais da prefeitura, bem como as manifestações de protesto e resistência dos ambulantes no Brás, em outubro de 2011.

Também foram realizadas entrevistas qualitativas para a reconstituição das trajetórias sociais de ambulantes, sacoleiros e lojistas nas galerias e na feira da madrugada, além de outros que atuam diretamente junto a eles como os órgãos de controle do Estado, sindicatos de ambulantes e associações de lojistas. As trajetórias de alguns desses atores constituíram um recurso descritivo, mas também possibilitaram a compreensão da maneira como esses mercados operam a partir de uma perspectiva singular e situada. Durante o trabalho de campo, sempre deixei claro minha condição de pesquisador e procurei esclarecer os propósitos da pesquisa aos meus interlocutores. Os nomes das pessoas que colaboram com esta pesquisa, enquanto representantes de entidades ou do poder público foram mantidos, os demais entrevistados que foram citados na tese têm nomes fictícios. No total, 32 pessoas foram entrevistadas entre vendedores ambulantes, sacoleiros em excursão, e lojistas nos boxes das galerias e na feira da madrugada do Pátio do Pari, além de representantes das entidades listadas abaixo.

- Sindicatos e associações de ambulante:

- Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal (SINTEIN);
- Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo (SINDICISP);

- Sindicato dos Microempreendedores Individual e da Economia Informal, (SINDMICRO);
 - Sindicato dos Permissionários em Vias e Logradouros Públicos de Estado de São Paulo (SINPESP);
 - Sindicato dos Microempreendedores Individuais (SINDIMEI);
 - Associação de Camelôs da Santa Ifigênia;
 - Associação dos Camelôs e Ambulantes da Região do Brás e Adjacentes.
- Associações de lojistas:
- Câmara dos Dirigentes Lojistas da Santa Ifigênia (CDL – Sta. Ifigênia);
 - Associação dos Comerciantes da Santa Ifigênia (ACSI);
 - Associação dos Lojistas do Brás (ALOBRAS);
 - União dos Lojistas da 25 de março (UNIVINCO).
- Representantes do poder público municipal na gestão Gilberto Kassab (2009-2012):
- Subprefeito da Móoca;
 - Chefe de gabinete da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento,
 - Gerente do Banco Municipal São Paulo Confia;
 - Secretaria Municipal de Segurança Urbana.
- Outras entidades:
- Setor de Políticas Institucionais e Relações Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequena Empresa (SEBRAE);
 - Representante do Escritório Regional do SEBRAE no centro;
 - Representante da Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP);
 - Representante da Associação Chinesa do Brasil;
 - Representante da Câmara de Comércio Brasil-China (CCBC).

A observação em campo e as entrevistas também foram acompanhadas por pesquisa documental e levantamento de fontes secundárias que constam nas referências. Particularmente, duas séries de documentos produzidos em circunstâncias problematizadas

na tese constituíram material importante nesta pesquisa: o relatório final e as notas taquigráficas da “Comissão Parlamentar de Inquérito da Pirataria” no Congresso Nacional; e as notas taquigráficas das sessões da “Subcomissão para avaliar a formalização da Feira da Madrugada”, da Câmara Municipal de Vereadores da Cidade de São Paulo.

Capítulo 02. Dinâmicas urbanas do centro da cidade

Entre duas e três horas da madrugada, todas as terças-feiras, um ônibus vindo da cidade de Barbacena, Minas Gerais, manobra para estacionar em um dos muitos e concorridos estacionamentos do Brás. Em seu interior, quase sempre lotado, cerca de 40 pessoas irão percorrer a feira da madrugada e as galerias comerciais do Brás e 25 de Março, algumas delas irão também até a Santa Ifigênia, em busca de mercadorias para capitalizarem os seus negócios. O investimento nas compras, entre aqueles com quem conversei, varia de R\$ 2 mil à R\$ 7,5 mil, sendo que frequentam a região de uma a duas vezes por mês, além do organizador da excursão e de seu ajudante, que estão lá todas as semanas e ficam sempre no ônibus para receber e cuidar das mercadorias. Até às 4 horas da tarde do mesmo dia, todos devem estar de volta ao ônibus para regressar à cidade mineira, distante 507 km da capital paulista.

São muitas as pessoas que se dirigem cotidianamente aos mercados populares do centro de São Paulo em busca de mercadorias para abastecer seus empreendimentos. Pequenos comerciantes, donos de lojinhas e camelôs – vindos da periferia da cidade, de outras cidades da região metropolitana, do interior do estado e de outros estados como Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás – marcam presença por ali todos os dias. Alguns vão e voltam no mesmo dia, outros, vindos de mais longe, hospedam-se em hotéis e pousadas. Tudo isso alimenta uma forte dinâmica urbana que se desenvolve em torno das galerias e das feiras da madrugada.

O movimento não é propriamente uma novidade na região. O comércio popular há muito tempo é uma característica marcante do centro; todavia, ao longo da última década, esse comércio vem ganhando outra dimensão na economia urbana da cidade. Tais espaços parecem refletir de uma maneira bastante particular o desempenho econômico do país. Ora, se de fato houve crescimento real da renda, diminuição do desemprego e o aumento do consumo¹⁷ na base da pirâmide social (POCHMANN, 2012), isso estaria se manifestado

¹⁷ Parte do aumento do consumo entre os mais pobres se dá por meio do endividamento das famílias junto aos serviços de crédito das grandes redes varejistas, que se expandem para a periferia da cidade. Em sua pesquisa sobre consumo popular, Cláudia Sciré (2012) denominou esse processo como uma lógica de financeirização da pobreza. Por outro lado, a pesquisa de campo junto às excursões que vem do interior forneceu indícios do

Galeria

—

Concent

A figura acima apresenta as áreas comerciais da região da 25 de Março, Brás e Santa Ifigênia, destacando as ruas em que se concentram o comércio ambulante, as galerias e o Pátio do Pari – onde ocorre a principal Feira da Madrugada. As galerias representam de algumas dezenas a centenas de pontos comerciais. Em torno desses elementos estão ocorrendo as maiores transformações nas dinâmicas urbanas da região. Como pretendo desenvolver adiante, é possível perceber que as mudanças em curso nas regiões destacadas refletem antes o consumo popular como uma fronteira de expansão econômica do que apenas um aumento do consumo decorrente do crescimento da renda, sobretudo pela ampliação e incorporação da população mais pobre enquanto “classe consumidora”.

Desse modo, este capítulo discute a produção do espaço de comércio e as transformações que vêm ocorrendo nos tradicionais mercados populares do centro de São Paulo: Brás, 25 de Março e Santa Ifigênia. Estes espaços da cidade atualmente articulam circulação de pessoas, mercadorias e riquezas em escalas bastante variadas. Discutimos os aspectos urbanos ligados ao desenvolvimento de tais mercados, descrevendo a diversidade de atores e práticas que os compõem em suas territorialidades, sobretudo na dinâmica em torno dos vendedores ambulantes e das lojas de galeria.

2.1 As políticas de revitalização: o centro em disputa

Em um raio de não mais que três quilômetros, a partir do marco zero da cidade, estão localizados a região do Brás, a rua 25 de Março e a rua Santa Ifigênia. São locais com uma grande afluência de pessoas por se localizarem na confluência de várias linhas de transporte público. Tradicionais centros de comércio de São Paulo há toda uma história urbana que deve ser reconstituída para se ter uma medida das mudanças ocorridas, e ainda em curso, nos últimos anos. Trago aqui, por ora, apenas alguns elementos indicativos das transformações das formas de uso e ocupação destes espaços.

A região da 25 de Março¹⁸ começa nas imediações de um dos principais terminais de ônibus da cidade, no Parque Dom Pedro II, e se estende por menos de um quilômetro até a avenida Senador Queiroz, nas proximidades do mercado municipal. Nos jornais, costuma ser anunciada como o maior centro comercial a céu aberto da América Latina, abrangendo as ruas Comendador Abdo Schahin, Comendador Afonso Kherlakian, Calh Basílio Jafet, Barão de Duprat, além das Ladeiras Porto Geral e Constituição. A região da rua 25 de Março, por onde antes passava o rio Tamanduateí, abrigou as primeiras feiras da cidade no princípio de sua formação. Ali eram comercializadas as mercadorias vindas da cidade de Santos, ou aquelas que seguiriam através do rio para o interior do estado, ou seja, tratava-se de uma área portuária, como ainda hoje faz lembrar a Ladeira do Porto Geral, que dá acesso à região.

O primeiro mercado da cidade foi construído na localidade, que depois foi substituído pelo atual Mercado Municipal. Quando o curso do rio foi desviado e retificado, no final do século XIX, o local se consolidou com o comércio popular¹⁹. Já nessa época, imigrantes árabes, sobretudo sírios e libaneses, instalaram-se no local, que serviria de base para a atividade dos mascates. No entanto, tais migrantes consolidaram-se nesse espaço, com as lojas de armarinho e a distribuição de tecidos produzidos localmente, sobretudo a partir da década de 1930, com o maior desenvolvimento da indústria têxtil nacional. Ainda hoje, são eles os proprietários de muitos imóveis e lojas da região.

Há alguns metros dali, inicia-se a rua Santa Ifigênia, no largo da igreja de mesmo nome, e termina 800 metros depois, na avenida Duque de Caxias, nos arredores da estação de trem Júlio Prestes e da sala de concertos São Paulo. Sua área comercial compreende as ruas das Andradas, do Triunfo, dos Gusmões, Aurora, Vitória e General Osório. A rua Santa Ifigênia, por sua vez, foi inicialmente uma área residencial das elites do café. Com o deslocamento das elites para os bairros de Campos Elíseos, Higienópolis e Avenida Paulista, a rua passou a abrigar o comércio, que a princípio era de luxo. Na década de 1950,

¹⁸ O nome da rua é uma referência à data da proclamação da primeira constituição brasileira, em 1824. Sobre as origens do comércio na 25 de Março, conferir Oliveira (2010).

¹⁹ De acordo com Oliveira (2010), os armazéns da 25 de Março eram atingidos pelas constantes enchentes do rio, o que fazia de seus imóveis mais baratos. Assim, os migrantes sírio-libaneses, que chegavam à cidade sem muitos recursos para investir, estabeleceram-se no comércio daquela região, preferencialmente.

com a extinção da “zona de tolerância”²⁰ e a repressão à prostituição no Bom Retiro, alguns dos casarões das proximidades da Santa Ifigênia se tornaram bordéis. Aliado a construção de uma rodoviária em suas proximidades, no início da década de 1960, essas mudanças teriam transformado o seu perfil comercial, alterando seu público consumidor ao longo dos anos. Há muito tempo a rua Santa Ifigênia é caracterizada pelo comércio especializado em artigos eletrônicos – no início com os eletrodomésticos, depois com as antigas válvulas para televisores e artigos de eletrônica.

Ora, essa região abrigou também diversas produtoras da indústria cinematográfica brasileira, tendo ficado conhecida como “boca do lixo” e, atualmente, tangencia a área de venda e consumo de *crack* apelidada de “cracolândia”²¹. Muitas ocupações populares foram realizadas nos prédios desocupados dessa região e continuam compondo uma área moradia popular próxima ao centro.

Ambas as áreas (25 de Março e Santa Ifigênia) acompanharam o chamado “processo de degradação do centro da cidade”, a partir anos 1960 e na década seguinte, com o deslocamento de muitas sedes de empresas em busca de edificações mais modernas e com melhores condições de infraestrutura urbana, rumo ao vetor sudoeste da cidade (VILLAÇA, 1998). Nesse sentido, tal movimento representa um deslocamento da própria centralidade econômica na cidade, primeiro para a avenida Paulista, em seguida para a avenida Faria Lima e, atualmente, para a avenida Luis Carlos Berrini (FRÚGOLI, 2004). Esse suposto “abandono” da região central teria favorecido sua ocupação pelo comércio e serviços dirigidos a uma população de menor poder aquisitivo. Enquanto as elites se motorizavam, ficando mais independentes do transporte público e se afastando do centro, a região se

²⁰ Criada na década de 1940, pelo governador Adhemar de Barros via decreto, para restringir a prostituição a apenas algumas ruas do Bom Retiro, a “zona de tolerância” foi extinta em 1953, pelo então governador Lucas Nogueira Garcez. Logo, a atividade se espalhou pelas proximidades da estação da Luz e, junto com ela, toda uma economia urbana de hotéis, bares, restaurantes e salões de beleza. Cf. Costa (2010).

²¹ A chamada “cracolândia” surgiu no início dos anos 1990 com a chegada do *crack*. Na interpretação de alguns comerciantes da Santa Ifigênia, que acompanharam suas origens, ela teria sido o resultado direto das políticas de revitalização do centro, sobretudo com a criação da ONG “Viva o centro”, sob o patrocínio do Bank Boston. As drogas eram consumidas em diversos pontos da área central, como a Praça da Sé e o Vale do Anhangabaú, entre outros. Criou-se uma zona de tolerância – nesse caso, extralegal –, que canalizaria todo o consumo para uma única região, até então a menos valorizada no centro: a boca do lixo, na rua do Triunfo. Nessa medida, a polícia pouco fazia quando sua ação era reivindicada pelos comerciantes da região. A partir dos anos 2000, começaram a se multiplicar os inúmeros programas de combate ao *crack* na região, que se coadunam com as políticas de revitalização urbana e com o novo interesse imobiliário pela área.

caracterizaria cada vez mais pelo alto movimento de pedestres, que faziam a integração entre os terminais de ônibus, as estações de metrô e de trem – o que também teria contribuído para a popularização das atividades econômicas do centro (NAKANO, CAMPOS E ROLNIK, 2004). Nesse mesmo processo, podemos ver também a formação de uma grande concentração de vendedores ambulantes por toda região central – entre outros subcentros nos bairros, em geral em lugares de alto movimento de pedestres, sobretudo a partir dos anos 1980. De acordo com Villaça (1998, p.283), esse processo de deslocamento das elites em relação ao centro e a sua popularização²² foi comum nas metrópoles brasileiras:

[...] na década de 1980, os centros principais já estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares. Aquilo a que se chama ideologicamente de “decadência” do centro é tão somente sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população.

Já o Brás, ainda dentro do centro expandido, na outra margem do rio Tamanduateí, foi o primeiro polo industrial da cidade. Em conjunto com o Bom Retiro, eles constituem, ainda hoje, o principal centro de produção e distribuição de artigos de vestuário do país (KONTIC, 2007). Também é um ponto de entroncamento de duas das principais linhas de trem da cidade e de uma linha de metrô, na estação Brás. Desde o início de sua urbanização, a região sempre foi marcada pela presença popular, tendo se constituído em uma polaridade importante para a zona leste, em termos de comércio e serviços²³. Através das linhas de trem, chegaram diferentes levas de migrantes, que iriam povoar o bairro e trabalhar nas fábricas da região, desde o começo do século XX. Dessa maneira, os migrantes que chegavam à cidade iriam marcar a própria história de formação do bairro. Atualmente, destacam-se os bolivianos que habitam e trabalham nas oficinas de costura, atuando também no comércio ambulante para distribuir artigos que eles mesmos produzem.

²² O caso do Mappin é emblemático nesse sentido. Fundada em 1913, foi à primeira loja de departamento da cidade e serviu de ponto de encontro para a elite paulistana até a década de 1950. Depois disso, “como não saiu do lugar, teve que se popularizar”, na expressão de Villaça (1998). Abriu falência em 1996 e hoje, em seu lugar, funciona mais uma loja da rede Casas Bahia.

²³ No processo de urbanização de São Paulo, na primeira metade do século XX, enquanto as elites subiam a colina em direção ao planalto paulista, as classes populares se direcionaram prioritariamente para zona leste, e em menor medida para a zona norte, de modo que até os anos 1970, esse foi o principal eixo da urbanização da cidade (VILLAÇA, 1998).

Se no passado o Brás foi o primeiro bairro industrial da cidade, depois da reestruturação produtiva²⁴, a partir do final dos anos 1980, é mais seu caráter comercial que chama a atenção, com um grande número de lojas-fábrica na região. Embora o bairro continue sendo um grande centro produtor, houve certa deterioração associada a esse processo – como vê-se nos numerosos galpões abandonados das antigas indústrias que funcionavam no local.

Foi também nessa época que se formou uma concentração de ambulantes no Largo da Concórdia, em frente à estação de trens do Brás. Passagem quase obrigatória para quem se dirigia da zona leste ao centro, o Largo da Concórdia se notabilizou como reduto da migração nordestina na cidade – de modo que os ambulantes do largo eram conhecidos pela venda de artigos do nordeste.

A partir da segunda metade dos anos 2000, as intervenções frequentes do poder público nesses tradicionais centros de comércio popular demonstram que tais locais se tornaram focos de interesse da gestão urbana. Em um curto período de tempo esses espaços foram objetos de muitos dos chamados projetos de revitalização urbana. Até então, desde os anos 1990, muitas ações tinham sido realizadas pelo poder público e associações privadas em outros espaços do centro da cidade. No tocante aos ambulantes, por exemplo, houve iniciativas que passavam por tentativas de “disciplinamento” da atividade e a construção de camelódromos (FRÚGOLI, 2000). No entanto, nenhuma das ações envolvia projetos que tinham em vista a dinâmica mais ampla de toda uma região de maneira integrada com suas características econômicas.

Conforme ilustrado na figura 2 abaixo, houve muito investimento na recuperação de equipamentos culturais e na construção de outros novos, ações essas que já teriam ligação direta com tais projetos. As iniciativas anteriores, em equipamentos culturais, buscavam atrair um público que tinha se afastado do centro. Ao final dos anos 2000, os projetos de revitalização propostos partiam da concentração de atividades econômicas existentes na

²⁴ No processo de reestruturação produtiva na indústria de confecções em São Paulo, muitas fábricas maiores deixaram a cidade em direção ao nordeste, como analisa Kontic (2001). As empresas que ficaram diminuíram o tamanho de suas plantas e passaram a terceirizar a costura, etapa mais intensiva em mão de obra. Isso teria deixado muitos espaços vazios na região do Brás. Este processo foi discutido em minha dissertação de mestrado, conferir Freire da Silva (2008).

área, procurando dar a elas novos contornos. As áreas de abrangência dos projetos em larga medida coincidem com as áreas de comércio, inclusive tentando expandi-las.

Nesse sentido, o primeiro projeto que havia sido proposto foi a “concessão urbanística Nova Luz”, que abrangeria toda a região de comércio da Santa Ifigênia. Regulamentada em 26 de fevereiro de 2009, em regime de projeto lei pelo prefeito Gilberto Kassab (PSD, 2009-2012), representava um instrumento inédito criado especificamente para a revitalização de áreas degradadas através de concessões de obras públicas e intervenções urbanas à iniciativa privada. Tratava-se literalmente de um projeto de privatização da gestão urbana de um bairro inteiro da cidade. O intuito da prefeitura era conceder a gestão da área para empresas de alta tecnologia e, assim, criar um polo naquela região. As empresas que ganhassem a concessão teriam participação na gestão do uso do solo e até poderiam realizar desapropriações, negociando as indenizações diretamente com os atingidos.

O projeto despertou reação da Associação dos Comerciantes da Santa Ifigênia, que reúne os pequenos comerciantes desta rua (ACSI). A associação chegou a buscar o apoio dos ambulantes para a realização de protestos diante da Câmara dos Vereadores, no intuito de que o projeto não fosse aprovado. Mais tarde, também aderiu aos protestos a Câmara de Dirigentes Lojistas da Santa Ifigênia (CDL – Santa Ifigênia), ligada a FECOMERCIO e representante dos grandes comerciantes da região, que no princípio não eram contrários ao projeto. A partir da gestão da ocupação do solo e das obras públicas, que o projeto permitiria, poder-se-ia interferir diretamente nos negócios da região. A contrapartida para iniciativa privada seria a exploração comercial dos imóveis desapropriados por meio da venda e locação.

Na primeira fase foi realizada uma licitação, não para um projeto de intervenção, mas sim para a escolha do consórcio mais habilitado a desenvolver o projeto. O consórcio deveria ouvir a população e submeter a proposta à consulta pública. Uma vez elaborado o projeto, em uma segunda fase seria realizada a licitação para a contratação da empresa que realizaria as obras previstas. O consórcio escolhido para elaboração do projeto envolvia quatro empresas: a *Fundação Getúlio Vargas*, a *AECON*, a *Concremat* e a *Cia City* – destaque para os três últimos que são grandes escritórios de engenharia e arquitetura

nacionais e internacionais, com destaque para a *Cia City*, empresa foi responsável pela implantação do conceito de “cidade jardim” na urbanização de bairros de elite em São Paulo. Após muitas controvérsias, disputas, litígios e liminares judiciais, o projeto de concessão urbanística “Nova Luz” foi suspenso pela atual gestão do governo municipal (Fernando Haddad, PT - 2013-2016).

Mapa 2: Projetos de Renovação do Centro e intervenções e investimentos públicos pontuais

Legenda:

- Soterramento da linha férrea e construção de nova ligação viária leste-oeste.
- Túnel na avenida do Estado no trecho do Parque Dom Pedro II.

- 1 – Sala de Concertos São Paulo
- 2 – Conservatório de Música
- 3 – Estação Pinacoteca
- 4 – Museu da Língua Portuguesa
- 5 – Pinacoteca do Estado
- 6 – Cine Marabá
- 7 – FATEC e ETEC Tecnologia
- 8 – Museu da Democracia
- 9 – Espaço Catavento
- 10 – Demolição do Edifício São Vito e prédios do entorno e construção de nova unidade do SESC e do SENAC.
- 11 – Museu Estadual na Casa das Retortas
- 12 – Reforma do Largo da Concórdia

Outro projeto de revitalização em curso é o “Novo Parque Dom Pedro II”. Trata-se de uma série de intervenções, como: a criação de equipamentos públicos e obras viárias, estacionamentos subterrâneos e galerias comerciais que visam melhorar o entorno do Mercado Municipal, uma das principais atrações turísticas da cidade; melhorar a integração com a outra margem do rio Tamanduateí; e promover o dinamismo comercial da região da 25 de Março. Algumas ações e obras ligadas a este projeto já estão em curso, como a desocupação e demolição do Edifício São Vito, Edifício Mercúrio e edificações do entorno²⁵. Seria previsto a construção de uma nova unidade do Sesc e Senac, com uma escola de gastronomia, dada a “vocação” do lugar, próximo ao mercado municipal e a zona cerealista. Por ora, no terreno vago pela demolição funciona um estacionamento que abriga os ônibus de sacoleiros que se dirigem à 25 de Março. O projeto foi elaborado pela Fundação para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente (FUPAM), ligada à USP, e tem investimento estimado em R\$ 1,5 bilhão. Ele prevê ainda o deslocamento do terminal de ônibus Dom Pedro II para o sul, integrando-se com a estação do metrô Pedro II e o expresso Tiradentes; a construção de uma lagoa ocupará o lugar do atual terminal; a construção de um túnel na avenida do Estado; a demolição do viaduto Diário Popular e viaduto 25 de Março, com a construção de pontilhões em nível; estacionamentos subterrâneos para a 25 de Março; e um novo centro de compras.

Por fim, o projeto de revitalização “Circuito das Compras” é o que tem uma incidência mais direta sobre as áreas e atividades aqui pesquisadas. Trata-se da articulação de um corredor entre o Brás, a 25 de março, a Santa Ifigênia e o Bom Retiro com serviços de logística e equipamento de apoio para favorecer o turismo de compras nesta região. O projeto foi elaborado pela Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), uma empresa que surgiu por iniciativa do BNDES em associação com uma série de bancos privados que tem por objetivo ajudar governos a modelar concessões de Parcerias Público-Privadas (PPPs). A EBP trabalha com diversos projetos de infraestrutura para diferentes instâncias de governo em todo o país. Entre as justificativas do projeto estão a desindustrialização da área, a falta

²⁵ Popularmente conhecido como treme-treme, o Edifício São Vito, em conjunto com os demais, abrigavam algumas das maiores ocupações de moradia na cidade.

de segurança, sujeira e degradação, o caos do trânsito, indigência e pobreza, subemprego e informalidade. No entanto, a base de viabilidade para a proposta passa pela constatação da dimensão econômica da dinâmica comercial da Feira da Madrugada. Em entrevista com o diretor de projetos da EPB, Fernando Pieroni²⁶, responsável pela estruturação da proposta, ele esclarece a iniciativa de oferecer uma melhor infraestrutura para o turismo de compras na cidade:

Hoje este turismo de compras recebe, os números são imprecisos por causa da informalidade, se você olhar dentro do Pátio do Pari, param 250 ônibus mais ou menos. Tem vezes que chegam 500 ônibus para fazer este turismo. De fora de São Paulo vem em torno de 20 mil pessoas por dia em ônibus fretado que param ali no pátio e circulam pela região. Geralmente são pessoas que tem seus negócios nas cidades de origem e que vem aqui fazer compras. Por se tratar do centro de São Paulo, circulam ali 500 mil pessoas por dia então tem muita gente que tem aquela compra no varejo, esta é uma grande massa de pessoas com tíquete médio muito baixo. Agora existem aqueles que vêm aqui fazer negócios e aí são tíquetes médios mais altos. 3 mil, 4 mil, 5 mil, tem tíquete de pessoas que chegam a 50 mil.

O projeto visa articular essas regiões e permitir melhores condições de circulação e comodidades, com vistas a dinamizar o comércio na região. O “Circuito das Compras” prevê uma grande estrutura a ser construída no Pátio do Pari, onde hoje funciona a feira da madrugada. Estão previstos estacionamentos cobertos para ônibus fretados, vans e automóveis, um Shopping Popular de Compras, um hotel e duas torres comerciais. A concessão do projeto envolverá, ainda, a gestão de um sistema de logística: para os lojistas cadastrados do Circuito das Compras, seus clientes contarão com facilidades, como despachar suas compras diretamente a seus ônibus, sem necessidade de carregar as mercadorias. Haverá também um sistema de ônibus circulares entre esses pontos da cidade. O elemento que faltava para a realização da licitação pública para a obra era a concessão definitiva da área do Pátio do Pari da União para a prefeitura, o que ocorreu em agosto de 2012. Entretanto, até hoje o projeto não foi implementado.

Enfim, há muitos projetos em curso de intervenções públicas no centro de São Paulo – e mais especificamente nessas regiões e suas proximidades. Alguns deles já foram

²⁶ Entrevista realizada em agosto de 2010.

suspensos antes mesmo de entrarem em execução, outros estão parados. Todavia, independente desses projetos virem a se concretizar ou não, a própria existência e formulação deles, ditos de revitalização, mas que se articulam com a atividade comercial desenvolvida na área, são indicativos do interesse renovado pela região. A entrada em vigor da “Operação Urbana Lapa Brás” também indica as diretrizes de investida do capital imobiliário, que poderá exercer um grande impacto sobre esse lado da cidade. A proposta de soterramento linha de trem da CPTM, desde a estação Lapa até o Brás, e uma nova via de ligação leste-oeste, a ser construída com recursos captados com a venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs)²⁷, estariam vinculadas à operação.

À exemplo de outras metrópoles do mundo, o centro de São Paulo vem sendo objeto de projetos de revitalização, regeneração ou requalificação. Há muitos estudos sobre os impactos desse tipo de projetos na perspectiva dos processos de *gentrificação*²⁸, mas aqui procuro discutir a questão no registro da produção do espaço e das práticas de governo em relação a esses mercados (ROY, 2009). A robusta dinâmica de mercado, que anima tais lugares, pode fazer soar estranha a ideia de revitalização diante de uma economia que articula muitos fornecedores de produtos oriundos de circuitos muito variados e de um movimento massivo de clientes diariamente. Vincenzo Ruggiero (2007) afirma, em relação

²⁷ Trata-se de um instrumento pelo qual a prefeitura permite obras além do limite de construção, a título de pagamento de indenização na forma de CEPACs. Os recursos arrecadados por este mecanismo só podem ser investidos na própria região da operação urbana. Dessa forma, essas operações tem um grande impacto no desenvolvimento urbano da cidade ao definirem os eixos de expansão do mercado imobiliário, a exemplo do que ocorreu com a “Operação Urbana Água Espreada”, e o desenvolvimento da região da avenida Faria Lima e avenida Luis Carlos Berrini (Fix, 2004).

²⁸ Frúgoli e Sklair (2009) desenvolveram um artigo sobre os vários grupos e tipos de usos do espaço no “bairro da Luz” (principalmente a cracolândia) e as propostas de intervenção urbana a partir do conceito de “*gentrification*”. A proposta do artigo é discutir a estigmatização, resistência e as intervenções do poder público no local. Porém, não apresentam uma discussão sobre a região e comércio da Santa Ifigênia. É interessante notar que toda a região que abrange a proposta da “Nova Luz” faz parte do bairro da Santa Ifigênia e não do bairro da Luz, que teria este nome por conta do Mosteiro da Luz situado na avenida Tiradentes, abrangendo o parque da Luz e a Estação da Luz, pertencentes ao distrito do Bom Retiro, sendo separado do distrito da Sé e distrito da República (onde está localizado o bairro Santa Ifigênia) pela linha de trem. É como se quisessem riscar um bairro da cidade e inscrever outro em seu lugar, como se a passagem que está sendo proposta fosse da Cracolândia à Nova Luz, e não existisse a Santa Ifigênia. Há nisto uma disputa simbólica e econômica. Um representante da Associação dos Comerciantes da Santa Ifigênia disse em entrevista, em junho de 2009, que a Santa Ifigênia não é apenas um bairro e um centro de comércio, é também uma “marca” já bastante conhecida não só na cidade, mas no país inteiro. Como toda “marca” ela tem valores associados. Nesse sentido, a concessão urbanística “Nova Luz” busca atribuir novos valores a esse espaço e a Cracolândia ajuda a justificar as intervenções e investimentos públicos no local, que visam torná-lo mais atraentes a iniciativa privada.

à revitalização do centro de Londres, que, sob a prerrogativa da segurança urbana, produz-se uma série de intervenções públicas para tornar um espaço mais atrativo à iniciativa privada. Nessa medida, espera-se que as empresas privadas ofereçam um remanejamento situacional e rentável do ambiente urbano e que funcione como estratégia para reduzir a criminalidade. De acordo com Ruggiero (2007), tal tipo de intervenção vem transformando segurança urbana em oportunidades de investimento sem precedentes, e toda a disputa pelos usos e ocupação dos espaços giraria em torno da definição daquilo que representaria segurança ou risco – seja para justificar a repressão do poder público a certas atividades, seja para validar os incentivos a iniciativa privada.

Enquanto o chamado “vetor sudoeste”, com suas edificações modernas e serviços de ponta, concentra os investimentos e as sedes de grandes empresas ligadas a corporações transnacionais, os centros de comércio popular no coração de São Paulo estabelecem suas próprias conexões com outros circuitos da economia, também elas transnacionais. Neste caso, são diferentes atores em circulação, outros circuitos econômicos e outras mediações em jogo. Podemos ver em tais espaços muitos elementos de uma dinâmica que vem sendo tratada como a “mundialização por baixo” (PORTES, 1997; TARRIUS, 2001) ou a globalização popular não-hegemônica (RIBEIRO, 2010), que se articulam com a “globalização por cima”, tornando os contornos entre as duas menos nítidos²⁹.

Ora, o fato é que a forte pujança de suas dinâmicas comerciais tem inclusive provocado impacto no valor do solo urbano, a partir dos crescentes investimentos do comércio sobre o seu mercado imobiliário. O preço do metro quadrado na região da 25 de Março e do Brás chega a atingir valores médios mais caros do que em outros centros comerciais mais prestigiosos da cidade. De acordo com pesquisa comparativa feita pela consultoria Cushman & Wakefiel, em junho de 2011, noticiada pelo jornal *Estado de São Paulo*³⁰, o valor do metro quadrado para aluguel chegaria a até mil reais na rua 25 de Março e oitocentos reais no Brás, acima do preço médio pago no shopping Iguatemi (R\$ 744), shopping Cidade Jardim (R\$ 564) e ruas Oscar Freire (R\$ 230) e Haddock Lobo (R\$162). Durante o trabalho de campo, alguns pontos de comércio chegavam a custar R\$

²⁹ Discussão abordada no capítulo 04.

³⁰ Ver: *Estado de São Paulo*, “M² no Brás sai mais caro que na Oscar Freire”, publicado em 03/10/2011.

2.500 o metro quadrado, outros R\$ 740 para um metro e meio quadrados³¹. A respeito do valor do metro quadrado na Santa Ifigênia, em conversa com o presidente da Câmara dos dirigentes Lojistas da Santa Ifigênia (CDL – Santa Ifigênia), Robson Aires³² afirmou que, devido a um efeito inflacionário no mercado imobiliário da região, muitos lojistas tradicionais estariam transferindo suas lojas para as ruas próximas e alugando os imóveis para as galerias. Em seguida, o espaço é fracionado em uma série de pequenos boxes que são sublocados. Essa lógica tem sido o grande elemento de valorização imobiliária da região e vem fazendo multiplicar as galerias nos últimos anos.

2.2 Ponto, localidade e circulação

Segundo Flávio Villaça (1998), o valor do espaço urbano, especificamente o valor do ponto para o comércio, é dado pela sua localização, ou seja, pela maneira como ele se insere na aglomeração urbana. Nesse sentido, cada ponto é único por se situar de uma maneira específica em relação aos tempos de deslocamento, mas também na maneira como se situa em relação às possibilidades de produção, apropriação, expropriação e extração da riqueza circulante. Villaça argumenta que o valor do ponto não se confunde com o valor da edificação. Tal diferença fica bem nítida quando andamos pela feira da madrugada e pelas galerias³³. Muitas vezes os pontos nas galerias são em lugares bem deteriorados como galpões abandonados e sem infraestrutura ou em garagens subterrâneas, mas bem situados e, por isto, valorizados e altamente disputados (op. cit., p.78):

³¹ Em uma referência mais recente aos valores dos metros quadrados mais caros na cidade, agora pautados na Planta Genérica de Valores, que serve de base para o cálculo do valor do IPTU, novamente a 25 de Março aparece na frente dos centros de comércio voltados para a elite da cidade. A matéria do jornal aponta que o valor venal do metro quadrado na rua 25 de Março passou de R\$ 5.292, em 2009, para R\$ 12.000, em 2013. Comparados com os valores na rua Oscar Freire que eram de R\$ 3.547 e passaram à R\$ 8.396, no mesmo período. A matéria traz referência ao valor da rua Santa. Ifigênia, que seria de R\$ 10.394 o metro quadrado. Ver: *Estado de São Paulo*, “25 de março tem m² mais caro que a Oscar Freire”, publicado em 05/10/2013.

³² Entrevista realizada em dezembro de 2009.

³³ Nas notas taquigráficas das sessões da Subcomissão Parlamentar para a formalização da Feira da Madrugada, que será discutida adiante, os valores citados para um ponto dentro da feira oscilam entre R\$ 200 mil e R\$ 300 mil, em 2011. Durante trabalho de campo em 2013, os valores mencionados já eram de R\$ 450 mil. Já em relação às galerias, um dos entrevistados de origem chinesa afirmou pagar US\$ 140 mil pelo seu ponto na 25 de Março.

Os pontos do espaço intraurbano condicionam a participação do seu ocupante tanto na força produtiva social representada pela cidade como na absorção, através do consumo, das vantagens da aglomeração. É esse o valor de uso do ponto – sua capacidade de fazer com que se relacionem entre si os diversos elementos da cidade. Esse ‘relacionamento’ se dá de diversas formas e por meio de diversos fluxos – o transporte de mercadorias, de consumidores, de força de trabalho ou as comunicações –, os quais têm importância e papéis diferentes conforme se trate do espaço regional ou intra-urbano.

O valor localidade é resultado do tipo de aglomeração social na produção do espaço. A valorização do metro quadrado nesses espaços de comércio popular se dá muito em função da difusão de um dispositivo de comércio que tem se multiplicado nos últimos anos: as galerias, também conhecidas como shoppings populares ou mini-shoppings. Nelas, o espaço é subdividido em uma série de pequenos *boxes*, de não mais que 4 metros quadrados na maioria. O fracionamento do espaço diminui o volume dos investimentos financeiros para cada comerciante individualmente, pois, apesar de estar entre o metro quadrado mais caro da cidade, o tamanho médio de cada *box* em uma galeria é muito menor do que em uma loja convencional. Por outro lado, cada metro é locado por um valor mais alto e as galerias abrigam mais lojistas, o que garante grandes lucros para os donos dos empreendimentos. Assim, a renda imobiliária auferida com o fracionamento do espaço e a sua sublocação é maior do que com a atividade comercial convencional. Esse fracionamento do espaço corresponde a uma multiplicação dos pontos de comércio.

De fato, o tipo de circulação que se estabelece nesses locais também compõe o valor localidade e não apenas as galerias. Ora, em outros locais da cidade elas não alcançam os valores das regiões da 25 de Março, Brás e Santa Ifigênia. A grande atração de revendedores em busca de oportunidades de negócios é um elemento diferencial dessas regiões em relação a outros centros de comércio popular da cidade e mesmo do país, como o shopping popular do Oiapoque, em Belo Horizonte (LIMA, 2011), o camelódromo da Uruguaiana, no Rio de Janeiro (GOMES, REGINESI E BAUTES 2007), e até a região de comércio popularmente conhecida como SAARA (Sociedade dos Amigos das Adjacências

da Rua da Alfândega), também no Rio (CUNHA E MELLO, 2005)³⁴. Aqui, nessas regiões de São Paulo, não se trata apenas de uma diferença de escala, dado o grande volume que o comércio varejista representaria em si, elas vêm ganhando certa polaridade de modo que muitos desses outros centros de comércio se abastecem ali. Toda a área em questão vem se constituindo em um verdadeiro entreposto comercial, onde se encontram produtores, importadores, distribuidores e revendedores de origens muito diversas. Juntamente com a região do Brás e do Bom Retiro, as ruas 25 de Março e Santa Ifigênia cada vez mais se destacam como polos de distribuição comercial em torno dos quais se estrutura um verdadeiro “turismo de sacoleiros”.

A partir desses centros de comércio, os pequenos comerciantes da periferia, das cidades do interior e mesmo de outros estados, veem uma chance de desenvolver os seus negócios sem a necessidade de grandes recursos financeiros e sem a necessidade de mobilizar uma empresa formalmente constituída para poder comprar diretamente dos produtores, elemento muitas vezes impeditivo para a compra nas grandes redes de comércio atacadista ou na compra direta nas indústrias – embora a formalização seja crescente nesses espaços e nessa dinâmica de modo geral, como veremos no próximo capítulo. De fato, as condições de compra no atacado, praticadas em tais espaços, possibilitam uma grande redução no crédito necessário para os pequenos comerciantes. Mesmo que as compras aqui sejam, na maioria dos casos, à vista e em “dinheiro vivo”, o pequeno número de peças exigido para vendas no atacado, combinado aos preços baixos reduz substancialmente a barreira do crédito³⁵. De modo que para além dos consumidores sazonais, atraídos pelas ofertas de final de ano, há um fluxo constante e regular de pessoas que negociam grandes volumes de mercadorias para a posterior revenda, contando com uma infraestrutura voltada a atendê-las com hotéis, hospedarias, estacionamento de ônibus, agências de excursão e até guias de compras.

³⁴ O polo têxtil de Pernambuco, formado os municípios de Touritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, é o que mais se aproxima, enquanto polo atacadista, do caso de São Paulo. Muitas excursões do nordeste e norte do país se direcionam as feiras da região. Alguns produtores do polo têxtil de Pernambuco também distribuem suas mercadorias nas galerias e feiras da madrugada de São Paulo. Voltaremos a este ponto no capítulo 04.

³⁵ Comércio e crédito sempre andam juntos, disse Fernand Braudel (1979) ao analisar o renascimento das grandes feiras e a formação dos sistemas de crédito na Europa. O historiador francês mostra como o próprio sistema financeiro tem origem em torno do comércio de longa distância.

No princípio, o comércio ambulante era o centro da dinâmica comercial com as galerias constituindo seus maiores clientes, e elas eram pouco numerosas. Antes o centro do comércio informal nessas regiões girava em torno da atividade dos vendedores ambulantes e sua atuação no varejo, onde a ocupação espaços estratégicos nas ruas da cidade era o principal foco dos conflitos. A lógica de ocupação dos espaços pelo comércio ambulante era a da permanência em locais de alta circulação de pedestres. Antes os pontos mais valorizados estavam localizados mais próximos aos terminais de ônibus e às estações de metrô e trem, com o comércio varejista direcionado para as pessoas da própria cidade. Atualmente, os melhores pontos estão localizados próximos aos estacionamentos para ônibus, com o comércio atacadista direcionado principalmente a pessoas de fora da cidade.

Os lugares confinados eram detestados pelos ambulantes e as propostas de “shoppings populares” e “bolsões” eram refutadas pela maioria. Desse modo, algumas experiências que fracassaram como o Pop Center do Brás que, mesmo com o apoio da prefeitura, não durou nem mesmo um ano e fechou em 1999 (GUERREIRO, 2000). Segundo Guerreiro (2000), o fracasso se deu por não conseguirem fazer o público circular em seu interior. Dez anos depois, esses shoppings populares agora são um sucesso e se multiplicam rapidamente. Com as mudanças de escala e a importância do atacado no centro de São Paulo, os lugares mais valorizados são aqueles que estão na rota dos sacoleiros, daí a grande valorização de espaços como as galerias e as feiras da madrugada.

Dessa forma, os milhares de microempreendedores em busca de oportunidades de compras para a posterior revenda entram em todos os lugares, sobem as escadas, buscam as melhores condições de negócios e fazem das galerias e das feiras da madrugada lugares estratégicos para a distribuição de produtos em larga escala e com grande ramificação para lugares diversos. Os vendedores ambulantes perderam espaço para as lojas de galeria, que se valorizaram bastante e de quem já não são mais os principais clientes. Muitos deles foram convertidos em lojistas nas galerias, em grande parte uma conversão forçada por conta da ação policial de repressão ao comércio ambulante, sobretudo depois que a polícia militar passou a fazer o controle do comércio ambulante com o início da chamada “operação delegada”³⁶, em dezembro de 2009.

³⁶ Trataremos desse ponto no próximo capítulo.

Tal dinâmica está muito ligada à extrema e recente valorização do metro quadrado nessas áreas. A valorização não ocorre porque os ambulantes saíram das ruas – frequentemente os vendedores ambulantes são acusados de contribuir para deteriorar os espaços e sua expulsão é colocada como medida para “revitalizar” os espaços. As redes urbanas de acumulação e os meios coercitivos, como na análise de Charles Tilly (1996) sobre a formação das cidades e dos Estados, andam juntos aqui. O que temos é um aumento na demanda do mercado imobiliário comercial, resultante da busca de alternativas dos ambulantes que foram expulsos da rua. As feiras da madrugada e as galerias são agenciamentos comerciais e imobiliários fundamentais dessas mudanças que vêm ocorrendo na região.

Os mercados populares do centro de São Paulo estão se constituindo em importantes entrepostos comerciais e as galerias são como “balcões de oportunidades”, para usar a expressão de Vincenzo Ruggiero (2001), para uma série de atores que buscam se engajar no mercado como autônomos, assumindo para si os riscos da atividade econômica. Balcão de oportunidades tanto para quem busca esses espaços para se abastecer, como para quem organiza as excursões, mas também para quem procura um canal de escoamento para a sua produção ou para a distribuição de artigos importados. Essa dinâmica faz dos espaços aqui analisados locais estratégicos. Mas, sobretudo, esses balcões de oportunidades são grandes negócios para quem controla esse tipo de empreendimento imobiliário e comercial altamente lucrativo. Trata-se de expressivos fluxos de riqueza apropriados de maneira muito desigual pelos seus atores, que se diferenciam em relação ao lugar que ocupam nesses canais de circulação e distribuição, cada um deles fazendo da oportunidade do outro a sua fonte de lucro.

2.3 Balcões de oportunidades

Se a ideia de bazar traz consigo o sentido original de mercado oriental, a própria denominação de muitas das galerias do Brás, 25 de Março e Santa Ifigênia evocam essa imagem: Shopping Mundo Oriental, Shopping Saara, Complexo Novo Oriente, Bazar do Oriente, entre outros, até mesmo a principal rua de comércio do Brás é chamada rua

Oriente. Os nomes das lojas e galerias tem um sentido ligado à história da ocupação da região, posto que frequentemente os seus circuitos econômicos e sociais estabelecem uma dinâmica que, muito concretamente, liga a região ao “mundo oriental”, por meio da circulação de mercadorias e pessoas. Mas eles são também como uma chamada para certas oportunidades de negócios e possibilidades de compras.

A expressão “economia de bazar” foi usada por Clifford Geertz (1978) em referência às suas pesquisas sobre o mercado na cidade murada de Sefrou, no Marrocos, durante a década de 1960. Segundo o autor, a palavra de origem persa teria ficado incorporada ao inglês com o significado de mercado oriental, tanto em sentido analítico como na designação de uma instituição, uma referência, ao mesmo tempo, teórica e descritiva. O que representaria a característica distintiva do bazar, para Geertz (1978), seria a maneira como se organiza o fluxo de informações em seu interior. No bazar, a informação seria pobre, escassa, mal distribuída, comunicada de maneira ineficiente e, por tudo isso, altamente valorizada. A busca de informação (e também o seu segredo) a respeito da qualidade dos produtos, diante de toda a heterogeneidade disponível, e sobre os preços correntes, faria da intensa barganha e da tendência à formação de vínculos estáveis de clientela elementos centrais do bazar.

Foto 1: Rua 25 de março, vésperas do ano novo de 2010 (Carlos Freire, 2009).

Em outro sentido, Vincenzo Ruggiero (2000) propõe a noção de bazar ao tratar a questão do surgimento nas cidades modernas ocidentais de mercados marcados pela multiplicidade, incessante barganha, negociação e manobras em uma variedade de trabalhos e empreendimentos que oscilam entre atividades legais e ilegais. Segundo Ruggiero (2000), esse bazar contemporâneo seria caracterizado por uma rede que oferece arranjos de parcerias, assim como contatos de emprego, nos quais as pessoas ouvem sobre oportunidades potenciais e setores econômicos emergentes.

Em tal bazar, as pessoas se encontram, estabelecem vínculos, trocam informações

e se capacitam para suas atuações. Elas procuram identificar demandas, criar outras novas e estabelecer canais de suporte para as já existentes. Para o autor, a característica principal do bazar seria justamente essa mistura de atividades oficiais e ilegais, em um fluxo de mercadorias cuja origem pode ser legal ou não, em que ambas as práticas podem ser adotadas, tanto por empresários como pelos trabalhadores envolvidos.

O trabalho das pessoas que chegam pelas excursões para abastecer seus negócios consiste, basicamente, na busca de informação. Irão percorrer longas distâncias durante horas, puxando suas sacolas em carinhos, andando por várias ruas, passando por diferentes galerias e seus inúmeros corredores. Trata-se de um trabalho bastante exaustivo e é da informação que depende diretamente suas possibilidades de rendimento. A busca de informação não diz respeito apenas a encontrar o menor preço, deve se levar em conta a probabilidade de saída da mercadoria e se é ou não possível aplicar uma boa margem de lucro.

A ideia de “modinha”, repetida muito frequentemente tanto por quem compra quanto por quem vende, expressa exatamente as mercadorias com maior liquidez no

momento, não se restringindo apenas as roupas. O sentido do termo aqui corresponde exatamente ao conceito estatístico de moda, como o valor que se repete com maior frequência. Dessa forma, quando algum tipo de mercadoria vira “modinha” ela se repete com poucas variações entre muitas lojas, boxes e barracas, que a replicam enquanto ainda oferecem uma boa saída comercial. O que é produzido, distribuído e posto em circulação são as tendências de consumo – também elas produzidas. As tendências de consumo e as mercadorias a serem consumidas não são produzidas necessariamente pelos mesmos atores.

Dono de um *box* em um shopping popular de Barbacena, Jacinto, de 48 anos, frequenta o Brás uma vez por semana. Já conhece bem a região, tendo trabalhado ali como camelô por 15 anos. Há seis mudou-se para a cidade natal da esposa e lá se estabeleceram no comércio. Segundo conta, boa parte do comércio de lá se abastece no Brás. Na cidade, de pouco mais que 130 mil habitantes, seriam 4 diferentes excursões com saídas aos domingos, segundas e terças-feiras. Todas as segundas-feiras, entre 7 e 8 horas da noite, ele pega o ônibus na cidade mineira e chega em São Paulo de madrugada. Jacinto trabalha com roupas masculinas e, a cada viagem, leva de 100 a 200 peças com um investimento que oscila entre 2 e 4 mil reais. A sua margem de lucro é de 50% sobre cada peça:

A gente trabalha é com o que está vendendo, surgiu uma moda aí, a gente está vendendo. Onde achar as mercadorias com o preço melhor, a gente está comprando. Sempre nacional e importado, o que estiver vendendo mais. Compro com chinês, bolivianos o que o pessoal, procurar mais a gente compra.

Jacinto é experiente e já possui uma rede de fornecedores. Perceber o ciclo das “modinhas” é um tipo de informação que vai além do quesito preço. Jacinto não trabalha com grandes estoques, preferindo repor as mercadorias a cada semana de acordo com as suas vendas.

Em outro caso, Gilberto, 33 anos, vindo de Ponta Grossa, no Paraná, trabalha com outras mercadorias. Em sua cidade, ele não tem um ponto de comércio fixo e vende de porta em porta, percorrendo o comércio, abordando pessoas na rua. Trabalha com pequenas mercadorias que pode carregar consigo, como carteiras, relógios e meias. Quando o

entrevistei, era sua primeira vez no Brás, de modo que ainda não tinha estabelecido uma rede de fornecedores preferenciais:

Comprei relógios com os chineses ali. O relógio está com um preço acessível, tá com um preço bom, vai dar pra lucrar. Paguei na faixa de oito reais o relógio, isto no atacado, no varejo, 13 reais. Agora estou atrás só de meia. A dúzia é 15 reais, eu consegui a 14 reais, mas tem gente vendendo a 20, 22, tá muito caro. Ai você vai ganhar o que em cima? A margem que eu vou jogar é de 3 reais, 3,50, quase uns 200% em cima. [risos]. Tem que vender muita meia! Se conseguir sair tudo, vai dar para ficar com um dinheirinho.

A decisão de Gilberto de vir para São Paulo foi uma tentativa de aumentar suas margens de lucro, deixando de comprar no comércio local de Ponta Grossa e se abastecendo diretamente nas galerias e feiras da madrugada. Toda essa dinâmica de sacoleiros ocorre em torno da distribuição de uma grande variedade de produtos de procedências diversas a preços populares. Entre o comércio tradicional encontramos uma grande concentração de ambulantes, pequenos comerciantes, depósitos de mercadorias, importadoras, muitas galerias com seus corredores repletos de pequenas lojas, além de toda uma heterogênea gama de negócios e serviços que compõem a economia urbana da região.

Tal dinâmica possui uma temporalidade própria. O dia de maior movimento de pessoas das excursões é segunda-feira, justamente o dia mais fraco no comércio varejista. Assim, durante a semana esses espaços são marcados pela presença de pessoas de fora da cidade e pelo comércio atacadista. Ao longo da semana isso se inverte, de modo que no sábado são principalmente as pessoas da própria cidade que frequentam os espaços para compras no varejo. No decorrer do dia também há uma particularidade: com a dinâmica de comércio na madrugada centrada principalmente no Brás, costuma-se fazer compras por lá até o alvorecer e depois o movimento se direciona a 25 de Março.

As “feiras da madrugada” são um bom exemplo da temporalidade em função do comércio atacadista: uma delas ocorre na 25 de Março e outras duas no Brás. De segunda a sábado, a partir das 3 horas da madrugada até às 7 horas da manhã, vendedores ambulantes disputam seus clientes e as vendas são principalmente no atacado. Na principal dessas feiras, que ocorre no Pátio do Pari, a estimativa é de que 15 a 20 mil pessoas circulem

diariamente apenas no espaço da feira, em sua grande maioria sacoleiros que transacionam grandes volumes de mercadorias. O local conta com um amplo estacionamento para centenas de ônibus, por volta de 200 por dia, boa parte deles fretados – como pode ser visto na identificação das excursões nos para-brisas dos ônibus vindos de cidades do interior de São Paulo, do Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, alguns de estados do Nordeste, e inclusive de países vizinhos, como a Argentina, de acordo com o assessor de comunicação da feira. Nela encontramos também angolanos que mobilizam, por sua vez, toda uma gama de serviços e expedientes para a travessia do Atlântico e a viabilização das operações de compra e transporte, principalmente de artigos de confecção³⁷. Entre os vendedores estabelecidos ali, para além dos brasileiros, há também bolivianos, peruanos, coreanos, paraguaios e, recentemente, muitos chineses.

Como se vê, os fluxos desses diversos tipos de consumidores e vendedores passam por circuitos de uma dinâmica urbana que transborda amplamente o perímetro local. O mesmo se pode dizer das mercadorias em circulação. Esses locais funcionam como ponto de ancoramento que articulam ampla circulação de riqueza e de pessoas estabelecendo, dessa forma, conexões com diversas outras localidades. Enfim, estamos, aqui, longe das tradicionais economias de sobrevivência, tal como esses espaços foram descritos no início dos anos 2000 (FRÚGOLI, 2000; RAMIRES, 2002), mas no núcleo de uma pulsante economia urbana, instalada no centro dinâmico da cidade, inteiramente conectada aos circuitos modernos e globalizados da economia.

Os percursos que os produtos transcorrem até chegar a esses lugares fazem o traçado de circuitos de extensão variada que se estruturam nas passagens e diversas formas de interação entre mercados formais e informais, legais e ilegais. Na região da 25 de Março e Santa Ifigênia o circuito de mercadorias está mais centrado na distribuição de artigos importados, principalmente nas galerias³⁸. Elas têm a mesma lógica das feiras, mas funcionam em locais fechados que podem ocupar prédios inteiros, onde o espaço é utilizado ao máximo para acomodar o maior número possível de *boxes* e os corredores têm apenas o

³⁷ Junto ao Brás, nas proximidades da estação do trem, já existem alguns empreendimentos voltados especificamente para os angolanos. Trata-se de firmas que preparam os pacotes de mercadorias, sobretudo roupas, e os despacham diretamente para Angola. O hotel Vitória costuma ser a referência de hospedagem para os angolanos.

³⁸ A relação das galerias com a distribuição de artigos importados será tratada no capítulo 04.

tamanho necessário para a circulação das pessoas. Nas galerias, os *boxes* expõem poucos produtos, dois vendedores, quando não apenas um, anunciam as mercadorias oferecidas e o balcão é o elemento central que estrutura toda a sua atividade: é o lugar da negociação, todos os outros espaços são apenas locais de passagem. Nesse sentido, as galerias se diferenciam dos *shoppings* comuns, nos quais o próprio espaço é oferecido como atrativo da experiência de consumo.

No Brás, o circuito de confecções e a distribuição da produção local predominam. Podemos encontrar, por exemplo, pequenos produtores de *jeans* e bermudas de *tactel* vindos do nordeste do país e que têm as feiras da madrugada como a principal forma de distribuição. Até mesmo produtos do circuito da *sulanca* – que tem como matéria prima os retalhos de tecido das confecções do Brás e do Bom Retiro e são produzidos e comercializados em Pernambuco (GOMES, 2002) – são encontrados por lá. Há ainda os donos de pequenas oficinas, autônomas ou subcontratadas, que se multiplicam no entorno do Brás e nas pontas das periferias, onde também cresce o trabalho a domicílio sob encomenda. As oficinas encontram nos ambulantes o conduto para o escoamento dos produtos, na maioria dos casos uma estratégia informal – muitos bolivianos trabalham na feira da madrugada distribuindo uma produção própria (FREIRE DA SILVA, 2008). Apenas nos últimos anos, a partir de 2008, que a presença de chineses começa a se fazer marcante no Brás, juntamente com suas mercadorias importadas. Apesar de recente, sua expansão foi muito rápida e intensa. Os circuitos de mercadorias da 25 de Março progressivamente estão mais presentes no Brás, que vem ganhando centralidade por concentrar grande parte dos estacionamento utilizados pelas excursões de sacoleiros.

Por sua vez, os vendedores ambulantes instalados nessas regiões nem sempre desenvolvem uma relação de antagonismo com os lojistas estabelecidos – na concorrência entre comércio formal e informal –, mas também estabelecem relações de complementaridade e dependência. Isso pode ser ilustrado pelo fato de que os lugares e as ruas de comércio especializado costumam apresentar a mesma especialização dos seus ambulantes não só pela demanda comum dos consumidores e pela disputa pelos mesmos clientes, mas, sobretudo, pela atuação dos fornecedores. Por vezes a própria ocupação dos espaços na rua passa pela negociação com os fornecedores que chegam a controlar pontos do comércio ambulante, ou os ambulantes que trabalham na rua puxando a clientela para

dentro das galerias³⁹. Assim, os ambulantes da região da 25 de Março vendem no varejo aquilo que as lojas da mesma localidade fornecem no atacado como bijuterias, bolsas, roupas, brinquedos, miudezas, DVDs e CDs de filmes e músicas pirateados. Já na rua Santa Ifigênia e região, enquanto as lojas comercializam *hardwares* e eletroeletrônicos, os vendedores ambulantes vendem *softwares* piratas, jogos piratas, controles remotos, pilhas, baterias e *pendrives*. Por fim, no Brás predomina o comércio de roupas e acessórios. A concorrência também existe, no entanto o comércio de rua fornece liquidez à grande parte do comércio estabelecido nas lojas, principalmente para as galerias.

2.3.1 Feiras da madrugada

Há várias versões acerca da origem da Feira da Madrugada. Entre lideranças de vendedores ambulantes e empresários do comércio que reivindicam para si a criação da feira, uma das versões mais frequentes – no depoimento dos vendedores ambulantes que atuam a mais de 20 anos no Brás – diz que a primeira feira da madrugada começou em 2002, por iniciativa de Afonso Camelô e do SINDICISP – (Sindicatos dos Camelôs Independentes de São Paulo). Tratava-se de uma feira de comércio atacadista realizado na rua 25 de Março, voltada para abastecer os vendedores ambulantes de toda a cidade. O horário de funcionamento era para evitar conflitos com os lojistas e permitir aos ambulantes fazerem suas compras antes de começar o seu expediente nas ruas. No princípio, o horário também conferia alguma vantagem em relação à fiscalização da prefeitura e aos turnos de trabalho dos fiscais, mas depois a fiscalização se estendeu para a madrugada também. Em 2004, através de um acordo do próprio Afonso com a então prefeita Marta Suplicy (2001-2004), a feira foi transferida para a rua Oriente, no Brás. Na prática, o que houve foi à criação de outra feira, pois ela nunca deixou de funcionar na 25 de Março, especializando-se em CDs e DVDs, bijuterias e no “comércio de miudezas”.

³⁹ Para uma discussão sobre as redes de trabalho informal na 25 de março, ver: Aguiar, 2013.

Foto 2: Alvorada na Feira da Madrugada da rua do Oriente. (Carlos Alba, 2010).

A feira que se desenvolveu na rua Oriente, especializada na distribuição de roupas, era conhecida, no início, como a “feirinha dos ambulantes” e reunia pequenos produtores que viam ali a oportunidade de escoar sua produção. Em pouco tempo a rua Oriente se tornou altamente movimentada, os sacoleiros – que normalmente já se dirigiam ao Brás – começaram a chegar cada vez mais cedo para participar da feira e, assim, crescia a circulação de pessoas na “madrugada”, porém, nesse caso, eram principalmente revendedores que compravam grandes volumes de mercadorias. Antes o principal eixo do comércio ambulante no Brás era o Largo da Concórdia, nas proximidades da Estação do Brás e as ruas próximas, como a Firmino Whitaker e a Maria Marcolina, que eram controladas pelo SINTEIN (Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal). Com a feira da madrugada esse eixo foi deslocado para a rua Oriente, controlada pelo SINDICISP, que organizava a ocupação dos pontos, fazia a limpeza e garantia a segurança – cobrando de 15 à 30 reais por semana de cada barraca na época. As ruas transversais ficavam lotadas,

a Barão de Ladário era uma das principais extensões da feira e concentrava os pontos dos migrantes bolivianos.

Até então, o terreno do antigo “Pátio do Pari” era apenas utilizado como um estacionamento para ônibus e caminhões, administrado pela empresa “GSA Serviços Gerais e Transporte LTDA”, por meio de um Termo de Permissão de Uso (TPU), concedido pelo Ministério dos Transportes do Governo Federal, desde 1997. Como não era permitido o estacionamento de ônibus nas ruas do centro, todos eles se dirigiam para os estacionamentos disponíveis no Brás. Foi a partir de meados de 2005 que a GSA, administrada por Geraldo de Souza Amorim, começou a locar o espaço para os vendedores ambulantes. Trata-se de um terreno de 136.879 m² que fazia parte da antiga RFFSA, de propriedade da União, localizado entre a avenida do Estado, rua São Caetano e rua Monsenhor Andrade. A empresa registrou a marca “Shopping Popular da Madrugada” e alterou sua razão social para “GSA Administração e Organização de Feiras e Eventos LTDA. Diferentemente da feira na rua, o local conta com uma infraestrutura para atender os sacoleiros, com pousada para os motoristas dos ônibus, um vasto estacionamento oferecido de graça às excursões, banheiros, sites de anúncios dos *boxes* na internet, serviço de segurança privada e caixas de banco.

O fato de não estar em uma via pública (apesar de se tratar de um espaço público), como a feira da madrugada da rua Oriente, permitia uma maior estabilidade para os negócios, sem as cobranças dos fiscais e da GCM, que eram praticadas na rua. Tais condições atraíram também muitos produtores que investiam em pontos para distribuir seus artigos ali, vendendo diretamente suas mercadorias, sem intermediação de ambulantes. De acordo com o assessor de comunicação da GSA, em 2009, o local contava com um número entre 5 e 7 mil barracas que formavam verdadeiros labirintos de corredores estreitos, entulhados de mercadorias de todos os tipos e por onde os clientes circulavam com seus enormes sacos de plástico e de pano abarrotados de mercadorias.

Foto 3: Labirintos da Feira da Madrugada do Pátio do Pari. (Carlos Alba, 2010).

O valor cobrado pelo aluguel do ponto no interior do Pátio do Pari era bem mais caro que na rua Oriente. Levando em conta o número de barracas e o valor mínimo cobrado de R\$ 600 mensais, em 2009, a arrecadação poderia chegar a R\$ 4,2 milhões por mês, apenas com o aluguel dos pontos. Entretanto, também era cobrado uma conta anual de cada barraca e uma porcentagem sobre a transação dos pontos de comércio. Entre os comerciantes, naquela época, falava-se que o valor dos pontos poderia chegar a R\$ 200 mil. Mais recentemente (2013), o aluguel de um ponto no Pátio do Pari custava em torno de R\$ 2,5 mil, apesar da cobrança não ser permitida pela prefeitura, e já se falava em R\$ 450 mil pelo valor do ponto. Os investimentos para ter um ponto dentro do Pátio do Pari eram bem maiores do que o necessário para trabalhar na rua Oriente e isso diferencia o perfil de seus comerciantes.

Na feira da madrugada da rua Oriente, o controle sobre o espaço era objeto de muitas disputadas. Afonso Camelô acabou perdendo o controle da feira em 2005, depois de

ter sido preso e ficado seis meses na cadeia acusado de extorsão, formação de quadrilha, danos a patrimônio público, incitação a violência e ameaça. Quando voltou, em 2008, tentou recuperar o controle da feira na rua Oriente. Foi assassinado em dezembro de 2010, na sede do SINDICISP, no Brás. Antes disto, a partir de janeiro de 2010, quando a operação delegada começava a se espalhar pela cidade⁴⁰, muitos dos ambulantes – vindos de diversos lugares e que perderam seus pontos por conta da repressão policial – foram trabalhar na rua Oriente durante a madrugada. Havia mais vendedores nesse período do que durante o dia no Brás. O horário alternativo de funcionamento os livrava dos policiais militares da operação delegada, que só começavam a trabalhar a partir das 7 horas da manhã.

Em outubro de 2011, no entanto, a prefeitura havia expandido o horário de vigência da operação delegada para as 2 horas da manhã, houve muitos confrontos entre os vendedores ambulantes e a polícia militar. Com toda a pressão resultante das ações de repressão da operação delegada, a disputa por espaço se intensificou bastante e os conflitos também. Nesse ínterim, um antigo galpão de manutenção de trens, situado no mesmo terreno do Pátio do Pari, mas isolado do outro lado pela linha de trem, foi ocupado por um grupo de ambulantes. Eles não eram ligados aos sindicatos, mas sim à Associação de Camelôs da região do Brás. Mais de mil camelôs participaram da ocupação, o ponto era considerado estratégico, com entrada pela avenida do Estado, no meio do caminho entre o Brás e a 25 de Março. A ocupação do galpão parecia um negócio promissor, funcionando nos mesmos moldes da feira da madrugada do Pátio do Pari, com espaço suficiente para receber vários ônibus de excursão, além de contar com seguranças, banheiros, enfim, uma infraestrutura para os sacoleiros que poderia até rivalizar com a vizinha do outro lado do trilho do trem. Porém, depois de três meses de ocupação, ocorreu a ação de reintegração de posse, com muitos policiais militares, um trator que circulou no interior do galpão para destruir as divisórias e as barracas. As mercadorias apreendidas nunca foram reavidas pelos ambulantes.

⁴⁰ Convênio da prefeitura municipal com o governo do Estado em que policiais em hora de folga são pagos para reprimir o comércio ambulante. Voltarei a este ponto no próximo capítulo.

Foto 4: Ônibus de excursão no Pátio do Pari. (Carlos Alba, 2010)

Em relação à feira do Pátio do Pari, todo o empreendimento foi desenvolvido a partir da concessão de um TPU, instrumento que permite a exploração de um espaço público pela iniciativa privada a título de uso precário. Isso quer dizer que não podem ser construídas edificações e nem infraestrutura permanente, a permissão deve ser renovada com certa periodicidade e o poder público pode requerer o espaço novamente, sem a necessidade de justificativa. Assim, o controle da feira dependia basicamente de um acordo político que poderia ser suspenso. Geraldo de Sousa Amorim – responsável pela GSA e administrador do Shopping Popular da Madrugada, que, em 2010, seguramente já figurava como um dos maiores empreendimentos comerciais do Brás, se não o maior – entrou em desavença com Waldemar da Costa Neto, o então presidente do Partido Republicano (PR, antigo Partido Liberal - PL) que, então, controlava o Ministério dos Transportes. Amorim acabou perdendo a concessão e recebeu um mandato de reintegração de posse da Justiça

Federal em abriu de 2010⁴¹. Em resposta, ele denunciou o pagamento de R\$ 300 mil mensais em propinas ao deputado federal Waldemar da Costa Neto para garantir o funcionamento da feira. Amorim foi assassinado em 17 de setembro de 2010, segundo a polícia, vítima de um latrocínio. Ele não chegou a depor e as denúncias foram arquivadas. Vários grupos tentaram assumir o controle do espaço depois da queda da GSA, mas a direção acabou cedida, pelo Ministério dos Transportes, ao “Complexo Novo Oriente – Feira da Madrugada”, administrado por Ailton Vicente de Oliveira⁴².

Em novembro de 2010, o governo federal transferiu o controle do espaço para a prefeitura de São Paulo. Então, a “Feira da Madrugada” passou a ser gerida por um comitê gestor formado por membros da Secretaria das Subprefeituras, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho e da Subprefeitura da Mooca. Durante a gestão Kassab (2009-2012), marcada pela presença de oficiais reformados da Polícia Militar (PM) no comando de cargos executivos da administração municipal, a presidência do comitê era realizada por um coronel reformado da PM, especialmente designado para a função. Desse modo, os policiais militares controlavam diretamente um dos maiores empreendimentos comerciais da cidade.

Uma das grandes mudanças com a administração do espaço pela prefeitura dizia respeito à fiscalização sobre o comércio. Logo que ela assumiu a direção do espaço, a feira foi interditada para o controle da pirataria. Apenas depois que todas as bancas foram fiscalizadas e receberam um termo de controle da prefeitura que a feira pôde reabrir. Nem por isso os problemas de irregularidades e corrupção envolvendo a feira da madrugada cessaram. No curto período desde que a prefeitura, com o apoio de coronéis reformados da PM, assumiu o controle do Pátio do Pari, foi instaurada uma “Subcomissão para avaliar a formalização da feira da madrugada” na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara

⁴¹ Em carta do vereador Agnaldo Timóteo (PR), publicada pela imprensa, endereçada a Geraldo de Sousa Amorim, ao que parece em resposta a uma queixa de Geraldo por ter tido sua filha exonerada do gabinete do vereador, Timóteo escreve: “Os maus conselheiros te levaram a peitar Waldemar e, lamentavelmente te ajudaram a perder tua galinha dos ovos de ouro. Que pena!”. Disponível em: <http://f.i.uol.com.br/folha/poder/images/11202431.jpeg>. Acessado em 07/02/2012.

⁴² Ailton trabalhava junto a Geraldo Amorim anteriormente, em entrevistas à imprensa ela se autoproclamou o fundador da feira da madrugada, segundo ele “o maior projeto social do Brasil”. Disponível em: http://www.feiradamadrugadashopping.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=99:o-maior-projeto-social-do-brasil&catid=53:o-shopping. Acessado em 07/02/2012.

Municipal de São Paulo e um inquérito na Polícia Civil para apurar irregularidades na gestão do espaço.

A forte presença de policiais militares no interior do Pátio do Pari era marcante em 2011 e 2012. Entre aqueles que circulavam nos corredores cercados de mercadorias de lado a lado, via-se muitos sargentos e subtenentes. A prefeitura também assumiu as despesas de água e luz do empreendimento; além disso, foi feita uma licitação para os serviços de limpeza, retirada do lixo e segurança. Apesar de todos os gastos de manutenção serem pagos pela prefeitura, as cobranças de “taxas de condomínio” no interior da feira continuaram. Em maio de 2011, uma empresa foi contratada, através da SPturis⁴³, para fazer o cadastramento de todos os donos de *boxes*. Foram cadastrados 4060 *boxes*, no entanto, o número total de *boxes* seria maior, podendo chegar a 8 mil, de acordo com os dados da Subcomissão. Ainda de acordo com esses dados, haveria muitos nomes repetidos na lista de cadastrados e denúncias de cobranças e de venda de cadastros que chegariam a até 8 mil reais⁴⁴.

A particularidade das feiras em relação a outros agenciamentos de comércio, como as galerias, é que elas dependem essencialmente de uma autorização do poder público. Quando do governo de Fernando Haddad (PT, 2013-2016), a feira foi fechada por sete meses sob a alegação de riscos à segurança pública e o período de reformas havia sido previsto, inicialmente, para três meses. Essas intervenções, mesmo quando temporárias, têm grandes efeitos de reorientação nos fluxos comerciais do Brás, sobretudo por conta do tamanho do estacionamento do Pátio do Pari. Nessa medida, nesse intervalo, o remanejamento dos feirantes para outros espaços, alimentou o mercado imobiliário da região.

A Feira da Madrugada que inicialmente surgiu como uma iniciativa dos ambulantes acabou gerando um circuito comercial que alterou bastante as dinâmicas urbanas da região central. Estabeleceu um fluxo enorme de ônibus para ela no período da madrugada e promoveu o alargamento da mancha comercial do Brás – muitos galpões antigamente em

⁴³ Empresa de capital aberto que tem a prefeitura de São Paulo como sócia majoritária.

⁴⁴ Notas taquigráficas da sessão do dia 06/06/2011 da Subcomissão na Câmara Municipal de São Paulo.

desuso agora compõem este circuito comercial. Todavia, trata-se de um mercado cuja estruturação se deu em um campo tenso de relações políticas.

2.3.2 Galerias

As galerias comerciais se difundiram amplamente nos últimos anos no centro de São Paulo. A primeira e mais famosa delas, Galeria Pagé, localizada na região da 25 de Março, foi inaugurada em 1963, em um complexo de dois prédios sendo um de escritórios e outro comercial, de 12 andares com espaço para 170 lojas. Porém, ao longo dos anos as lojas foram subdivididas e multiplicaram-se os pontos comerciais em seu interior. Muitas vezes, um ponto na Galeria Pagé representa apenas um espaço em um balcão, sem nem mesmo existir divisórias de *boxes*.

Foto 5: Galeria Pagé. (Carlos Freire, 2010).

Outras grandes galerias na região da 25 de Março surgiram bem depois, na década de 1990, como o Shopping 25 de Março, Shopping Mundo Oriental, Shopping Duprat e há, ainda, pequenas galerias recentes que ocupam o lugar deixado por algumas lojas.

Em todas elas a variedade de produtos é vastíssima, para citar alguns dos produtos mais encontrados temos canetas, perfumes falsificados, brinquedos, utensílios domésticos, guarda-chuvas, artigos de vestuário de tecido sintético (jaquetas, camisetas, calças, bonés), bolsas que imitam marcas famosas, tênis de marca, bijuterias (colares, brincos, pulseiras, anéis, folheados a ouro e a prata), relógios, videogames e jogos eletrônicos, câmeras fotográficas, *pendrives*, mídia *players*, celulares, carregadores e capas de celular,

equipamentos de som e DVD para carros, CDs e DVDs virgens e piratas (de músicas e filmes principalmente).

Na região da rua Santa Ifigênia, as galerias não ocupam prédios inteiros, elas são menores e mais especializadas em artigos eletroeletrônicos e de informática. Apenas uma delas se destaca pelo tamanho, a Galeria São Paulo, ocupando um quarteirão inteiro. O número de galerias em compensação é bem mais expressivo, são mais de 20 apenas nesta região. Segundo a Câmara dos Dirigentes Lojistas da Santa Ifigênia, a difusão das lojas de galeria é recente na região, sendo que até o ano de 2000 eram apenas três, depois disso muitos lojistas tradicionais encerram suas atividades ou se transferiram para as ruas paralelas e alugaram seus imóveis, que eram posteriormente subdivididos em *boxes* e relocados. Como disse o presidente da CDL na ocasião, Robson Aires, muitos lojistas tradicionais estariam largando o comércio para se tornarem locatários, recebendo altos valores de aluguel e sem os riscos de investimento característicos da atividade comercial. Aqui temos uma maior concentração de libaneses que vendem produtos eletrônicos importados, mas que, por vezes, também são proprietários dos imóveis. Os chineses também estão cada vez mais presentes no local, como lojistas nos *boxes*, embora em menor concentração que na 25 de Março.

Nas galerias da rua Santa Ifigênia, temos *boxes* que vendem produtos eletrônicos que também são encontrados na 25 de Março, como câmeras fotográficas, *pendrives*, mídia *players*, vídeo *games* e jogos eletrônicos, equipamentos de som e DVD para carros, CDs e DVDs virgens e cópias (neste caso, sobretudo de *softwares*); mas a variedade de artigos eletroeletrônicos e de informática é muito maior. Existem produtos que são comercializados apenas nas galerias da Santa Ifigênia, *boxes* especializados em equipamentos de informática (placas de vídeos, processadores, placas de memória, placas mãe, estabilizadores, gabinetes, monitores, teclados, mouses, gravadores de CDs e DVDs), até *boxes* especializados na venda e manutenção de *notebooks*. Trata-se de um lugar de difusão e consumo das mais avançadas tecnologias da informação. Nesse sentido, não se trata apenas de mercadorias para um consumo doméstico – os técnicos de informática, entre outros profissionais da área, que trabalham na cidade se abastecem ali.

Em tais lugares, vendedores ambulantes e outros revendedores podem adquirir CDs e DVDs de músicas, filmes, *softwares*, *games*, para revendê-los nos faróis e nas calçadas. Com mais recursos para investir, é possível montar uma produtora de CDs, comprar vários gravadores, matrizes (CDs e DVDs virgens) e se informar sobre os melhores provedores para baixar as fontes que circulam na Internet. Outra oportunidade de negócio é tornar-se “representante de vendas” de tênis de marca. Por meio de um catálogo, o vendedor pode oferecê-los em qualquer lugar e ir buscá-los apenas quando as encomendas são realizadas. Enfim, há toda uma diversidade de atividades e agentes se organizam em articulação com as lojas de galerias; em outras palavras, as galerias são também lugares de capitalização para outros empreendimentos econômicos, ou seja, funcionam como “balcões de oportunidades” (RUGGIERO, 2000) para os empreendedores que estiverem dispostos a assumir os riscos intrínsecos da distribuição desses produtos.

No Brás, a primeira galeria surgiu em 2008, com o Shopping 25 de Março-Brás, com a expansão de uma lógica de comércio que teve origem na região da 25 de Março. Antes disto, já existia o shopping atacadista Mega Polo Modas, desde 2005, no entanto, este não difere da estrutura dos shoppings convencionais. Podemos dizer que o Brás vem ganhando a centralidade nessa dinâmica, notamos até a transferência de alguns lojistas das galerias da 25 de Março para o Brás. A grande vantagem do Brás atualmente são os estacionamentos para excursões. Juntamente com as galerias, os chineses também passaram a atuar com comércio no Brás, o que não era muito comum anteriormente. Em menos de cinco anos, elas se multiplicaram rapidamente ocupando galpões antes em desuso e criando movimento em ruas que estavam fora da mancha do comércio. As mercadorias não são tão variadas quanto na 25 de Março ou Santa Ifigênia, são bolsas, majoritariamente, calças jeans, bonés, réplicas de camisetas de marcas famosas. No entanto, muitas mercadorias antes exclusivas da 25 de Março agora estão no Brás. As galerias existentes no Brás estão situadas próximas às feiras da madrugada, funcionando também em horário alternativo. Uma delas tem inclusive o nome de Shopping Família da Madrugada.

Estas galerias do Brás surgem a partir dos antigos galpões das fábricas, no qual são construídas as divisórias e alugados os *boxes*. A maior de todas as galerias do Brás, ocupa um quarteirão entre as rua Vautier, rua Vitor Hugo, rua Tiers e rua Alexandrino Pedroso. Trata-se do prédio da antiga fábrica de produtos alimentícios *Tostines*, são dois andares

além do terreno dotados de infraestrutura para atender os sacoleiros e o segundo maior estacionamento para ônibus de toda região, localizado bem em frente ao imóvel. Há também novas edificações construídas especificamente para abrigar os pequenos *boxes* voltados ao comércio atacadista. Atualmente, existem grandes estruturas sendo construídas que, além dos *boxes* e estacionamento para os ônibus dos sacoleiros, irão oferecer hotéis e hospedarias.

As galerias ou shopping populares são um agenciamento comercial e imobiliário em franca expansão em toda a região da 25 de Março, Santa Ifigênia e Brás. Elas viabilizam a distribuição em larga escala de uma grande quantidade de mercadorias e impulsionam o “turismo de sacoleiros” que ocorre no centro de São Paulo. De fato, as galerias são um dos maiores fatores para que o metro quadrado nessas regiões esteja, hoje, entre os mais caros de São Paulo. Por isso, em muitos casos, o comércio tradicional está cedendo lugar às galerias. A renda imobiliária auferida com o fracionamento do ponto comercial e a sua sublocação é mais lucrativa do que a atividade comercial convencional.

2.4 As organizações dos ambulantes na ocupação do espaço na rua

A ocupação dos espaços em vias públicas pelos ambulantes foi um processo que se desenvolveu a partir de conflitos e negociações com o poder público⁴⁵. Nesse sentido, as organizações dos vendedores ambulantes tiveram um papel estruturante. Elas começaram a aparecer já no final do processo de redemocratização do país, na década de 1980, acompanhando a expansão do associativismo no período pós-ditadura militar. Elas respondiam ao aumento dos conflitos com a prefeitura em torno da ocupação dos espaços públicos à medida que se desenvolviam as grandes concentrações de ambulantes na cidade. Antes disto, já existiam associações de defesa dos ambulantes, como menciona Elizabeth Goldfard Costa (1989). Porém, entre as organizações existentes a partir do final dos anos 1980, chama a atenção particularmente o nascimento de sindicatos entre os camelôs nesse

⁴⁵ Tratei do tema das organizações dos vendedores ambulantes e a ocupação do espaço nas ruas de São Paulo, conferir em Freire da Silva (2011; 2012). Em outro artigo, produzido em conjunto com Carlos Alba, comparamos as organizações dos ambulantes e a gestão do espaço urbano dos centros de São Paulo e Cidade do México, conferir Alba & Freire (2014).

período, talvez por influência do movimento sindicalista em grande evidência na época e pelos ex-operários das fábricas que estavam entre os vendedores ambulantes.

Houve um período de forte divisão na cidade, relativa à atuação dos sindicatos e associações que reivindicam a representação dos vendedores ambulantes, cada qual com uma maneira específica de atuação e suas próprias alianças e bases de apoio. Enquanto as associações trabalhavam localmente, na representação dos ambulantes de acordo com suas áreas de concentração na cidade, os sindicatos propunham um escopo mais amplo de atuação, envolvendo associações, locais ou não. Desse modo, os sindicatos costumavam ter maior expressão que as associações, além de serem mais articulados politicamente com partidos, centrais sindicais, entre outras entidades. Entre os ambulantes do centro de São Paulo, por muito tempo predominou a influência de sindicatos. Estes funcionavam em uma condição muito particular em relação aos outros sindicatos das categorias formais, para os quais deve existir apenas um por município, para cada categoria, financiados a partir de uma contribuição compulsória dos trabalhadores, de acordo com a legislação do sindicalismo no Brasil. Houve um momento em que pelo menos quatro sindicatos⁴⁶ reivindicavam-se como representantes dos ambulantes na cidade, cada um com uma maneira particular de atuar e se financiar.

O primeiro sindicato de ambulantes da cidade, o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal (SINTEIN), surgiu durante a gestão de Luíza Erundina (1989-1992) na prefeitura municipal de São Paulo. Ele foi fundado por um grupo de 27 pessoas que reunia representantes de ambulantes de diversos lugares da cidade, era vinculado a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e tinha grande influência do Partido dos Trabalhadores (PT). O objetivo do sindicato, quando de sua fundação, era representar todos os segmentos de trabalhadores da economia informal, no entanto, o comércio ambulante sempre foi sua maior área de atuação, em torno da reivindicação de regularizar a atividade de comércio ambulante em São Paulo e pelo fim das extorsões aos camelôs, praticadas por agentes fiscais da prefeitura. Na mesma época, a então prefeita Luíza Erundina, na época filiada ao

⁴⁶ O quarto sindicato seria menos expressivo entre os demais e se chamava Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de São Paulo (SINCOVASP). Depois ele teria passado a se chamar Associação dos Trabalhadores Ambulantes de São Paulo (ATASP) e atualmente Sindicato dos Microempreendedores Individuais (SINDIMEI).

do PT, sem contar com a maioria na Câmara Municipal dos Vereadores, buscava construir uma base apoio através dos movimentos sociais e contava com parte dos ambulantes.

Houve uma ampla tentativa de organizar o comércio de rua, a prefeita afastou fiscais acusados de corrupção e procurou regularizar a ocupação dos espaços na rua através da criação da Lei 11.039, de 1991. Esta lei estabeleceu as Comissões Permanentes de Ambulantes (CPA) – formada por representantes de associações e sindicatos ambulantes, representantes de associações e sindicatos de lojistas e agentes públicos das subprefeituras – enquanto fóruns de negociação e organização da ocupação dos pontos de comércio na rua. Também estabeleceu os Termo de Permissão de Uso (TPU)⁴⁷ como condição para a ocupação dos espaços, trata-se de uma licença que visa regularizar a ocupação dos pontos na rua a partir da concessão de uma permissão de uso a título precário e oneroso (paga-se uma taxa e o termo deve ser renovado a cada ano e pode ser cassado ou realocado pela prefeitura de acordo com suas conveniências). Segundo tal lei, as barracas devem ser padronizadas e terem suas dimensões limitadas a 1 metro por 1,2 metros; além disso, os camelôs são obrigados a apresentar nota fiscal das mercadorias que são vendidas.

O SINTEIN chegou a ter mais de 20 mil associados espalhados pela cidade inteira, principalmente no Brás, mas também em São Miguel, Jabaquara, nas linhas e estações de trem e metrô, entre outros. O sindicato teve grande importância na história política recente da cidade ao promover as denúncias que levaram a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 1999, conhecida como CPI da Máfia das Propinas. Vereadores ligados à gestão do prefeito Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000), além de agentes fiscais, foram presos por promover esquema de cobrança de propinas dos ambulantes. No entanto, o SINTEIN acabou encerrando suas atividades em 2010. Uma parte de suas lideranças organizou outro sindicato, o Sindicato dos Microempreendedores Individuais e da Economia Informal (SINDMICRO), que atua principalmente na região do Jabaquara, na zona sul da cidade. Outra parte acabou se reagrupando na Associação dos Camelôs e Ambulantes da Região do Brás e Adjacentes, a partir de 2011, em reação à prefeitura que buscava suspender as licenças de todos os ambulantes da cidade, como veremos adiante.

⁴⁷ A prefeita Luíza Erundina acabou não sancionando a lei, por achar que as modificações ao projeto lei da Câmara Legislativa Municipal teriam incluído critérios preconceituosos à concessão do TPU. Esses critérios estabeleceriam a ordem de prioridades para a obtenção da concessão: portadores de deficiência física, sexagenários e ex-presidiários.

O segundo sindicato criado foi o Sindicato dos Permissionários em Vias e Logradouros Públicos do Estado de São Paulo (SINPESP), fundado em 1995, com a intenção de representar especificamente os vendedores ambulantes que possuíam TPUs. Este sindicato é vinculado a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FECOMERCIO), uma instituição de grande força política e econômica que reuni muitos diferentes sindicatos patronais de comerciantes, no entanto o SINPESP não mantém muito contato com a FECOMERCIO. O sindicato também é ligado com uma das associações de ambulantes da 25 de Março, chamada União Nacional dos Deficientes Físicos (UNADEF). Quando do surgimento desse sindicato houve um antagonismo direto em relação ao SINTEIN que, durante a CPI da Máfia das Propinas, acusava-o de comercializar TPUs e de participar dos esquemas de corrupção, mantendo relações próximas com vereadores acusados. O SINPESP já teve de 3 a 4 mil associados e as suas principais áreas de atuação são a região central da cidade, como a rua 25 de Março, a região de Santo Amaro na zona sul da cidade, além da Lapa, na rua 12 de outubro e do Bom Retiro, na rua José Paulino. De acordo com o presidente do sindicato, a ação da prefeitura durante o governo Kassab na cassação dos TPUs dos ambulantes teria afetado o sindicato. Somente na região central da cidade, na subprefeitura da Sé, seriam antes 1244 TPUs e teriam restado apenas 584 ambulantes com termo de permissão de uso – destes apenas na rua 25 de Março existiriam 74 TPUs e mais de 2 mil ambulantes sem permissão.

O Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo (SINDICISP) nasce de uma cisão no SINTEIN, em 1999, logo após o episódio da CPI da Máfia das Propinas. Na época Afonso Camelô havia se tornado nacionalmente conhecido após ter sofrido uma tentativa de homicídio ao fazer as denúncias que deram origem à CPI. Após uma divergência com os outros dirigentes do SINTEIN, Afonso fundou seu próprio sindicato, e o filiou a Força Sindical, quando chegou a atingir o número de 7000 associados e tinha o Brás como a principal área de atuação. Afonso já foi candidato em eleições legislativas por duas vezes sem conseguir se eleger. A atuação desse sindicato se confundia com a figura pessoal de Afonso, no entanto, como já mencionamos, ele foi assassinado em dezembro de 2010.

O comércio ambulante da região da Santa Ifigênia não sofre influência de sindicatos. Aqui se destacam as lideranças independentes da Associação de Camelôs da Santa Ifigênia. Diferentemente dos outros espaços, os vendedores ambulantes da Santa

Ifigênia não tem mais estruturas fixas de comércio, oferecem os produtos através de catálogos e vão buscá-los à medida das demandas dos clientes. Muitos ambulantes presentes na rua trabalham para lojistas nas galerias comerciais, tentando atrair clientes para os estabelecimentos, são os chamados puxadores. Dessa forma, a ocupação dos pontos às vezes passa pelo fornecimento das mercadorias. Não há nenhum TPU na região e os conflitos pelos pontos são menores. O tipo de mercadoria, de menor volume e maior valor agregado, também influencia o fato de aqui serem diferentes os conflitos em torno da ocupação do espaço.

Cada uma dessas organizações apresentava uma maneira muito particular de atuação, importante para se pensar como se desenvolveram as concentrações de ambulantes na região central da cidade. Como vimos, algumas delas também tiveram papel importante no desenvolvimento das dinâmicas comerciais das feiras da madrugada. Os sindicatos e associações de ambulantes se constituíram nesse embate na ocupação dos espaços de trabalho na rua, cada qual com sua forma de atuação, seus territórios de predominância, seus vínculos no campo político. No entanto, esse campo de associações e sindicatos passou por uma reconfiguração a partir das políticas de formalização e do recrudescimento na repressão policial.

Capítulo 03. Da informalidade ao empreendedorismo: controle, formalização e criminalização

Os mercados populares também estão no centro de transformações relativas às formas de controle e fiscalização governamental. Lugares como Brás, 25 de Março e Santa Ifigênia foram objeto de intensas ações governamentais, especialmente ao longo dos últimos 10 anos, não apenas em termos das políticas de revitalização urbana, discutidas no capítulo anterior, como também relativas à regulação de seus fluxos e gestão da ocupação dos espaços. Tais locais do centro de São Paulo são alvo constante de operações de fiscalização, realizadas por agentes do Estado em diferentes instâncias de governo: federal, estadual e municipal. Longe das imagens da ausência do Estado, são lugares onde este se faz presente cotidianamente. O presente capítulo examina a maneira como as formas de controle que incidem sobre esses espaços também foram reconfiguradas.

Tenho em vista dois conjuntos de ações governamentais que, embora não tenham sido concebidas conjuntamente nem articuladas entre si, tiveram grandes efeitos de convergência, justamente enquanto formas de controle sobre esses mercados. Assim, de um lado, têm-se as políticas de incentivo à formalização, através da promoção do chamado empreendedorismo e da constituição de empresas – especialmente por meio da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI). Do outro lado, vê-se o recrudescimento da repressão policial, por meio de um programa intitulado Operação Delegada, no qual funções e atribuições de fiscalização do município são delegadas a policiais militares (governo estadual), com a marca de uma crescente militarização da gestão urbana enquanto tática de reordenamento da ocupação dos espaços. Ao que se combina, ainda, a frequente criminalização dos circuitos comerciais (guerra à pirataria e ao contrabando), especialmente com o desdobramento da CPI da Pirataria na Câmara Federal em 2003. O espaço problemático da informalidade foi, atualmente, sobreposto pela ideia de

empreendedorismo⁴⁸, que altera relações de força e desloca o campo dos conflitos estruturantes desses mercados.

Há pouco mais de uma década, Luis Antonio Machado da Silva (2002) publicou um artigo no qual já debatia um deslocamento de perspectiva, dentro do debate acadêmico, sobre a informalidade em direção ao par empregabilidade e empreendedorismo – e que apontaria em uma direção completamente diferente do problema original. Como argumenta o autor, no princípio, a noção de informalidade teria orientado um debate estruturado e eminentemente crítico sobre o “outro lado” da problemática, se não do emprego, pelo menos da mobilização ativa do trabalho. Essa noção de informalidade, que surgiu no final dos anos 60, estaria destinada a analisar as dificuldades e distorções da crescente incorporação produtiva de grandes contingentes de trabalhadores, que se deslocavam para as cidades, sobretudo nos países da América Latina⁴⁹.

Segundo Machado da Silva (2002), já ao longo dos anos 1980, o debate sofreu uma profunda transformação, com o aumento do desemprego e a importância crescente do setor de serviços nas dinâmicas de acumulação, que teriam contribuído para o esvaziamento do debate. Além disso, o referencial dos direitos sociais associados ao trabalho assalariado entrou em crise e os países desenvolvidos também começaram a descobrir a sua própria informalidade. Dessa maneira, houve o reconhecimento da importância de outras formas de relações e práticas “atípicas”, que deixaram de ser vistas como meras sobrevivências ou variações para assumirem um sentido próprio. Para Machado da Silva (2002), a noção de informalidade passou por um duplo deslocamento semântico: da análise de processos econômicos para a esfera política, enfatizando a desregulação estatal das relações de trabalho; e da compreensão de um “setor” ou “economia informal” para “processos”,

⁴⁸ A discussão sobre empreendedorismo, aqui, limita-se aos termos em que esta se sobrepõe ao campo problemático da informalidade. De tal modo, não assume o mesmo sentido das referências clássicas sobre o termo, como em Schumpeter (1983) e Weber (1999a), por exemplo.

⁴⁹ No princípio a noção de informalidade fora debatida nas chaves das teorias do subdesenvolvimento, do capitalismo dependente ou periférico. Assim, a informalidade foi pensada como a persistência de atividades tradicionais caracterizadas pela pouca separação entre capital e trabalho (FURTADO, 1968), ou como parte das estratégias de sobrevivência de uma massa marginal, já não absorvida nos processos hegemônicos da economia (NUM, 1969), ou, ainda, como a simbiose que marcaria a especificidade da acumulação capitalista na periferia do sistema, no qual o atrasado e o moderno, o formal e o informal, alimentam-se mutuamente da existência um do outro (OLIVEIRA, 1972). Para uma discussão sobre a trajetória do conceito de informalidade, ver: Rabossi (2007).

“práticas” ou “atividades” informais diferenciadas. Nesse movimento, segundo o autor, tal noção teria perdido força ao se tornar pouco a pouco sinônimo de flexibilização das relações de trabalho – deslocando o foco das questões tratadas na análise das características substantivas do processo produtivo para sua regulação política institucional.

No começo dos anos 2000, Machado da Silva (2002) declara que o problema original no debate sobre a informalidade estaria esgotado e teria sido substituído por outro, o par empregabilidade/empreendedorismo. Este par apontaria para novos modos de exploração capitalista, cuja característica fundamental seria “a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material”, de modo a fomentar “uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e a insegurança” (op. cit., p.101-2). Nessa medida, esse par assumiria um sentido oposto ao conteúdo crítico original da noção de informalidade: a empregabilidade e o empreendedorismo projetariam, assim, a imagem de “um novo trabalhador como um ser capaz de demonstrar suas competências no mercado como autônomo, sempre como empresário de si mesmo” (op. cit., p.101-2).

O economista peruano Hernando de Soto é um importante expoente deste deslocamento, no plano teórico, da informalidade em direção ao empreendedorismo. Em sua pesquisa sobre informalidade no Peru, publicada em “*El outro Sendero*” no final da década de 1980, o autor problematiza não o tema da inserção do trabalho, mas sim dos empreendedores estruturados no setor informal ou extralegal como contraponto aos excessos de regulação e burocracia estatal. Como desdobramento e extensão dos seus argumentos, no livro “*The mystery of capital*”, Soto (2000) discute que nos centros urbanos dos países em desenvolvimento estaria ocorrendo uma transformação através dos milhares de empreendedores no setor informal. Haveria um imenso acúmulo de ativos entre os pobres, representado principalmente em suas casas que, no entanto, não seriam capitalizadas e nem mesmo contabilizadas, devido às incompatibilidades com o sistema legal de propriedade. Segundo o autor (2000), como consequência, a única alternativa para esses empreendedores seria, então, viver e trabalhar fora da lei, usando seus próprios arranjos informais para mobilizar seus ativos.

A ideia central defendida por Hernando de Soto (2000) é que trazer os empreendimentos e os ativos dos mais pobres para a legalidade poderia despertar um

imenso capital morto que eles representam. Respondendo a indagação do subtítulo de seu livro (*why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else?*), Soto (2000) argumenta que o empreendedorismo triunfou no ocidente (leia-se Estados Unidos e Europa) porque leis acessíveis integrariam a todos sobre o mesmo sistema de propriedade, enquanto nos demais países, o excesso de burocracias e regulações impediria aos empreendedores se integrarem ao setor formal, de modo a fixar seus ativos em formas intercambiáveis – fazer suas propriedades aparecerem nas estatísticas, providenciar a elas conexões e divisas aproveitáveis, que os permitiria interagir produtivamente e gerar *mais valia* em mercados legais mais extensos.

A referência a Hernando de Soto (2000) aqui não quer dizer que ele seja o formulador teórico de tal passagem, mas ela serve mais para ilustrar a inversão de sinais no debate: de um registro crítico sobre a inserção produtiva do trabalho, para outro registro de potencial de mercado limitada por questões de regulação. Ademais, sua formulação possui muitas afinidades com diretrizes políticas amplamente difundidas mundo a fora em programas de redução da pobreza, como as Metas do Milênio das Nações Unidas, ou, ainda, em programas de desenvolvimento orientados pelo Banco Mundial.

Conforme analisa Ananya Roy (2010), nessa perspectiva, a dimensão política da inserção produtiva desaparece em favor de outra orientação para a promoção do empreendedorismo, segundo a concepção de empoderamento dos mais pobres para seu engajamento no mercado, de acordo com o princípio de “ajudar os pobres a ajudar a si mesmos”. Assim, Hernando de Soto (2000) apontaria não uma saída para pobreza, mas sim uma fronteira de expansão para o capitalismo. Ele desenha a informalidade como um imenso espaço de oportunidades representado pelo empreendedorismo popular. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que vê a informalidade como potencial de desenvolvimento do sistema econômico em geral.

Decorridos mais de 10 anos dessa discussão, atualmente, no Brasil, o desemprego está entre as taxas mais baixas já registradas e houve, também, um crescimento do trabalho assalariado formal, de modo a reverter uma tendência no sentido contrário, que se

desenhava desde o final dos anos 1980⁵⁰. No entanto, o próprio significado de trabalho assalariado formal já não mais representa, necessariamente, a mesma coisa, tendo em vista as transformações na estrutura ocupacional (POCHMANN, 2012) e as novas regulamentações do mercado de trabalho. Nos 10 anos, o próprio culto à figura do trabalhador se esvaneceu e vem sendo substituído por outro, cuja forma de subjetivação estaria centrada na ideia de empreendedorismo e do engajamento dos indivíduos no mercado como autônomos⁵¹. Neste sentido, Jacob Lima (2010) argumenta sobre uma reinterpretação da informalidade como empreendedorismo na maneira como a maior ênfase na autonomia do trabalho e do trabalhador paradoxalmente estaria sendo acompanhada de subordinação ainda maior. Porém, a partir de 2009, o empreendedorismo assume um sentido próprio, com a criação da figura do MEI. Este elemento coloca algo novo para se pensar o problema da reorganização da dominação do trabalho, agora fora das relações de assalariamento, contornando as suas formas de caracterização e com a segurança jurídica para não se confundir com o assalariamento, na medida em que caracteriza relações de empresas com clientes ou de empresas entre si, longe do princípio de subordinação que distingue o direito trabalhista.

Contudo, o tema da informalidade persiste agora completamente incorporado ao léxico das políticas públicas. A partir do instrumento para a formalização, em certo sentido a informalidade passa a ser vista como campo de conversão para o empreendedorismo: frases como “agora eu sou empreendedor, não sou mais informal” ou “agora eu sou/abri/virei MEI” repetem-se frequentemente entre os que recém aderiram à chamada formalidade. O MEI altera profundamente o debate sobre informalidade, mas também marca a sua resiliência, justamente porque define a informalidade como seu campo de incidência. Como veremos a seguir, essa figura procura regularizar o conjunto de ocupações que aparecem nas categorias estatísticas como “autônomo” (PED) ou “conta própria” (PME), mas que não são reguladas por entidades de classe (profissionais liberais).

A implementação da formalização através de uma política ativa em parcerias com entidades civis, notadamente o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa

⁵⁰ De acordo com os dados da PED sobre a distribuição dos ocupados por posição na ocupação para a RMSP, em 1995, os assalariados com carteira assinada eram 44,5% da população, tendo alcançado o valor mínimo de 39,7%, em 2000, e se recuperado para 53,9%, em 2013 (Fonte: Seade/Dieese).

⁵¹

(SEBRAE), tem alguns espaços como alvos privilegiados de ação seja nas periferias, nas favelas e nos centros de comércio popular. Não é por acaso que tanto na favela de Paraisópolis, em São Paulo, como registrado por Bruna Ramachioti (2014), quanto em Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, descrito por Lívia de Tommazi e Dafne Velazco (2013), repetem-se cenas de parcerias entre o SEBRAE e associações de moradores, cursos de empreendedorismo, formalização através do MEI e, a partir daí, parcerias comerciais com outras empresas privadas.

Mas a informalidade persiste também em outro sentido, pois a formalização não é para todos. O que muda para aqueles que são alijados da possibilidade de se constituírem enquanto empresa? Nesse sentido, a informalidade não deve ser pensada apenas em relação à adequação a regulação legal, mas também no espectro político das decisões sobre o que será incentivado e aquilo que será combatido. Se a informalidade perde força no plano analítico, ela persiste como categoria operante em campo, em termos das margens definidas pela própria ação do Estado (DAS & POOLE, 2008). Como argumenta Ananya Roy (2005) a respeito da regularização de assentamentos urbanos irregulares, a formalização do informal não se restringe a uma questão burocrática e técnica, mas sim a uma complexa luta política para separar o desejável do indesejável. Desse modo, para Ananya Roy (op. cit., p.149, tradução minha) a informalidade é um produto da ação do Estado:

[...] o planejamento e o aparato legal do Estado tem o poder de determinar quando decretar sua suspensão, definir o que é informal e o que não é e para estabelecer que formas de informalidade vão prosperar e quais irão desaparecer. O poder do Estado é reproduzido em sua capacidade de construir e reconstruir categorias de legitimidade e ilegitimidade.

Neste capítulo analiso especificamente o que se altera com o instrumento de formalização e de que maneira ele vem sendo implementado nos mercados populares de São Paulo. Procuro demonstrar que, por meio dessas formas de controle, está em jogo o reordenamento espacial desses mercados e a maneira do Estado incidir sobre eles. Sem partir de uma definição prévia, procuro evidenciar como a ação do Estado vai delimitar a informalidade de duas maneiras distintas e correlacionadas: de um lado, o informal passível de formalização, os empreendedores candidatos a se tornarem empresas e que serão

celebrados enquanto possíveis fronteiras de expansão econômica; e, do outro lado, o informal posto sob suspeita, sujeito a criminalização, mas não que é propriamente ilegal, e que por isto mesmo vai exigir uma série de expedientes extralegais e “gambiarras jurídicas” (TELLES, 2009) para ser deslocado em nome da produção securitária do espaço urbano (HIRATA, 2012). Veremos que, no limite, serão os últimos que irão apelar para a legalidade contra a ação governamental.

3.1 Políticas de formalização: transformando pessoas em empresas

Entre fevereiro e março de 2012, uma grande tenda de 200m² ficou armada no largo do São Bento, em frente à saída do metrô. Tratava-se de uma iniciativa do SEBRAE, em parceria com a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FACESP)⁵², para oferecer orientações sobre empreendedorismo e promover a formalização de pequenos empreendimentos autônomos. Depois de poucos minutos dentro da tenda, os candidatos podiam sair de lá com o *status* jurídico de microempreendedor individual, já com uma empresa aberta e o CNPJ em mãos. A localização foi escolhida pelas facilidades de transporte e pela grande concentração de público potencial circulando pelo largo, nas adjacências da rua 25 de Março e no caminho para a rua Santa Ifigênia.

De vários lugares da RMSP chegavam interessados à tenda, até mesmo pessoas de outros estados que estavam na região abastecendo seus empreendimentos. Pouco menos de 50 funcionários, entre contratados diretos e terceirizados, trabalhavam ali; alguns ficavam na rua abordando os passantes, enquanto do lado de dentro eram oferecidos cursos de capacitação e realizados os procedimentos para a formalização propriamente dita. Chamava à atenção a fila que se formava no largo: durante as três semanas que ficou no largo, foram realizados mais de 3600 atendimentos na tenda – a maioria de pessoas em busca da formalização, mas havia também quem já tinha aberto uma empresa anteriormente e

⁵² O SEBRAE não faz diretamente a formalização, por isso nesse tipo de iniciativa há sempre outra entidade parceira para realizar o procedimento. No entanto, como veremos abaixo, ele pode ser realizado por qualquer pessoa através do portal do empreendedor na internet.

procurava saber como encerrá-la, além de outros que pretendiam mudar de categoria, de MEI para microempresa (ME)⁵³.

Aquele já era o terceiro ano da iniciativa, que viria a se repetir nos anos seguintes sempre na mesma época do ano, como parte de um evento do SEBRAE chamado a *Semana Nacional do MEI*. A razão para a escolha da data, sempre em março, é justamente para auxiliar os MEIs com a declaração do imposto de renda. Nas principais capitais do país tendas como estas são armadas, além disso, existem as unidades móveis do SEBRAE, que percorrem cidades do interior visando os centros de comércio popular e os empreendedores que ainda se encontram na informalidade. Esse tipo de iniciativa surgiu depois da entrada em vigor da Lei do Microempreendedor Individual⁵⁴, com o objetivo de difundir a oportunidade de se formalizar para aqueles que trabalham por conta própria. Essa política de âmbito nacional foi aprovada em 2008 e regulamentada em julho de 2009. É um desdobramento da Lei do Simples Nacional⁵⁵ que, desde 2006, estabelece tratamento diferenciado para MEs e empresas de pequeno porte (EPP), só depois foi criado o MEI.

O SEBRAE esteve presente em todo o processo de elaboração da lei, desde a tramitação no congresso e constitui certamente seu principal agente de propagação e implementação. Ao mesmo tempo, o MEI conferiu ao SEBRAE outro patamar de atuação. Trata-se de uma entidade civil sem fins lucrativos⁵⁶, coordenada por representantes da iniciativa privada e representantes do poder público, integrante do chamado “Sistema S”, sendo financiada pela contribuição social das empresas. Como sua finalidade é o apoio às micro e pequenas empresas, o SEBRAE já atuava com “os informais” na perspectiva de fazê-los crescer e trazê-los para a formalidade. Através do dispositivo da MEI – que ao mesmo tempo em que é uma figura jurídica também está atrelado a um conjunto discursivo

⁵³ As informações numéricas foram colhidas junto ao Escritório Regional do SEBRAE, no centro.

⁵⁴ Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008.

⁵⁵ Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. De acordo com o Simples Nacional, atualmente são classificadas como MEI empresas que faturam anual até R\$ 60.000, como ME até R\$ 360.000 e como EPP empresas com faturamento entre R\$ 360.000 e R\$ 3.600.000.

⁵⁶ Quando foi criado, em 1972, o SEBRAE, originalmente CEBRAE (Centro Brasileiro de Assistência a Pequena Empresa), era um órgão público que atuava como agente de capacitação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. No ano de 1990, a entidade desvincula-se da administração pública e passa a fazer parte do “Sistema S”, de entidades civis sem fins lucrativos de interesse público, mantidas por contribuição social das empresas. Disponível em: www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos. Acessado em: 10/05/2014.

sobre as boas práticas do empreendedorismo – o SEBRAE passou a se fazer muito mais presente nesses contextos associados à informalidade. Favelas, periferias e mercados populares se tornaram lugares de incidência da entidade, a partir de um amplo leque de atividades econômicas possíveis de serem formalizadas. Houve uma grande ampliação do público a ser atendido e a entidade teve que rever sua maneira de atuar, além de crescer em infraestrutura, distribuída por todo o território nacional.

Por intermédio da Lei do MEI é possível a qualquer pessoa constituir uma empresa que não exceda rendimentos de 60 mil reais anuais, com uma burocracia simplificada e valor fixo para pagamento de impostos e contribuição social⁵⁷, que garantem os benefícios da previdência. Uma lista de mais de 400 ocupações estão autorizadas a aderir a tal formato. Ademais, o microempreendedor pode contratar apenas um funcionário e é dispensado da obrigatoriedade de um contador, podendo organizar toda sua contabilidade diretamente no portal do empreendedor, através de relatórios mensais de rendimentos. O MEI é obrigado a emitir nota fiscal apenas para transações com outras empresas, o que é feito por canais diretamente vinculados às secretarias de finanças municipais ou às receitas estaduais.

O processo de abertura de empresa do MEI pode ser realizado por qualquer pessoa, pela internet, diretamente no portal do empreendedor⁵⁸ criado especificamente como canal de contato com a receita federal. Segundo esclarece Paulo Melchor⁵⁹, do setor de Políticas Públicas e Relações Institucionais do SEBRAE, o processo de elaboração do MEI envolveu uma composição com diferentes órgãos de registro federais, estatais e municipais. A diferença é que, com o portal, unifica-se a maioria dos procedimentos em um único canal de entrada. De outro modo, seria necessário se endereçar a cada um destes órgãos, todos com a sua burocracia específica. Conforme esclarece Melchor:

O primeiro local de registro é a junta comercial, o segundo órgão é a receita federal, o terceiro é a previdência social federal, inscrição estadual, inscrição

⁵⁷ Relativo aos impostos seriam R\$ 5,00 de ISS e R\$ 1,00 de ICMS, além de 5% do salário mínimo para o INSS (R\$ 36,20, atualmente).

⁵⁸ Ver: www.portaldoempreendedor.gov.br.

⁵⁹ Entrevista realizada em agosto de 2012.

municipal, zoneamento, vigilância sanitária... Então é assim, quando ele vai para o portal já automaticamente gera o *link* para a junta comercial, já gera o CNPJ na receita federal, que tem um sistema sincronizado com os estados [por exemplo] Bahia, Paraná... Então já registra na receita estadual, previdência social, hoje tudo acontece em processos simultâneos... Só os processos municipais que ainda não, mesmo assim se ativa no próprio sistema um comunicado [ao município].

A decisão sobre a autorização ou não para a atividade da nova empresa, em última instância, sempre cabe ao poder municipal. Quando da abertura da empresa no *site*, gera-se um alvará provisório e é responsabilidade do MEI adequar-se à legislação municipal e encarregar-se de obter o alvará definitivo. A prefeitura decide se o local do empreendimento está de acordo com o zoneamento urbano, vigilância sanitária, caso necessário, e especifica os procedimentos, dependendo das características de cada empreendimento. Justamente nesse quesito se opera a clivagem entre os que podem ou não podem se formalizar. No caso de São Paulo, desde o princípio, a formalização não se colocou como possibilidade para os ambulantes, apesar de não haver nenhum impedimento legal para tanto. A formalização nos mercados populares de São Paulo esteve associada aos espaços fechados e criou um vácuo em relação aos ambulantes. Mesmo para aqueles regularizados com TPU, a prefeitura vetou a concessão de alvará, inviabilizando a possibilidade de abertura do MEI para os ambulantes⁶⁰.

Nas galerias⁶¹, por sua vez, a formalização através do MEI se mostrou instrumento bastante recorrente e, até mesmo, cresceu à medida que aumentava seu público – com a repressão aos ambulantes na rua, como veremos a seguir. A passagem para as galerias, nos mercados populares da 25 de Março e do Brás, tem uma especificidade devido a sua característica de polo atacadista e às muitas excursões que se dirigem a tais localidades

⁶⁰ O argumento da prefeitura é de que haveria uma incompatibilidade entre o MEI e o TPU. Isso porque a lei que regula a concessão dos TPUs para ocupação de espaços públicos prevê que não seriam concedidas permissões a empresas. No entanto, foi decretada, em maio de 2014, uma regulamentação para a venda de comida na rua, em que apenas empresas e microempreendedores individuais terão autorização para a atividade. Trata-se, portanto, muito mais de uma questão de planejamento urbano do que de incompatibilidade legal.

⁶¹ Segundo informações do escritório regional do SEBRAE no centro de São Paulo, o atendimento prestado aos ocupantes dos *boxes* nas galerias é grande, de tal maneira que foi realizado um diagnóstico, junto a 78 microempreendimentos, no qual teria sido acompanhado o desempenho de suas atividades durante um período determinado para avaliar essa forma de atividade. No Perfil do Microempreendedor, de 2013, foi incluído no questionário sobre o local do negócio a categoria “Feira ou shopping popular”, e o resultado indica que 1,5% dos empreendimentos em todo o território nacional se desenvolveriam nesse tipo de espaço. Contudo, não consta na publicação a informação especificamente para o município de São Paulo.

(como discutido no capítulo anterior). A transferência também se repete em outros *shoppings* populares da própria cidade de São Paulo, localizados em outros lugares, mas que não são centros atacadistas. A constituição de *shoppings* populares tem se colocado como medida para retirada dos ambulantes da rua, ao mesmo tempo em que condena a maioria ao fracasso, uma vez que desfaz a relação entre lugares de circulação e ocupação espacial característica do comércio ambulante.

Mesmo em outras cidades, a formalização para os ambulantes também esteve associada à sua passagem para espaços fechados, convertendo camelôs em lojitas. O caso do camelódromo de Porto Alegre é emblemático. Como analisa Moisés Kopper (2012), o chamado Shopping do Porto foi uma política de reassentamento de camelôs das ruas do centro da cidade para um espaço fechado, concebido em uma parceria público-privado. Kopper (2012) analisa as contradições dessa passagem, também subjetiva, na medida em que envolvia uma “pedagogização para o empreendedorismo”, nos termos do autor, e que resultou no despejo de muitos dos lojistas, expulsos depois pela lógica do mercado por não conseguir pagar o aluguel e pela perda do ponto que tinham originalmente na rua.

O mesmo espaço foi objeto de uma pesquisa de subsídios para políticas de formalização realizada pelo DIEESE (DIEESE/DID, 2014). Trata-se de um projeto em parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), intitulado “Redução da informalidade por meio do diálogo social”. Na pesquisa, contrapõe-se a perspectiva de dois grupos focais, de lojistas dentro do camelódromo e ambulantes que se encontram na rua, expondo as supostas vantagens da formalização e apresentando o camelódromo como projeto piloto a servir de referência para outras experiências.

A formalização através do MEI se mostrou bastante recorrente, não apenas em termos locais nas galerias, mas também na dinâmica dos comerciantes que se abastecem no centro de São Paulo. Em todo o país, uma série de pequenos empreendimentos vem sendo formalizados por intermédio do MEI. De acordo com os dados disponíveis no próprio portal do empreendedor, 4.020.133 empresas foram inscritas como MEI em todo o país, sendo que destes, 981.264 empresas estão no estado de São Paulo, representando quase um

quarto do total nacional, e pouco menos de 8%, com 310.010 de empreendedores individuais na capital paulista acumulados até maio de 2014⁶².

Tabela 1: Distribuição e frequência dos inscritos no MEI nacional, estadual e municipal

	Frequência	Distribuição
Nacional	4.020.133	100%
Estadual	981.264	24,40%
Municipal	310.010	7,71%

Fonte: Portal do Empreendedor (extraído em 10/05/2014). Elaboração própria

Trata-se, portanto, de uma política que teve um alcance considerável e que tem se disseminado amplamente. É importante ressaltar que, a maior parte dessas microempresas não é, exatamente, de novos empreendimentos, sendo que muitas dessas atividades apenas se formalizaram a partir dessa nova figura jurídica. Todavia, elas passaram a fazer parte da contabilidade oficial, dos registros da receita federal e vão poder ser quantificadas, qualificadas e registradas nas contabilidades estatísticas da união, dos estados e de municípios de outra maneira. O MEI, enquanto artifício de governo, gera um grande número de informações sobre todo um universo de atividades econômicas que, antes, constava apenas de estimativas amostrais. Do ponto de vista fiscal, a formalização gera um grande volume de informações não apenas sobre as novas atividades formalizadas, mas também sobre as relações com as outras empresas que negociam os microempreendedores⁶³.

A partir dos dados disponibilizados é possível averiguar que a ocupação com maior número de inscritos no MEI no país (433.316), no estado (99.702) e na cidade de São Paulo (30.619) é o “comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios”, justamente o maior

⁶² Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>. Acessado em: 10/05/2014.

⁶³ É bastante significativo que em torno desta política tenha se constituído órgão específico no plano federal com status de ministério, e uma secretaria no plano municipal.

segmento daqueles que procuram o Brás e 25 de Março para se abastecer⁶⁴. Conforme os dados sintetizados pelo SEBRAE, no Perfil do Microempreendedor Individual (2013)⁶⁵, o comércio é o principal setor de atividades, com cerca de 39,3% do total dessas empresas individuais.

Tabela 2: frequência das principais ocupações entre optantes do MEI nacional, estadual e municipal

Brasil	Total Geral	4.020.133
1º	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	433.316
2º	Cabeleireiros	290.539
3º	Obras de alvenaria	147.112
4º	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	119.512
5º	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	109.150
Estadual	Total Geral	981.264
1º	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	99.702
2º	Cabeleireiros	81.710
3º	Obras de alvenaria	37.640
4º	Outras atividades de tratamento de beleza	34.042
5º	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	26.303
Municipal	Total Geral	310.010
1º	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	30.619
2º	Cabeleireiros	27.115
3º	Outras atividades de tratamento de beleza	11.071
4º	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	8.098
5º	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	7.983

Fonte: Portal do Empreendedor (extraído em 10/05/2014). Elaboração própria

⁶⁴ Cabe ressaltar que o Brasil é um dos maiores produtores de vestuário do mundo. Segundo publicação da CNI/ABIT (2012), em 2009, o Brasil apareceu em quarto lugar, com 2,9% da produção mundial de vestuário. A maior parte da produção global estaria concentrada em países asiáticos: a China em primeiro lugar com 48,96%, a Índia em segundo com 7,00%, e o Paquistão em terceiro com 3,81%.

⁶⁵ Disponível em: <http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/pesquisa-mostra-perfil-do-empendedor-individual/perfil-do-microempreendedor-individual-2013-final.pdf>. Acessado em: 03/05/2014.

Outra informação relevante é que a maioria das pessoas de outros países que abriram empresas por meio do MEI concentra-se na cidade de São Paulo (49,6%) e suas nacionalidades coincidem com os grupos de migrantes presentes nesses mercados populares, seriam 5.155 bolivianos, 811 chineses, 605 peruanos e 395 paraguaios. No entanto, não há dados agregados de acordo com a atividade em relação a esses grupos, de modo que isto não quer dizer que os empreendimentos estejam nesses locais, mas dá indícios sobre sua implicação nesse âmbito.

Tabela 3: Distribuição e frequência dos estrangeiros inscritos no MEI, segundo nacionalidade

TOTAL	9530	100%
Boliviana	5155	54,09%
Chinesa	811	8,5%
Peruana	605	6,34%
Paraguaia	395	4,14%
Demais	2564	26,93%

Fonte: Portal do Empreendedor (extraído em 10/05/2014). Elaboração própria

Do ponto de vista do impacto para as atividades econômicas, a principal mudança com o MEI diz respeito à forma de relacionamento com outras empresas. A formalização amplia a possibilidade de que estas pessoas-empresas se tornem um campo negócios para outras empresas, na medida em que aumenta a segurança jurídica e contorna problemas de contabilidade para essas últimas. No ambiente de comércio, o acesso ao serviço de máquinas de cartões de crédito e débito é o mais notável, sendo que, em alguns casos, a alegação para buscarem a formalização era conseguir as “maquininhas”. Trata-se de uma grande via de entrada do comércio popular no sistema financeiro⁶⁶.

Um dos efeitos esperados, ou pretendidos, com a formalização seria o aumento das compras e vendas diretamente para empresas, devido à emissão de nota fiscal ou, ainda, o

⁶⁶ Desde o MEI, passou a ser muito frequente vendedores ambulantes que aceitam cartão como forma de pagamento pela própria evolução no serviço das maquininhas, mas também pelo acesso a um CNPJ. Neste caso, como há uma incompatibilidade entre o comércio de rua e a inscrição no MEI, são registrados outras atividades e lugares de exercício para se ter acesso a figura jurídica.

crescimento da procura por empréstimos bancários. Nas instituições bancárias existem linhas de crédito orientadas para tal segmento, enquanto o poder público desenvolve programas de microcrédito associados ao empreendedorismo. Em 2011, foi instalada uma unidade do Banco Municipal de Microcrédito São Paulo Confia dentro do Pátio do Pari, na feira da madrugada, uma das iniciativas da prefeitura quando assumiu o controle da feira para a sua formalização. Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos, formada por entidades da sociedade civil em associação com a prefeitura municipal de São Paulo. O grande limitador da iniciativa é o baixo valor do empréstimo concedido⁶⁷ na feira da madrugada, onde os pontos são altamente valorizados e circula muito dinheiro, o valor do empréstimo não pagava o capital de giro dos comerciantes, de modo que o público do banco tem sido de pessoas de outras galerias e feiras fora do Pátio do Pari.

O impacto das medidas de formalização vai muito além do escopo delimitado por esta pesquisa. Alguns estudos indicam que pode estar havendo uma possível migração em algumas ocupações do trabalho formal e informal para o microempreendedorismo individual, ou seja, estaria ocorrendo um movimento em direção à prestação de serviços para outras empresas, como terceirizadas, com menores riscos para a empresa ter a relação caracterizada como trabalho assalariado⁶⁸. No caso dos ambulantes, o lugar de trabalho na

⁶⁷ O crédito inicial é de R\$ 3500, podem chegar à R\$ 15000 ao longo do tempo e é cobrada uma taxa de juros de 3,9% ao mês. Para reduzir os riscos para o banco e aumentar suas garantias, os empréstimos funcionam em sistema de crédito solidário, ou seja, eles não são concedidos individualmente, mas sim para grupos de, no mínimo, 3 e, no máximo, 10 pessoas, que respondem solidariamente como fiel do empréstimo dos demais.

⁶⁸ Um setor no qual isso seria bastante recorrente é, justamente, no trabalho terceirizado nas oficinas de costura, conforme foi analisado por Tiago Cortês (2013). Por conta da pressão decorrente da repercussão dos casos de trabalho análogo ao de escravo, as empresas passaram a contratar os serviços de oficinas apenas com CNPJ, enquanto medida de segurança. A abertura das MEIs e o acesso rápido ao CNPJ seriam maneiras práticas de continuar recebendo as encomendas de costura. Um elemento que pode ser indicativo disso é o grande número de bolivianos que aderiram ao formato MEI, dada à recorrência com que eles trabalham no Setor. Outro indicativo desse movimento de desassalariamento está no Perfil do Microempreendedor Individual, de 2013, elaborado pelo SEBRAE (2014). Com base em uma amostra do universo dos MEIs, o estudo aponta que 40,6% dos entrevistados eram empregados com carteira assinada antes de abrirem a empresa, 30,6% eram microempreendedores informais, 16,3% empregados sem carteira, as outras opções somariam 12,5%. A avaliação do SEBRAE sobre o resultado é de que ele apontaria para a escolha do empreendedorismo por oportunidade, no qual os indivíduos avaliariam ser melhor migrar para o MEI do que manterem o vínculo formal de trabalho. Por fim, um estudo realizado pelo IPEA, em 2014, sobre o impacto de formalização do MEI indica que houve um aumento na chance de empregados formais e informais se tornarem trabalhadores por conta própria formais, após a política do MEI. Com base nos dados da PNAD, desde a introdução do MEI, em 2009, o estudo identifica a chance de que especialmente empresas pequenas, com até 5 empregados, estariam absorvendo menos pessoas. [...] *“há ainda um aumento das chances de empregados formais e de empregados informais se tornarem trabalhadores por conta própria formais após a introdução da política do MEI. No que tange ao primeiro efeito, as chances de manutenção de situação*

rua – que fora construído sempre em uma relação de conflito com o poder público, através de sindicatos e associações – nas galerias se reduz a um contrato de aluguel. Embora trabalhadores autônomos, sua condição de trabalho, o ponto, passava por negociações políticas entre seus pares e agentes do Estado, muitas vezes sobrepostas por um mercado de proteção (MISSE, 2006). A passagem para o ambiente fechado das galerias reconfigura esse jogo e a maneira como se relacionam as redes urbanas de acumulação e os meios coercitivos na estruturação dos mercados (TILLY, 1996). Como veremos a seguir, essa reconfiguração passa por diversos artifícios extralegais para o emprego massivo da violência de Estado.

3.2 Polícia de mercado: a Operação Delegada e a gestão militarizada do espaço urbano

No final de 2005, o Largo da Concórdia, no Brás, foi objeto de uma ação da prefeitura em parceria com a Associação dos Lojistas do Brás (ALOBRAS). Tratava-se de um projeto de revitalização da praça de 10 mil metros quadrados, localizada em frente à saída da estação de trem. Conhecida pela venda de comidas e artigos típicos do nordeste, o local agrupava a maior concentração de ambulantes do bairro e uma das maiores da cidade. Ali as barracas eram construídas em madeira e zinco, ficando permanentemente instaladas no espaço. No dia da desocupação, uma grande ação conjunta foi armada, com a participação da Polícia Civil, da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e dos agentes fiscais, além do apoio tático da PM e de um helicóptero, que ficaria sobrevoando a região para identificar aglomerações e possíveis focos de resistência⁶⁹. Foi elaborada uma verdadeira

empregatícia formal caem 37% e 24% para aqueles inicialmente em empresas com até cinco empregados e naquelas com mais de cinco empregados, respectivamente. As chances de empregados informais de empresas com até cinco empregados ou com mais de cinco empregados manterem sua situação caem 32% e 44%, respectivamente. Este conjunto de resultados sugere desassalariamento de cada combinação do binômio formalidade-escala para a condição de trabalhador autônomo formal. Em suma, todas as posições na ocupação consideradas se tornaram estados menos absorventes no que se refere à opção de se tornar um trabalhador autônomo formal. Isto inclui movimentos diversos; não apenas a formalização dos trabalhadores que já eram autônomos, mas também efeitos de redução de escala dos empreendimentos e uma redução relativa do assalariamento da força de trabalho” (CORSEUIL, NERI & ULYSSEA, 2014, p. 28).

⁶⁹ *Helicóptero, nova arma contra os ambulantes, O Estado de São Paulo*, publicado em 22/08/2005.

“operação de guerra”, nas palavras do então subprefeito da Mooca, Eduardo Odloak⁷⁰, que assim justifica o projeto de revitalização:

Quem saia dali [da estação de trem] para atravessar aquilo era uma insegurança total. Não é que todo mundo é bandido, eu não to falando isso, mas criava-se um clima da bandidagem. Porque o cara não era bandido nem nada, mas esse desarranjo e esse desajuste todo favorecia a criminalidade. Então muitos bandidos se aproveitavam dessa situação para poder agir.

Na reinauguração do Largo, pouco mais de um ano depois, já em 2007, além do calçamento, da jardinagem e da reforma do banheiro público, havia sido construída uma base da PM no local patrocinada pela ALOBRAS, estratégia de ocupação permanente daquela praça. Também fora erguido um monumento em homenagem a Luís Gonzaga – duas enormes chapas de aço em formato de meia lua, sugerindo um chapéu de couro, instalado bem no centro da praça em referência a migração nordestina. O projeto marca uma mudança de incidência do poder público nos centros de comércio popular. Passou-se a uma tática de ocupação progressiva de lugares estratégicos, onde a retirada dos ambulantes era justificada como medida securitária, sob a alegação de liderar os espaços a circulação e melhorar as condições de vigilância. A “liberação” do Largo da Concórdia foi uma ação de grande visibilidade em um dos locais mais movimentados da cidade. O impacto da diminuição do aglomerado urbano foi grande, de modo que a revitalização anunciada seria a produção do espaço visto, a partir dali, como seguro.

Depois de algumas tentativas frustradas de retorno, os ambulantes do largo acabaram ocupando outros pontos. Aqueles que possuíam TPU haviam sido remanejados durante as obras para pontos nas ruas adjacentes do Largo até a rua Oriente, com promessas de retorno que nunca se concretizaram. A maioria daqueles sem permissão ocupava os interstícios entre as barracas com permissão, reconfigurando espacialmente antigos acordos extralegais que permeavam a ocupação do espaço no Largo. Em dezembro de 2008, depois de reunirem uma série de provas documentais, como anotações de arrecadação nos pontos e vídeos que registram fiscais e o chefe de gabinete da subprefeitura da Mooca recebendo

⁷⁰ Entrevista realizada em maio de 2008.

propinas, um grupo de ambulantes do SINTEIN lançou publicamente as denúncias na TV. O chefe de gabinete foi preso e o subprefeito, Eduardo Odloak, pediu exoneração. Depois disto, o então prefeito Gilberto Kassab (2006-2008, 2009-2012) disse que era preciso indicar subprefeitos de um perfil mais técnico, nomeando para o cargo o coronel reformado da PM, Rubens Casado⁷¹. A partir de então, durante todo o seu governo, a indicação de oficiais reformados da PM para cargos executivos foi recorrente e houve uma progressiva militarização da gestão urbana na cidade⁷².

Esta iniciativa da ocupação do Largo da Concórdia iria marcar uma diferença qualitativa na história dos conflitos e dos jogos de tolerância e repressão entre ambulantes e o poder público, agora com novas instâncias de governo entrando em cena. Na análise de Daniel Hirata (2012), as disputas políticas de gestão urbana do comércio ambulante se viram deslocadas da tensão entre aqueles que reivindicam a legitimidade de trabalhar na rua e o descompasso com as regulamentações do uso do espaço público, para uma gestão da produção dos espaços segundo uma lógica securitária. As ações de fiscalização, controle e repressão extrapolam o âmbito da fiscalização sobre as infrações de uso e ocupação do solo, de modo que, segundo Hirata (2012), sob a prerrogativa da produção de espaços securitários, estaria havendo uma perigosa aproximação entre ordem pública e segurança urbana com o uso da força militar como instrumento governamental privilegiado de intervenção no espaço público.

Assim, as ações contra os ambulantes ganharam outro sentido além das normas e legislações vigentes que regulam a utilização do espaço público, trata-se de intervenções que objetivam a liberação das ruas, a circulação e a redução de aglomerações, tendo em vista a diminuição de situações potenciais de risco de delitos. Essa maneira de pensar, que

⁷¹ Como ressalta Daniel Hirata (2011), a técnica em questão é a militar. Segundo o autor, a escolha não era um acaso, o coronel reformado havia ficado conhecido por sua atuação no comando regional de Diadema, designado após o escândalo da Favela Naval, onde policiais aparecem em um vídeo torturando moradores e matando um deles. Depois disso, conforme analisa Hirata, foi implementado um amplo programa de segurança em Diadema com o “engajamento da população”, câmeras de segurança, fechamento dos bares depois das 23h, entre outros, que teriam feito cair os indicadores de violência naquela região.

⁷² Em um dado momento, 30 das 31 subprefeituras estavam sob o controle de coronéis reformados da PM com cargo de subprefeito e chefe de gabinete. Além disso, eles foram indicados para ocupar cargos na Secretaria de Transportes, na Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), na Secretaria de Segurança Urbana, na Defesa Civil, no Serviço Ambulatorial e no Serviço Funerário. Ao todo, chegou a 90 o número de oficiais da PM em cargos de comando na Prefeitura Municipal de São Paulo.

associa os ambulantes à criminalidade, não é uma propriamente uma novidade, mas a atividade não é um crime e existe regulamentação do comércio ambulante e critérios legais para a ocupação do espaço público, onde pesa os arbítrios do poder público e a falta de clareza em torno das concessões de TPUs. A ocupação irregular é uma infração administrativa, passível de multa e apreensão de mercadorias, cuja fiscalização caberia exclusivamente à prefeitura, o que mudou com a Operação Delegada.

Em dezembro 2009, a prefeitura firmou um convênio inédito com o governo estadual e a polícia militar passou a atuar diretamente na repressão ao comércio ambulante. O convênio entre estas diferentes instâncias de poder, que permite que um funcionário estadual acumule função e atribuições de um poder fiscal do município, foi possível no âmbito de um programa do Ministério da Justiça, da Comissão Nacional de Combate à Pirataria, chamado Cidade Livre de Pirataria e Comércio Ilegal, pelo qual a prefeitura se compromete a desenvolver ações e unir esforços contra a pirataria. Uma das diretrizes do programa é, justamente, a ação articulada entre as várias instâncias de governo para o combate a pirataria. Nesse sentido, a partir do convênio, a prefeitura delega aos policiais militares atribuições que lhes permitem impedir o comércio em vias públicas determinadas para aqueles que não tenham TPU e fiscalizar os que possuem a permissão. Na divisão do trabalho, a polícia militar era a única que não tinha atribuições de nenhuma ordem antes do convênio: os agentes fiscais da prefeitura e a guarda civil metropolitana atuavam pelo controle do uso e ocupação do solo, a polícia civil pelos crimes contra a propriedade intelectual (contrafação) e a polícia federal pelos crimes contra a ordem econômica e financeira (descaminho). O único papel que a PM exercia era acompanhar os agentes fiscais e GCMs (quando estes solicitavam formalmente) para garantir a segurança e a ordem pública em suas atuações.

Os policiais passaram a trabalhar em regime de hora extra e receber da prefeitura R\$ 18,00 por hora para combater os camelôs. A medida também faz parte de uma política de regulamentação da hora-extra para os policiais como forma de diminuir o “bico” em horas de folga, o chamado “bico legal” ou “bico oficial”. Durante o “bico legal”, os policiais trabalham fardados e mantêm as mesmas prerrogativas de quando estão a serviço da corporação. A diferença da atuação dos policiais em relação à Guarda Civil Metropolitana ou aos agentes fiscais é que os últimos atuam apenas no controle do uso do espaço, das

mercadorias, das barracas, das edificações, dos bens públicos, enfim, nas regulações administrativas. Já a Polícia atua no controle das condutas e tem poder de prisão.

Não houve nenhuma alteração legal para que mudasse a situação dos ambulantes, o que muda aqui são as possibilidades de incriminação. Uma série de artigos correlatos podem ser mobilizados nessas operações e vão muito além das infrações de uso e ocupação do solo para o enquadramento dos ambulantes. Como argumenta Vera Telles (2011, p.5), trata-se do “poder discricionário de que dispõe as forças da polícia nos modos de aplicar (ou não aplicar) a lei”. Esse poder discricionário altera completamente as possibilidades de resistência dos vendedores ambulantes. O comandante-geral da PM na época, coronel Álvaro Camilo, explicou a diferença em depoimento à imprensa⁷³:

[...] o camelô desrespeitava o fiscal e o guarda civil metropolitano, que só podiam autuá-lo por cometer uma infração administrativa, que não o amedrontava. Com os PMs a situação mudou, porque o camelô sabe que, se enfrentar o policial, pode ser preso.

Dessa forma, juntamente com o exercício de fiscalização ordinária do uso e ocupação do solo uma série de artigos correlatos são mobilizados nas operações para o enquadramento dos ambulantes como desacato à autoridade, resistência e até formação de quadrilha. Como analisa Daniel Hirata (2012), a partir da Operação Delegada, acumularam-se as atribuições de policial e de fiscal, de modo que um policial no período de atuação pela Operação Delegada tem mais poderes do que no exercício rotineiro de suas funções.

O primeiro lugar a se implantar a Operação Delegada foi na 25 de Março, principal local de concentração de vendedores ambulantes e definida como zona prioritária, no âmbito do programa Cidade Livre de Pirataria e do Comércio Ilegal. O processo foi discutido e planejado com a União dos Lojistas da 25 de Março (UNIVINCO), onde foram definidas as ruas e os perímetros nos quais duplas de policiais fariam o patrulhamento em horários definidos. Mais tarde, a exemplo do ocorrido com a ALOBRAS no Largo da Concórdia, a UNIVINCO doaria dois contêineres adaptados para serem usados como base permanente da PM. A Operação Delegada difere do modo de fiscalização anterior, da GCM

⁷³ *O bico e os salários dos PMs*, **O Estado De São Paulo**, publicado em 14/06/2011.

e dos agentes fiscais, porque ela consiste na ocupação permanente de locais bem específicos, definidos como prioritários. Em outras palavras, não se trata de uma medida para todo o conjunto do espaço urbano, mas sim sobre as principais ruas de comércio, nas quais a circulação de pessoas é maior.

Apenas 10 dias depois que a Operação Delegada foi implantada, era anunciada a queda nos índices de pequenos delitos na região da 25 de Março, furtos à bolsas, batedores de carteiras, enfim, indicadores de redução de criminalidade que foram amplamente difundidos como êxito da Operação Delegada. Se, no início, foi designado um efetivo de 250 PMs para a operação, seis meses depois o efetivo já era de quatro mil PMs, que se espalhavam por outros lugares, sempre com a mesma tática de ocupação das ruas mais movimentadas. Os valores pagos pela prefeitura também já representam mais do que o salário pago pelo governo estadual aos PMs.

O impacto sobre o comércio de rua foi expressivo, de modo a reduzir drasticamente o número de ambulantes nos principais centros de comércio de São Paulo, como a rua 25 de Março, Santa Ifigênia e o Brás. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED- Seade-Dieese), é possível observar uma redução da ordem de 41 mil pessoas na categoria de ocupados no comércio em vias públicas⁷⁴, entre 2010 e 2011, na RMSP – eram 160 mil, em 2010, e, em 2011, caíram para 119 mil. Essa redução é perceptível e pode ter sido bem maior, uma vez que o “bico legal” se espalhou por vários outros lugares e expandiu suas horários de funcionamento.

⁷⁴ Cabe ressaltar que os ambulantes estão contidos nessa categoria estatística, mas não se confundem com ela, que reúne também feirantes e outros comércios em vias públicas.

Gráfico 1: Comércio varejista em vias públicas na RMSP

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Convênio Seade. Elaboração própria

Durante algum tempo, a feira da madrugada da rua Oriente foi o único refúgio para os camelôs. De vários lugares da cidade, eles se dirigiam ao Brás no procura de um novo ponto. Havia muito mais pessoas na rua Oriente na madrugada do que durante o dia. A partir das 7 horas da manhã, os policiais formavam um “cordão” e esvaziavam as ruas dos ambulantes sem TPUs. A extensão da Operação Delegada para a madrugada provocou intensas manifestações em outubro de 2011. No primeiro dia, os manifestantes viraram um carro na rua Oriente, atearam fogo, impediram o comércio de abrir as portas e fecharam a avenida do Estado, sendo, então, dispersados pela polícia. O segundo dia de protestos reuniu 400 manifestantes e um efetivo de 600 PMs, entre tropa de Choque, ROCAM, ROTA, e até a Cavalaria⁷⁵. Durante a madrugada, os policiais procuravam dispersar qualquer concentração maior de pessoas, e os ambulantes percorriam o Brás, de um canto ao outro, seguidos pela polícia. No terceiro dia, não houve grandes manifestações, a concentração de ambulantes era muito reduzida diante do efetivo da polícia, mas um ônibus e uma loja foram queimados.

⁷⁵ As informações numéricas foram citadas pelo comandante da operação no dia do ocorrido, em entrevista a Rádio CBN (27/08/2011).

Foto 6: Batalhão do Choque perfilado para dispersar os ambulantes (Carlos Freire, 2011).

Foto 7: Vendedores ambulantes em manifestação na rua Oriente (Carlos Freire, 2011).

Foto 8: Loja ex-presidente da Alobrás, incendiada durante manifestações (Carlos Freire, 2011).

Apenas os que possuem permissão continuam nas ruas, já os outros passaram a trabalhar em modos mais precários, carregando as mercadorias junto ao corpo, prontos a se dispersar ao menor sinal de aproximação da polícia. Alguns dos ambulantes, que tinham maiores condições de investimento, foram para as galerias como locatários e outros foram trabalhar como vendedores nos *boxes*. Seguido da expansão da Operação Delegada, viu-se a multiplicação das galerias, pequenos estacionamentos, oficinas mecânicas, algumas lojas, vários lugares foram fracionados em pequenos pontos de comércio para atender a alta demanda que foi produzida no mercado imobiliário pela ação da polícia militar. A repressão não previa, formalmente, nenhum tipo de política direta de remanejamento⁷⁶.

⁷⁶ Os rendimentos dos pontos e mesmo a queda no desemprego também era aludidos como justificativa para intervir no comércio ambulante, conforme por ser ilustrado com o depoimento do Secretário Municipal de Segurança Urbana na época, Edson Ortega, entrevistado em fevereiro de 2010: “*Aqui o nosso problema não é muito o desemprego, o problema é que o trabalho dos ambulantes é muito rentável. Não querem ir para um emprego formal, embora tenham vaga no emprego formal. Preferem o ganho fácil, não tem horas, não tem patrão, não tem imposto. Ai é um problema porque para enfrentar este problema precisamos criar polos de comércio popular, mas fora da rua*”. Todavia, nenhum novo polo de comércio popular foi criado diretamente

Contudo, esse foi um dos maiores efeitos: fazer convergir os vendedores ambulantes para espaços comerciais privados ou geridos pela iniciativa privada. A convergência entre repressão policial e valorização imobiliária remete às relações entre as redes urbanas de acumulação e os meios coercitivos (TILLY, 1996), onde a intervenção no espaço urbano ativa diretamente os rendimentos imobiliários da região.

A repressão ao comércio ambulante também teve grande impacto sobre suas organizações. Elas se constituíram através das disputas e negociações pela legitimidade do trabalho na rua, cada qual com sua forma de atuação, seus territórios de predominância e seus vínculos no campo político. Elas participavam das Comissões Permanentes de Ambulantes (CPAs) e exerciam papel importante nas concessões de TPUs. Na medida em que isto não foi mais possível, elas se enfraqueceram bastante. A passagem às galerias transformou a luta pelo direito ao trabalho em negociação de um contrato de aluguel. O SINDCISP, depois da morte do Afonso Camelô, participou ativamente das manifestações de outubro de 2011, mas em seguida negociou a ocupação de um antigo galpão da fábrica de alimentos Ferla, no Brás, e organizou sua própria galeria. O SINPESP continua com os ambulantes com TPU, na região da 25 de Março e de Santo Amaro, mas não se envolve na causa de outras regiões ou de ambulantes que não tenham TPU. Outro sindicato também passou a atuar, sobretudo para agenciar ambulantes para as galerias comerciais. Trata-se do Sindicato dos Microempreendedores Individuais (SINDIMEI), criado em 2011, anteriormente conhecido como Associação dos Trabalhadores Ambulantes de São Paulo (ATASP), que procura ser reconhecido oficialmente como representante sindical dos Microempreendedores Individuais em São Paulo, assim contaria com o benefício do imposto sindical. Atualmente, algumas das antigas lideranças do SINTEIN encontram-se na Associação dos Camelôs e Ambulantes do Brás, enquanto outra parte fundou outro sindicato (SINDMICRO), que atua na região do Jabaquara.

Os vendedores ambulantes foram criminalizados para liberar as ruas para a circulação dos pedestres. Para além do combate à pirataria, usado como artifício para justificar inicialmente as ações, há toda uma investida que busca associar os camelôs ao crime e sua remoção das ruas como medida de segurança. Diante dessa perspectiva, a

pela prefeitura no centro da cidade e as galerias se multiplicaram como um efeito indireto da repressão aos ambulantes.

discussão sobre regulação da ocupação do espaço público desapareceu, pois a perspectiva era retirá-los das vias, com a Operação Delegada ocupando os lugares estratégicos. Os instrumentos legais previstos como as CPAs foram abandonados e, desde 2007, um decreto suspendeu a concessão de qualquer novo TPU. Ademais, os TPUs concedidos foram sistematicamente cassados e revogados a partir de uma série de expedientes muitas vezes extraleais, como um policial pedir o documento para verificação e simplesmente não devolvê-lo ao ambulante. Em dezembro de 2012, último ano da gestão Kassab, todos os TPUs da cidade foram cassados por meio de decreto da prefeitura. Durante algum tempo, nenhum ambulante tinha permissão para armar barraca.

Em meio às ações da prefeitura, que tentaram decretar a cassação completa dos termos de permissão de uso e retirar até mesmo os ambulantes com situação regularizada da cidade, foi constituído o Fórum dos Ambulantes de São Paulo. Ele concentra diferentes organizações de comerciantes de rua de vários lugares da cidade que tem autorização para ocupar pontos de comércio, com exceção dos ambulantes da rua 25 de Março, sob a influência do SINPESP. O fórum foi formado com o apoio do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que deu apoio institucional e jurídico para os ambulantes com TPU conseguirem uma liminar na justiça contra o decreto da prefeitura para continuarem trabalhando na rua. Trata-se, aqui, de uma forma de resistência que se trava no campo jurídico, com o apelo à legalidade por parte dos ambulantes, pelo direito à cidade.

As operações da polícia costumam ser ações pontuais no tempo, intervenções objetivas que, depois de efetivadas, encerram-se por si só. Porém, no caso da Operação Delegada, constituiu-se em uma estratégia de ocupação contínua das ruas principais de comércio no policiamento do mercado. As nomeações de militares para cargos executivos no município deixaram de ocorrer quando houve a mudança de governo. No entanto, a Operação Delegada já é aquela que se arrasta há mais tempo e não tem prazo para acabar. Essa forma de incidência da polícia militar em questões do cotidiano urbano transpõe governos e, mesmo, foi exportada para outras cidades como modelo de gestão. Mais do que isso, existe uma resistência corporativa às mudanças como, por exemplo, deslocamento para fora do centro ou seu emprego para outros fins, que não o combate ao comércio ambulante. Assim, a Operação Delegada tende a continuar e o Brás e a 25 de Março seguem como os lugares mais policiados da cidade.

3.3 A pirataria: criminalização por demanda e clivagens de mercado

Em 2002, o Brasil foi incluído na “Lista de Observações Prioritárias”⁷⁷, reservada aos países com problemas de “proteção aos direitos de propriedade intelectual”, na visão do Escritório de Representação Comercial dos EUA. Esse é um instrumento de pressão para que outros países elaborem medidas de combate à pirataria. No ano seguinte à medida, foi instituída, no Congresso Nacional, a chamada CPI da Pirataria, realizada entre 2003 e 2004, na qual consta, no relatório final da CPI, que alguns de seus membros chegaram a ir até o Congresso Americano para apresentar os resultados obtidos. A CPI foi uma investigação abrangendo diferentes setores econômicos sobre práticas de “contrabando” e “pirataria”, seus circuitos e agentes. Nesta época, as galerias da 25 de Março foram objeto de intensas investigações e operações de fiscalização, especialmente, a Galeria Pagé e o Shopping 25 de Março. Os proprietários de ambas as galerias foram intimados a prestar depoimentos e alguns capítulos do relatório final da CPI giram em torno das galerias⁷⁸. A CPI resultou ainda na criação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), órgão permanente de fomento de medidas de controle e fiscalização, vinculado ao Ministério da Justiça, uma instituição que procura articular a ação de diferentes órgãos públicos e entidades da sociedade civil para promover políticas de combate à pirataria e ao contrabando.

O programa “Cidade Livre de Pirataria e do Comércio Ilegal”, o qual serviu de prerrogativa para o convênio da Operação Delegada, é uma iniciativa do CNCP. Apesar de ser ligado ao Ministério da Justiça do Governo Federal, a gerência do programa é responsabilidade do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO). Trata-se de uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), fundada na mesma época da CPI da Pirataria, em 2003, que reuniu entre seus associados grandes corporações nacionais e transnacionais de diferentes setores da economia. O ETCO atua no sentido de produzir

⁷⁷ A lista compõe os Relatórios Especiais 301 e orienta o Sistema Geral de Preferências para o comércio com os EUA, segundo as diferentes classificações dos países na lista. O Brasil permaneceu na lista prioritária até o ano de 2007, sendo deslocado para “lista de atenção” desde aquele ano. Disponível em: <http://www.ustr.gov/trade-topics/intellectual-property/Special-301>. Acessado em: 29/04/2014.

⁷⁸ Relatório disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/52-legislatura/cpipirat/relatoriofinal.html>. Acessado em: 23/05/2014.

dados, estudos e campanhas contra “o comércio ilegal e a pirataria”, além de acompanhar e fomentar ações de governo nessa direção⁷⁹. A proposta do programa “Cidade Livre de Pirataria” é municipalizar o combate à pirataria incentivando as prefeituras a criarem mecanismos locais de prevenção e repressão. A cidade de São Paulo foi a primeira a aderir ao programa, no entanto, outras cidades já fazem parte do mesmo⁸⁰.

Todo um campo de práticas se estrutura em torno da repressão à pirataria, articulando agentes de diferentes instâncias de governo. Nos últimos anos, podemos verificar a multiplicação das entidades e associações de defesa das marcas⁸¹, o que aponta para uma dimensão das disputas de mercado com características muito peculiares. Algumas empresas proprietárias de marcas se associam em entidades justamente para promover o combate à pirataria. Os atores acompanham e monitoram a ação do Estado, cobram resultados, sobretudo na forma de produção de estatísticas, fazem a publicidade das ações policiais, assegurando sua difusão na imprensa, e promovem campanhas junto à população para desestimular a pirataria.

Este conjunto de atores produz a classificação das cópias enquanto pirataria. As ações de controle e fiscalização devem ser consideradas do ponto de vista das demandas de criminalização promovidas por tais entidades de defesa de marcas, baseadas no princípio de propriedade intelectual. Dessa forma, é necessário diferenciar a produção e distribuição de cópias do processo de construção da pirataria enquanto uma dimensão das disputas de mercado. A crescente produção de cópias em escala atualmente é, em parte, o resultado da fragmentação produtiva em escala global e da difusão da técnica e do saber fazer que necessariamente a acompanha. Em larga medida, nas redes de subcontratação muitas cópias são produzidas em grandes escalas, seja nos “sweapshops” da China (PINHEIRO MACHADO, 2008b), seja nas oficinas de costura da periferia de São Paulo (FREIRE DA SILVA, 2008). Nessa medida, a produção de cópias acompanha frequentemente a mesma territorialização

⁷⁹ Disponível em: <http://www.etco.org.br/quem-somos/estrategia/>. Acessado em: 23/05/2014.

⁸⁰ As capitais seriam Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Cuiabá e Vitória, além dos municípios de Várzea Grande (MT) e Osasco (SP).

⁸¹ Além do ETCO, podemos citar uma lista não exaustiva: Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), Grupo de Proteção a Marca, Coalização das Empresas Brasileiras, Aliança de Negócios de Software (BAS), Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), Instituto Akatu, Associação antipirataria no Cinema e Música (APCM).

da produção oficial⁸². Sendo assim, a propriedade intelectual pode ser vista como um meio de controle de algumas empresas sobre suas cadeias produtivas e distribuidoras de mercadorias.

A propriedade intelectual, nesse caso, opera como forma de controle não por impedir as cópias, mas sim por criar reservas sobre nichos de mercado e pelo poder de disposição das detentoras das marcas em recorrer ao Estado para assegurá-los. A propriedade intelectual combina recursos econômicos e políticos, mas através de demandas de criminalização porque a contrafação, como se define no campo jurídico a pirataria, só é caracterizada por reivindicação das empresas detentoras dos direitos de comercialização e distribuição das marcas em determinado território que se declaram lesadas. O que há de particular em tudo o que compreende a contrafação, portanto, é a maneira como o Estado está implicado nas disputas econômicas.

As demandas de criminalização recaem, principalmente, sobre o comércio. Especialmente depois do programa “Cidade Livre de Pirataria”, intensificaram-se as operações realizadas nas galerias, frequentemente no período próximo às vendas de final de ano. Tais operações são movidas contra as galerias, sobretudo na região da 25 de Março, decorrentes de solicitações de entidades de defesa de marcas ligadas a empresas privadas. Dezenas de toneladas de mercadorias são retidas, os donos das lojas são autuados, os estabelecimentos são lacrados e, por vezes, as próprias galerias são interditadas – nesses casos por condições de segurança dos edifícios e por falta de alvarás de funcionamento junto à prefeitura. Por volta de não mais que uma semana depois, as galerias já se encontram em pleno funcionamento de novo, com seus *boxes* ocupados e uma alta fluidez de mercadorias.

Apesar das crescentes demandas de criminalização desses circuitos econômicos, o processo de incriminação (MISSE, 2006), relativo à contrafação é de difícil caracterização e raramente é levado adiante. A advogada Mercedes, que trabalha em um escritório

⁸² Em “Teoria do desenvolvimento econômico”, Schumpeter (1983) argumenta no sentido de que a cada inovação – como a produção de uma nova tendência de moda, por exemplo – é gerado um novo ciclo de consumo, o que faz a economia andar. As empresas que controlam essas tendências e inovações dominam o mercado, as outras têm inclinação a seguir às normas ditadas pelas primeiras. Em tal perspectiva é possível pensar a cópia como um elemento da própria dinâmica econômica. A propriedade intelectual e a criminalização da cópia apontam antes para a judicialização desse campo de disputas de mercado.

especializado nesse tipo de infração e que tem muitos clientes nas galerias, ilustra como se dá o andamento destes processos:

Quando você chega lá na 25 e vai naquelas lojas, tudo aquilo de caneta, Mont Blanc vamos dizer, obviamente as marcas elas acionam a justiça para que façam mandatos de busca e apreensão. Fechadas todas as lojas da 25, solicito mandato de busca e apreensão, a ver todas as lojas com produtos que se assemelham a marca Mont Blanc, por exemplo. Estes produtos são arrecadados, são entregues a detentora da marca e, aquela loja que teve o produto apreendido ela vai responder a uma processo. Na realidade de indenização. Não se lavra o crime, pode acontecer, às vezes com a polícia [civil], onde temos a delegacia antipirataria que é a primeira DIG, no DEIC. Este pessoal também faz este tipo de trabalho, ai já é uma ação penal, ai já é crime de contrafacção. Mas acaba não indo para a esfera civil.

[...]

Nenhum destes processos tem resultado pra marca. Quando existe a busca na área civil é porque a marca quer, não é indenização. Ela lateralmente obtém mesmo. Agora, só o lojista que comercializa ali na 25 de Março vai pagar, é muito difícil. Então na verdade é dar murro em ponta de faca, porque a marca não vai ser indenizada nunca. O crime, ele surte um pouco mais de efeito, só que não para a marca em si, ele penaliza a pessoa que está comercializando este produto. O crime de contrafacção, se eu não tiver enganada, ele tem uma pena de 2 à 8 anos. O ator do delito vai ter um processo crime, se houver um laudo, e no final pode dar uma restrição ou então pegar uma pena pra responder em liberdade. Estes processos nunca foram efetivos.

Contudo, apesar de aparentemente as práticas de controle e repressão serem ineficazes para o programa ao qual elas se propõem, elas não deixam de produzir efeitos de mercado. Trata-se aqui do estabelecimento de certas clivagens para o consumo dos produtos. Em si, o controle e a repressão já estabelecem exigências de investimento em capital e competências para contornar barreiras, atribuindo riscos intrínsecos a essas atividades. Também impõe limites de tolerância, margens dentro das quais esses mercados de cópias se desenvolvem e produzem excedentes econômicos e políticos nas formas da corrupção e da extorsão. Mas, sobretudo, produz uma marca diferencial ao consumo dos produtos, atribuindo um valor moral, que o identifica como “fruto de um ato criminoso” e/ou “sonegador de impostos”, operando segmentações de mercado ao caracterizar determinados centros de comércio, produtores e atores pela pirataria. Em outras palavras, funciona como uma marca em registro negativo, que procura rebaixar o valor de consumo dessas mercadorias. Não se trata de anular completamente esses mercados, mas sim de

traçar as diferenças para torná-las mais um valor, manter as clivagens para produzir o valor do original. O problema em torno do combate à pirataria, assim, não é acabar com a cópia, mas sim marcar a diferença.

Em uma análise geral, as práticas de fiscalização e controle do Estado não ocorrem de uma maneira uniforme pelo território da cidade. O jogo de tolerância e repressão traça uma diferenciação entre os espaços da cidade em que práticas e atividades irregulares são permitidas por meios extraleais, e outros espaços onde estas são coibidas a todo custo. Isto é, a gestão diferencial dos ilegalismos (FOUCAULT, 2006) opera segmentações, distinções e clivagens de mercado que se inscrevem no espaço da cidade. Essa gestão diferencial dos ilegalismos também atribui um custo para a atuação nesse mercado e as ações de controle e fiscalização do Estado fazem parte constitutiva de seu desenvolvimento.

Frequentemente, a tais mercados irregulares se sobrepõem outro mercado, também irregular, sem o qual dificilmente se trabalha na rua: o mercado de proteção, baseado na compra e venda de garantias mínimas para alguma regularidade dos negócios (MISSE, 2005). O mercado de proteção seria constituído basicamente por “mercadorias políticas”, segundo Michel Misse (2005), que se definem como mercadorias que combinam custos e recursos políticos para a produção de um valor de troca econômico, seja na forma de um poder expropriado da autoridade pública, seja pelo controle de um grupo sob determinado local, mediante extorsão. De acordo com Misse (op. cit, p.142), essas mercadorias são frutos da corrupção ou da extorsão e resultam em um valor de troca como “uma fração privatizada e mercantilizada da soberania do Estado”.

Capítulo 04. Mudanças de escala e alterações de rotas nos jogos das trocas

Em junho de 2013, um protesto diferente marcava a Avenida Paulista. Em frente ao tribunal de Justiça, um grupo de cerca de 200 pessoas manifestava-se contra o fechamento do Pátio do Pari para reformas. Eles deixavam bem evidente a diversidade de origens presente na feira da madrugada, depurada dos milhares de clientes e não apartada em *boxes* individuais. Brasileiros, bolivianos e chineses eram os mais perceptíveis à primeira vista. O depoimento de Xarif, iraquiano que reside há 18 anos no Brasil, sendo que destes oito anos foram trabalhando na feira da madrugada, expressa tal diversidade e o papel de articulação desse tipo de espaço para ampla circulação de pessoas e mercadorias:

Tanto os árabes, quanto os iranianos, bolivianos, chineses... Eu tenho amigos de todas as raças. Mesma coisa o Brasil, tem um mundo inteiro sozinho, tem chinês, tem boliviano, tem paraguaio... A feira da madrugada é um Brasil, mas é menorzinho... É um mundo pequeno, mas que vive 5 mil lojistas ali dentro, fora os funcionários que dependem dali, fora os costureiros, os cortadores de tecido, vendedores de linha... Então, na verdade é um coração ali batendo... Imagina você pega o coração de um ser humano e aperta, o braço serve pra quê? A cabeça serve pra quê? Não serve pra nada, né? Então estamos lutando para manter ali aberto [a feira da madrugada do Pátio do Pari]⁸³.

A imagem utilizada por Xarif para referir-se a feira da madrugada, como um coração batendo de um centro pulsante para chineses, bolivianos, paraguaios, remete justamente à ideia de circulação, no qual seus pontos articulam amplas dinâmicas entre diferentes localidades dentro e fora do país. Nas galerias e nas feiras da madrugada do centro de São Paulo há uma grande diversidade de origens e nacionalidades. Nesses espaços, muitos migrantes transnacionais e nacionais trabalham cotidianamente em pontos próprios ou alugados; enquanto outros vindos de longe apenas frequentam a região regularmente para abastecer seus empreendimentos. De um modo particular, os mercados populares do centro de São Paulo expressam outra perspectiva da globalização, com o

⁸³ Entrevista realizada no dia 22/06/2013. Agradeço a Léa Barreau-Train, que também acompanhava a manifestação, que colheu esse depoimento e gentilmente me forneceu.

aumento na circulação de pessoas entre os países em desenvolvimento ou os chamados países do sul⁸⁴. Trata-se de uma composição bem diferente, quando comparados aos espaços normalmente utilizados como referência da cidade globalizada, nos escritórios das avenidas Faria Lima e Luís Carlos Berrini, por exemplo, onde representantes assalariados de grandes corporações transnacionais desempenham suas atividades.

A migração transnacional tomou outra dimensão na cidade de São Paulo nos últimos anos – e nos vários *boxes* das galerias e feiras da madrugada muitos deles encontram sua forma de atuação. Contudo, são atores que desenvolvem suas atividades como autônomos, ou a partir de pequenos empreendimentos caracterizados em grande parte pela baixa capitalização, muito embora por ali se agencie ampla circulação de riquezas e exista uma grande desigualdade entre seus diferentes atores. Os mais notórios são chineses, bolivianos, paraguaios e peruanos, mas também estão presentes libaneses, coreanos, angolanos, entre outros menos expressivos em termos numéricos, mas que também compõem essas dinâmicas.

Neste capítulo, pretendo discutir esses fluxos de mercadorias e pessoas que se articulam no centro de São Paulo, analisando algumas alterações de rotas, mudanças de escala e de seus operadores, sobretudo a partir de meados dos anos 1990. Com base no material levantado na pesquisa de campo, pretendo fazer algumas aproximações com o debate em torno do que vem sendo chamado por diferentes autores de “globalização por baixo” (PORTES, 1997; MATHEUS E VEGA, 2012), “mundialização por baixo” (TARRIUS, 2002), ou “globalização popular não hegemônica” (RIBEIRO, 2006, 2010, 2012).

Em meados da década de 1990, Alejandro Portes (1997) introduziu esses termos ao denominar como “globalização por baixo”, no contexto norte-americano, a inserção de migrantes em processos forjados e mantidos pelo multi-ancoramento de relações sociais,

⁸⁴ Nos últimos 20 anos, houve uma mudança no cenário das migrações no país com um crescimento substantivo no número de pessoas que vem do circuito regional da América do Sul, sobretudo com bolivianos, paraguaios e peruanos. Mas, também, de grupos vindos da África, angolanos, nigerianos e senegaleses; da Ásia, neste caso, chineses; e, mais recentemente, do Caribe, haitianos. Segundo os “Resultados gerais da amostra” do Censo de 2010, publicados pelo IBGE, confirmou-se a tendência de aumento das migrações transnacionais, assim como a de retorno de brasileiros que viviam no exterior, sobretudo por conta dos impactos das crises internacionais e da conjuntura nacional da década de 2000. O estado de São Paulo apresenta a maior concentração de migrantes internacionais, com um aumento na participação relativa no período, era 27%, em 2000, e passou a 30,4%, em 2010.

entre lugares de origem e destino, formando comunidades que transpõem as fronteiras políticas e que se mantêm através de atividades informais, baseadas nas vantagens diferenciais entre fronteiras nacionais.

Alain Tarrius (2002) traz essa discussão à tona ao abordar o modo como circuitos transnacionais de migração que ligam o Oriente Médio à Europa, passando pelo leste europeu, são mobilizados para a circulação de bens e mercadorias. Segundo o autor, tal dinâmica associaria os grandes atores da mundialização com a mobilização dos pobres, não apenas como clientes, mas também como passadores, para fazer chegar aos pobres dos países ricos e aos países pobres suas mercadorias, atingindo consumidores que de outra maneira não atingiriam. Denominados as “formigas da mundialização”, nas palavras de Tarrius (2002), dotados com a “competência circulatória” para contornar restrições estabelecidas, apoiando-se nas vantagens diferenciais entre as fronteiras e nos laços de solidariedade de suas comunidades e redes pessoais, seriam atores de amplas transferências internacionais, mobilizados nas dinâmicas contemporâneas da economia que fazem com que elementos típicos da chamada acumulação primitiva, como o contrabando e a pirataria, revivam e refloresçam como peças importantes dos processos de acumulação atuais.

Tanto no contexto norte-americano quanto no europeu, a discussão sobre a mundialização por baixo, tal qual apresentada por Portes (1997) e Tarrius (2002), gira em torno do campo problemático da migração, todavia, em um registro bem diferente dos estudos clássicos sobre o tema. Não se trata dos dilemas da integração salarial de uma população estrangeira e das questões debatidas na chave da assimilação e aculturação, mas sim de outra forma de mobilidade, que repousa fundamentalmente no comércio e na habilidade de seus protagonistas em fazer passar e colocar em circulação mercadorias dos mais diversos tipos e de variadas procedências, assim como na manutenção e mobilização constante de vínculos de origem.

Em outros contextos, esses termos parecem fazer referência muito mais a uma discussão sobre estruturação de mercados e sua relação com o Estado, em alguma medida nos desdobramentos e reformulações atuais do campo problemático da informalidade,

agora completamente conectado aos circuitos globais da economia⁸⁵. Gordon Mathews e Carlos Alba (2012) definem a globalização por baixo como o fluxo transnacional de pessoas e mercadorias envolvendo relativamente pequenas quantidades de capital e transações informais, frequentemente semilegais ou ilegais. Para Mathews e Alba (2012), a globalização por baixo não se coloca como um contraponto ou uma alternativa a globalização, mas se desenvolve a partir de uma relação específica com o Estado. Segundo os autores, a globalização por baixo pode prosperar nos locais em que o Estado tem menos capacidade ou força para regular, enquanto o legal seria justamente aquilo que é designado pelos agentes da globalização por cima e mais ou menos informado por esses agentes. Contudo, a falta de regulação formal de cima seria compensada por uma forte regulação por baixo, não oficial e informal.

No mesmo sentido vai o argumento de Gustavo Lins Ribeiro (2010), com a ideia de globalização popular não hegemônica, na qual a relação com o Estado também está em questão. Ribeiro (2010) caracteriza a globalização popular como a participação de agentes sociais que não são considerados nas análises sociais, senão como migrantes, destacando a existência de um sistema mundial não hegemônico composto de grandes fluxos animados por “gente do povo”. Os mercados e as redes sociais de comércio da globalização popular fariam parte de um sistema mundial não hegemônico composto, segundo o autor, por atividades ilegítimas do ponto de vista dos poderosos que a combateriam em nome da legalidade.

Para Ribeiro (2010), a noção de sistema mundial não hegemônico exige uma distinção entre economia informal e ilegal e entre o que é ilegal e (i)lícito. Ele destaca que a grande maioria do contrabando é feito por grandes corporações, mas, no entanto, os agentes não hegemônicos é que seriam vistos como ameaças ao *establishment*. Diferentes tipos, segmentos e redes estruturam a pirâmide do sistema não hegemônico. Ribeiro (2010) chama as atividades da base da pirâmide como globalização de baixo para cima, por

⁸⁵ De acordo com Michel Peraldi (2007), o mesmo circuito que atinge os mercados dos migrantes na Europa em sacolas, chega aos países da região do Magreb, no norte da África, em contêineres. Em oposição à Tarrius (2002), Peraldi (2007) afirma que esse universo não é desprovido de vínculos locais, nem pode ser descrito como desterritorializado, muito menos pode ser visto como o triunfo das virtudes da economia liberal e o protagonismo dos seus atores. O autor procura colocar em evidência grupos sociais provenientes da decomposição e da privatização dos “Estados do sul” e as lutas entre comerciantes e agentes do Estado na concorrência pelos ganhos do comércio, no que ele chamou de “capitalismo de párias”.

promover acesso à população a bens que de outra forma não teriam. O autor também diferencia as “redes sociais ilegais”, com estruturas hierárquicas caracterizadas pela conspiração, planejamento centralizado e o uso da violência ilegítima, e as “redes sociais (i)lícitas” como formas descentralizadas, horizontais e baseadas na confiança, como as redes baseadas na migração ou da economia popular. Assim, para Ribeiro (2010), as mercadorias que fluem no sistema não hegemônico mudam de mãos várias vezes, atravessando espaços regulatórios diferentes, de modo que, às vezes, várias redes, pequenas em extensão, acabam por gerar um efeito de longo alcance.

Particularmente, nesta pesquisa, procuro discutir esta dinâmica à luz do crescimento das trocas entre o chamado sul global, pensado em termos das fronteiras de expansão do capitalismo contemporâneo. Seguindo os argumentos de Fernando Rabossi (2012), tomamos a mundialização por baixo mais como uma diferença de perspectiva em relação às representações usuais da globalização, centrada nos fluxos financeiros e informacionais, para enfatizar os circuitos de mercadorias e a circulação de pessoas. Nesse sentido, trata-se mais de uma diferença de registro em termos dos atores e dos lugares a partir dos quais as dinâmicas são construídas. Como veremos, não é possível adotar a clivagem legal/ilegal como definição *a priori* desses circuitos, pois, a rigor, são dinâmicas que se sustentam das passagens entre um e outro, nas dobras do legal e ilegal, na expressão de Vera Telles (2009). Do mesmo modo, em relação ao Estado, sua presença e implicação na constituição desses mercados não podem ser consideradas apenas pela adequação ou não a um ideal normativo. Antes que a ausência, vemos como o Estado se espacializa (FERGUSON E GUPTA, 2002) quando o pensamos enquanto um conjunto de práticas, dispositivos e protocolos cotidianos na relação entre seus agentes e os atores que operam as dinâmicas comerciais entre diferentes fronteiras.

Quando penso no crescimento das trocas em novas fronteiras de expansão do capitalismo, tenho em vista às discussões de Ananya Roy (2007) sobre globalização e as cidades do sul. Roy (2007) propõe uma nova geografia da teoria, deslocando a referência das cidades globais da Europa e dos EUA para as cidades do sul globalizado. Ora, tem sido amplamente discutido o impacto da abertura econômica da China, a partir 1979, e, sobretudo, ao longo das últimas duas décadas, com uma forte dinâmica comercial que anima a circulação de pessoas e mercadorias a partir de algumas localidades – recolocando

algumas cidades no mapa das rotas comerciais, principalmente no mundo árabe, mas que também tem os mercados populares do sudoeste asiático, da África e da América Latina como novas fronteiras a serem conquistadas. Sem pensar a China como origem que tudo explica, é interessante notar alguns circuitos nos quais os produtos chineses são menos competitivos e que nem todo trânsito de mercadorias com a China é realizado por chineses. Nesta pesquisa, procuro analisar como se constroem esses vínculos e os vários atores que compõem esses mercados, tendo em vista a dinâmica transnacional que se estabelece entre diferentes localidades, para além das empresas e estruturas burocráticas das grandes corporações transnacionais, em que cada etapa da produção, circulação, distribuição e consumo, com seus vários fracionamentos internos, é transformada em oportunidade de ganho e nichos de exploração para grupos e atores muito diversos. Trata-se, aqui, de colocar a “mundialização por baixo” em discussão, não como algo à parte ou como alternativa à chamada globalização, mas sim como uma forma de constituição de mercados que tem suas próprias ligações, por cima e por baixo, no campo econômico e político.

De todo modo, as novas fronteiras de expansão capitalista não significam o puro avanço de uma racionalidade econômica autorregulável, que iguala tudo em uma mesma topografia, anulando as diferenças entre territórios e desativando a política. A expansão capitalista definitivamente está longe de constituir um mundo plano, tal como traçado Thomas Friedman (2005), para quem após o fim da URSS⁸⁶ e com o desenvolvimento de novas tecnologias da informação deu-se impulso a um processo de globalização cuja tendência seria o achatamento do mundo, no sentido de um maior nivelamento em termos culturais, políticos e econômicos.

É justamente das diferenças entre os espaços e as possibilidades criadas por essas diferenças que se estabelece a circulação. De fato, é em torno das especificidades territorializadas que vão se desenhando seus percursos, assim como as vantagens diferenciais entre as fronteiras e as diversas formas de passagem entre o formal e informal, legal e ilegal. Trata-se de agenciamentos locais que são fundamentais para amplos processos de circulação – os chamados os espaços discretos da mundialização, recuperando

⁸⁶ A respeito de circuitos comerciais que reflorescem justamente da decomposição da antiga URSS na Ásia central, ver Thorez (2008).

os argumentos de Olivier Pliez (2007, p. 2, tradução minha) sobre as rotas do jeans chinês até o Cairo, no Egito:

Iluminar uma destas rotas transnacionais de comércio mostra como essas localidades, bairros, portos e mercados estão ligados pela circulação de pessoas e mercadorias segundo lógicas pouco perceptíveis localmente, mas essenciais ao funcionamento de redes muito extensas⁸⁷.

Quando colocamos essas dinâmicas em perspectiva e consideramos as escalas de circulação de mercadorias, pessoas e dinheiro que estão envolvidas, vemos que se trata de algo nada trivial. Por isso é importante colocarmos em perspectiva esses circuitos de mercadorias e essas dinâmicas migratórias que se estabelecem em mercados como na 25 de Março, Brás e Santa Ifigênia e os situarmos em relação a outros espaços análogos, também ligados por estes fluxos.

Os mercados populares articulam fluxos de mercadorias diversas em circuitos de escala global. Nas passagens e diversas formas de interação entre mercados formais e informais são colocados em ação agenciamentos práticos que viabilizam o comércio – e por onde se arma toda uma trama de mediações para que os negócios possam ocorrer. A ideia deste capítulo é pensar esses lugares de mercado, tratados nos capítulos anteriores em relação a outros lugares diversos, e colocá-los em perspectiva, tendo em vista os circuitos econômicos que os animam. Começaremos analisando como se alteram as ligações existentes entre o centro de São Paulo e Ciudad del Este.

⁸⁷ “Mettre en lumière une de ces routes commerciales transnationales en montrant comment ces localités, quartiers, ports ou marchés sont liés dans tout par de circulation des personnes et des marchandises, selon des logiques peu perceptibles localement mais essentielles au fonctionnement des réseaux très étendus” (PLIEZ, 2007 p. 2).

4.1 Da fronteira aos portos: de Ciudad del Este à São Paulo

4.1.1 Dos sacoleiros

Entre o final da década de 1970 e meados dos anos 1980, ganhava fama na região da 25 de Março um fenômeno muito particular que ficou conhecido como a “chuva de relógios”. Seja por meio das manchetes dos jornais da época, seja recorrendo à memória dos ambulantes que trabalham há mais tempo no local, não é difícil encontrar registros das “chuvas de relógios” que, durante algum tempo, repetiam-se periodicamente. Sempre que a polícia federal se aproximava da Galeria Pagé, era previsível o que ocorreria e os ambulantes se aglomeravam em seus arredores para se beneficiar do que caísse: relógios, perfumes, óculos, calculadoras, bijuterias, tudo jogado pelas janelas do prédio. As mercadorias, sem comprovantes de origem, eram lançadas pelos lojistas para se livrarem da autuação policial. Vejamos como era descrita a galeria por uma matéria na década de 1980:

Construída há 22 anos pelo comendador Avediz Clemente Kherlakian, com dois blocos de 11 andares cada um, fora loja e sobreloja, a galeria Pagé é o maior centro de venda de material contrabandeado de toda a América Latina. Essa fama foi conquistada, segundo a Polícia Federal, há mais de dez anos, mas acentuou-se sobretudo depois que o governo federal taxou em mais de 200% os artigos importados considerados supérfluos. [...] Grande parte das lojas da Pagé vende contrabando, que entra no Brasil proveniente de vários lugares, mas cerca de 90% do material “importado” vendido na galeria sai do Paraguai⁸⁸.

As notícias que vinculam a Galeria Pagé com a distribuição de artigos importados, frequentemente oriundas de descaminho, passaram a ser recorrente nos jornais a partir da segunda metade dos anos 1970, e já na década seguinte a galeria tinha grande notoriedade como centro distribuidor dessas mercadorias. O chamado “milagre econômico” dava sinais de ter se esgotado e o governo militar, na tentativa de contornar o *déficit* cambial, decorrente da crise do petróleo, implementava medidas restritivas para dificultar a saída de dólares do país e conter a evasão de divisas, como a sobretaxação na importação de

⁸⁸ *Uma zona franca no centro de São Paulo, O Estado de São Paulo*, publicado em 30/09/1984.

produtos supérfluos⁸⁹, citada na matéria de jornal acima. Já nessa época, consolidava-se um vínculo estável que ligava os comerciantes da galeria à Ciudad del Este, no Paraguai, através do trânsito de pessoas e mercadorias.

A pesquisa de Fernando Rabossi (2004), analisando esse fluxo comercial da perspectiva de Ciudad del Este, aponta outra medida para conter a evasão de divisas que teria impulsionado o turismo de compras para a região. Segundo o autor, a exigência de um depósito compulsório, instituída pelo governo brasileiro, e que perdurou até 1979, para quem desejasse fazer compras no exterior teria sido um grande fator impulsionador do comércio fronteiriço. Havia uma tolerância legal de 8 horas para que as pessoas pudessem circular entre as cidades de fronteira sem a necessidade de visto, ademais, a moeda brasileira era amplamente aceita no mercado paraguaio. De acordo com o Rabossi (op. cit., p.242-4), isso teria dado grande impulso ao turismo na tríplice fronteira e aos poucos transformado suas características.

Fundada em 1957, como Puerto Presidente Stroessner⁹⁰, que apenas depois da queda do governo militar no Paraguai, em 1989, passaria a se chamar Ciudad del Este, desde a inauguração da Ponte da Amizade⁹¹. Segundo Rabossi (2004), diferentemente dos

⁸⁹ Houve dois momentos de elevação da taxa da importação dos supérfluos, o primeiro em junho de 1974 com a taxa em 100% sobre o valor dos bens supérfluos importados, ao mesmo tempo não se taxava os bens de capital importados. O segundo momento foi em janeiro de 1981, tendo em vista diminuir o déficit previdenciário através de uma nova fonte de receita, novamente a importação dos supérfluos teve seu imposto aumentado em 100%.

⁹⁰ De certa forma, Ciudad del Este nasce da política de reaproximação das relações entre os governos do Paraguai e do Brasil, na década de 1950, após o longo período posterior a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Do lado brasileiro, essa reaproximação viria através da construção de estradas no oeste do Paraná e de facilidades alfandegárias para permitir ao Paraguai ter acesso ao porto de Santos e Paranaguá para desenvolver seu comércio exterior. O acordo incluía, ainda, a realização dos estudos para a abertura da rodovia e o financiamento de sua construção até Ciudad Coronel Oviedo, no centro do Paraguai. Assim, o país teria uma alternativa para a importação e exportação marítima, para além da navegação do rio da Prata, com a consequente dependência da Argentina. A própria construção da Ponte da Amizade é uma das medidas ligadas a essa reaproximação, cujo tratado de construção foi assinado em 1956. Do lado paraguaio, com as negociações para a construção da usina binacional de Itaipu, que também marcou o desenvolvimento urbano, tanto de Ciudad del Este como de Foz do Iguaçu, com muitos operários brasileiros e paraguaios que foram para lá trabalhar. Sobre a reaproximação diplomática, conferir a dissertação de mestrado de Ronaldo Alexandre de Amaral e Silva (2006).

⁹¹ O *link* abaixo traz um vídeo sobre a inauguração da Ponte da Amizade, nele se registra o turismo de elite direcionado as Cataratas do Iguaçu naquele período, as atividades econômicas da região, bem como o aperto de mãos entre os governantes militares dos dois países, Alfredo Stroessner e Castelo Branco, em plena Ponte da Amizade, e os detalhes sobre a construção da ponte, na época, o maior vão livre em concreto armado do mundo (<https://www.youtube.com/watch?v=VnyWeEVzg7U>).

outros países da América Latina, o Paraguai não teria desenvolvido uma política de industrialização por substituição de importações e foi muito mais aberto ao comércio internacional que os seus vizinhos. Assim, Ciudad del Este atraía turistas argentinos e brasileiros, que visitavam as Cataratas do Iguaçu, pela atividade liberada dos cassinos, bem como pelo comércio de artigos importados em “regime especial de turismo”. O autor argumenta que, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, ocorreu uma transmutação desse turismo de compras para consumo próprio em um circuito de compras para revenda, animado por milhares de sacoleiros e acompanhada, também, por alterações em relação aos produtos comercializados. Dessa forma, a importação com vistas à reexportação marcaria a constituição da cidade como entreposto de triangulação de mercadorias. Segundo Rabossi (2004), os circuitos de produtos se relacionavam aos seus compradores, de modo que no começo eram produtos originais e de qualidade, importados de Miami e destinados aos turistas (embora produzidos no Japão, Hong Kong, Coreia e Taiwan), nos anos 1980, aumenta o movimento de sacoleiros e começam a aparecer marcas desconhecidas e cópias, produtos de menor qualidade e bem mais baratos, cada vez mais vindos diretamente da China continental (op. cit, p.226).

Paulo⁹², 62 anos, ingressou no circuito de sacoleiros no final de 1980. No princípio, ele dividia um *box* com um amigo, na galeria Pagé, no qual vendia bijuterias e artigos foliadas a ouro e a prata. No entanto, a partir dos outros lojistas, surgiram os primeiros convites para ir buscar mercadorias em Ciudad del Este.

Naquela época, havia muita reserva de mercado, havia uma restrição muito grande a qualquer produto que não fosse essencial. Tudo o que era supérfluo era sobretaxado, e muito sobretaxado! Então, por exemplo, o relógio Aqualang, vamos dizer assim, que é um relógio da Citizen, que na época era famoso pra chuchu! No Brasil, ele custava o equivalente a 1300 dólares... No Paraguai, ele custava 230 dólares! Havia uma sobretaxação porque relógio de pulso não era uma coisa que podia se importar, porque tinha aqui, né! E assim era peça de computador, assim era aparelho de televisão, tudo isso era sobretaxado no Brasil.

⁹² Entrevista realizada em setembro de 2006, ainda durante minha pesquisa de mestrado (FREIRE DA SILVA, 2008).

O fato é que políticas implementadas pelos governos de ambos os lados criaram uma situação de grandes oportunidades para quem realizasse a passagem das mercadorias pela fronteira e muitas pessoas fizeram dessas passagens um modo de vida. A sobretaxação dos supérfluos fez do comércio de miudezas um grande negócio: isqueiros, bijuterias, relógios, brinquedos, eletroeletrônicos, tudo o que passasse pela fronteira representava um grande diferencial em termos de preços do lado brasileiro.

Conforme analisa Rabossi (2004), o contrabando pressupõe a passagem pela fronteira e é a descrição de uma atividade a partir do ponto de vista de um dos territórios unidos por essa prática, sendo que do outro lado da fronteira, as atividades ligadas às transações não necessariamente infringem regulamentações legais. Já Rosana Pinheiro Machado (2008) argumenta que as mercadorias, em sua vida social, mudam constantemente de *status*, na medida em que circulam e trocam de mãos, dependendo de onde e como circulam, ora são legais ora são ilegais. É de acordo com o espaço por onde elas circulam que recaem as regulações e as formas de controle. Ressalta-se, aqui, que apesar dessa dinâmica ser popularmente conhecida como contrabando, em termos jurídicos trata-se do descaminho, que consiste em importar um produto sem o recolhimento devido do imposto total ou parcial, enquanto o contrabando seria a importação de produtos proibidos, descritos como ilegais.

Vários lojistas da galeria Pagé tinham nessas viagens de sacoleiros entre Ciudad del Este e São Paulo uma forma de abastecimento, pagando regularmente para quem lhes trouxessem as mercadorias. Havia também uma ligação direta entre os próprios comerciantes de ambos os lados da fronteira, sendo que nos dois casos muitos deles eram árabes, sobretudo libaneses, e chineses, como iremos debater adiante. Na Pagé, indicava-se aos sacoleiros os produtos, os lugares e de quem eles deveriam comprar em Ciudad del Este, pagando um valor por cada mercadoria trazida. Por sua vez, os ambulantes, nessa época, eram os grandes clientes da galeria Pagé; como vimos, foi também nos anos 1980 que houve a grande expansão do comércio ambulante na cidade. Em conjunto, eles garantiam uma grande fluidez à atividade das galerias.

Desde então, excursões de sacoleiros de várias cidades do Brasil direcionavam-se regularmente para Ciudad del Este. Em São Paulo, existia um fluxo constante de pessoas

que se dedicavam a fazer o trânsito de mercadorias que seriam, posteriormente, distribuídas nas galerias, com muitos ônibus saindo diretamente das proximidades da 25 de Março.

Todo mundo que quisesse buscar mercadorias, tinha emprego, tinha trabalho! Por exemplo, pagava-se meio dólar por peça de relógio que você trazia, e 20, 25%, 30%, de acordo com a mercadoria que você trouxesse. Então você ia, comprava quinhentos dólares, uma mercadoria de 30%, você auferia 150 dólares, né. O relógio, se você trouxesse 200 peças de relógio, é meio dólar, certo, você ganhava 100 dólares. Se você trouxesse 600 peças, você ganhava 300 dólares. A gente viajava na terça, voltava na quinta, e viajava na sexta e voltava no domingo. Eu fazia duas viagens por semana, vivia mais dentro do ônibus do que em terra! Porque o ônibus demora 14, 15 horas para ir, aí é lá no Paraguai você tem 6 horas para comprar, e embarcar novamente para voltar, no bate e volta (Paulo, 62 anos).

Aos poucos, Paulo adquiriu bastante experiência no desempenho de sua atividade, conhecendo bem os lugares para as compras em Ciudad del Este e quem fornecia as melhores condições de negócio – se trocavam as mercadorias ou não, se tinha preço competitivo e se permitia compras à crédito. Além das encomendas, em pouco tempo ele se tornou especialista em trazer relógios os quais eram distribuídos entre os camelôs. Não apenas isso, ele conhecia também os riscos intrínsecos à atividade e a maneira certa para contorná-los – sabia fazer os pacotes de acordo com as cotas exigidas pela receita, acionava os “laranjas” para passar as mercadorias quando necessário. Os riscos eram calculáveis e o próprio volume de ônibus que circulavam atenuavam as possibilidades de serem parados. A fiscalização era por amostragem e quando o ônibus era parado para controle, o abandono das mercadorias era uma estratégia prevista, perdas eventuais faziam parte do negócio:

Ah, o problema [de atravessar as mercadorias pela fronteira] é relativo. Veja bem: não há como, a fiscalização é feita por amostragem, ok? Então, passam 6 mil ônibus, eles só têm estrutura para fiscalizar 60. 5940 vão passar. É por amostragem, não tem como, não existe. Quem trabalha duas vezes por semanas, faz em média cem viagens por ano. Eventualmente, ele cai três vezes, eventualmente ele passa dois, três anos sem cair nenhuma vez. E depende de aonde cai, se for no barracão, o pessoal é... meio flexível, você ainda consegue livrar alguma coisa. Se for em posto volante, de fiscalização, aí é “cota zero”, aí perde mesmo... (Paulo, 62 anos).

As próprias estimativas sobre o descaminho na Ponte da Amizade são baseadas, justamente, nessas amostras de ônibus fiscalizados, multiplicando a média de apreensões pelo fluxo médio de ônibus. Nesse sentido, isso demonstra antes do que uma incapacidade do Estado, uma maneira particular de gerir os fluxos dentro de certas margens toleráveis. Paulo permaneceu nessa atividade até 1994, quando seus rendimentos como sacoleiro já haviam caído bastante. Ele ressalta que a abertura econômica do início da década de 1990 diminuiu consideravelmente as vantagens diferenciais da atividade de fazer a passagem das mercadorias. Além disso, ele indica que alguns dos chineses de quem ele comprava no Paraguai mudaram-se para São Paulo, passando a distribuir diretamente os importados da China, como discutiremos a seguir.

Tanto as pesquisas de Fernando Rabossi (2004, 2012) quanto de Rosana Pinheiro Machado (2009) apontam para um declínio gradual do circuito dos sacoleiros em Ciudad del Este. Na publicação de 2012, Rabossi aborda a maneira como o circuito dos sacoleiros foi importante na constituição do mercado de Ciudad del Este, atingindo seu auge em 1994 e 1995, e como ele entrou em declínio desde então. Segundo o autor, não houve apenas uma causa para a diminuição desse circuito, enumerando alguns dos fatores que contribuíram para o progressivo declínio como as reduções nas taxas cobradas para a importação, o aumento no controle sobre os ônibus dos sacoleiros e o próprio estabelecimento do MERCOSUL. Embora o circuito dos sacoleiros continue importante para alguns tipos de produtos, como computadores e eletroeletrônicos.

De fato, para quem visita as ruas comerciais do microcentro de Ciudad del Este pode parecer não fazer sentido falar em decadência do comércio fronteiriço, afinal os *mesiteros*, os doleiros, os shoppings e os sacoleiros continuam lá. Na foto abaixo vemos dois shoppings de eletrônicos e o intenso movimento das ruas e os taxis que fazem a passagem da ponte com compradores brasileiros. É apenas quando levamos em conta a perspectiva temporal e os relatos de quem conheceu esse movimento em outros momentos que se percebe o peso das transformações em curso. Em viagem à fronteira, em janeiro de 2014, tive a oportunidade de conhecer Luzia, 65 anos, que ainda atua como sacoleira, trazendo mercadorias para comerciantes do centro de São Paulo.

Foto 9: Shoppings de comércio de eletrônicos no centro de Ciudad del Este (Carlos Freire, 2014)

Natural de Foz de Iguaçu, ela disse dormir em casa apenas aos domingos, os outros dias da semana passa no ônibus entre as idas e voltas para São Paulo. Permanece na capital paulista apenas algumas horas, o tempo entre a chegada, que costuma ocorrer por volta das 10 e 11 horas da manhã, até a partida em direção a Foz do Iguaçu, entre 16 e 18 horas da tarde. Conforme justifica, por ter mais de 60 anos e pagar mais barato a passagem, é bastante requisitada para fazer o trânsito das mercadorias. No entanto, já atua como sacoleira a mais de 20 anos e para não ser cadastrada⁹³ junto ao controle aduaneiro da Receita Federal, ela procura distribuir suas encomendas e agenciar outras pessoas para transitar com as mercadorias. Para ela, ser cadastrada significa entrar para uma lista da Receita Federal de pessoas que transitam na fronteira com fins comerciais e, assim, não

⁹³ Segundo Fernando Rabossi (2004), ser cadastrado é um procedimento administrativo sobre quem é retido para fiscalização e que passa a constar em um registro da Receita Federal durante o período de 30 dias, depois do qual esse registro é eliminado automaticamente. Segundo o autor, trata-se de um procedimento que em termos formais deveria ser aplicado para todos os que fazem este trânsito, mas que, no caso, é utilizado para marcar a excepcionalidade de uma situação, como nos protestos de agentes da Polícia e Receita Federal na fronteira, onde se cadastra sistematicamente todas as pessoas, em uma operação padrão onde seguem à risca o trabalho prescrito (2004, p. 74 nota 88).

poder transportar cota nenhuma de mercadorias durante um mês e deixar de ser formalmente considerada turista nas abordagens de fiscalização.

Na rodoviária, do lado brasileiro da fronteira, ela procurava por passageiros que não haviam utilizado toda a sua cota de 33 quilos, já contabilizados os 10% de tolerância. Além dos canhotos da sua bagagem, ela carregava os canhotos de outras 5 pessoas, quatro laranjas e um quinto passageiro que cedeu sua cota, totalizando pouco menos de 200 quilos de mercadorias. O detalhe é que todo esse agenciamento era feito já em Foz do Iguaçu, onde teoricamente os valores das mercadorias já deveriam ter sido declarados na aduana da Ponte da Amizade⁹⁴, ou seja, sua intenção não era para passar as mercadorias pela fronteira e sim responsabilizar-se pelo seu trânsito até São Paulo.

A fiscalização sobre as cotas da “Declaração de Bagagem Acompanhada”, cujo valor tolerado atualmente é de 300 dólares, é realizada apenas se, por ventura, o ônibus for parado para controle. Já o controle sobre o limite de peso da bagagem sempre é realizado para cada um dos passageiros pela própria empresa de transporte. Como o limite sobre o peso é controlado, isso favorece que seja dado preferência a produtos de maior valor agregado, como os eletroeletrônicos. Muito do aumento da fiscalização sobre o comércio na fronteira com o Paraguai parece ter se realizado, justamente, através da regulação do fluxo de ônibus provenientes de Foz do Iguaçu. Além do controle do limite do peso, toda bagagem é identificada com o número do documento de seu portador, sob a pena da empresa de transporte ser responsabilizada pela mercadoria quando não identificada.

Outro elemento da regulação no fluxo de ônibus é que as excursões para a cidade apenas podem ser realizadas por empresas autorizadas. Algo bem diferente do que era antes. De acordo com Luzia, antigamente existiam muitas excursões realizadas com centenas de ônibus fretados por particulares⁹⁵, nos quais podiam dispor das mercadorias da

⁹⁴ Trata-se da diferença entre zona primária e zona secundária, respectivamente o espaço onde os valores das mercadorias devem ser declarados e o espaço onde estas só poderiam circular já devidamente declaradas.

⁹⁵ No relato de Paulo, a função mais arriscada nas excursões de sacoleiros era, justamente, ser o guia do ônibus, aquele que seria responsável por organizar a excursão. Como era frequente o abandono das mercadorias quando caíam no pente fino, sobre o guia recairia a responsabilização pelas mercadorias. Mas isso também era negociado, dependendo de quantas “brincas” a pessoa já havia assinado, ou quando a “brinca” era muito grande, entregava-se o dono das mercadorias. Por vezes, também ocorria dos agentes da Polícia Federal, por meio de poderes extralegais, exigirem o responsável: “se não entregar o relojoeiro, cota zero para todo mundo!”.

forma que o ônibus e os outros passageiros comportassem: “eu comprava duas cadeiras e só sobrava um espacinho para eu sentar e colocar as minhas pernas”. As chances dos ônibus passarem por algum controle também aumentaram bastante nos últimos tempos. Antigamente atravessar a cidade de Medianeiras, localizada a cerca de 60km de Foz do Iguaçu, e passar pelo “barração”, como é conhecido o posto de fiscalização da PF, representava um alívio para os sacoleiros, pois depois desse ponto dificilmente haveria controle. Agora, até mesmo na divisa do Paraná com o estado de São Paulo ocorrem fiscalizações⁹⁶: “ficou bem mais difícil trabalhar”.

Foto 10: Controle de migração, Ponte da Amizade e Ciudad del Este ao fundo (Carlos Freire, 2014).

Atualmente, saindo de São Paulo, apenas três empresas regulares fazem o transporte diário até o Paraguai, sendo que duas das empresas são paraguaias e tem pontos extras de

⁹⁶ Em outra entrevista com uma sacoleira paraguaia, ela tem uma percepção de que com a aproximação da realização da Copa da Fifa aumentou bastante a fiscalização. Tanto que, por ora, ela desistiu de transportar eletrônicos para São Paulo e leva apenas mercadorias para o Paraguai, no caso, principalmente artigos de confecção.

partidas nas proximidades da rua Santa Ifigênia, fora da estação rodoviária. Apenas uma empresa transportadora irregular faz a linha diária até Foz do Iguaçu, partindo das imediações da 25 de Março, que ficou conhecida como ônibus dos sacoleiros. As linhas regulares têm como seus principais clientes os muitos paraguaios que trabalham na indústria de confecções em São Paulo, com o aumento na circulação entre dezembro, depois que se costuma parar a produção nas confecções, e meados de janeiro, quando retornam ao trabalho na cidade⁹⁷. O sentido dos fluxos também parece ter se invertido, e muito mais mercadorias partem de São Paulo para o Paraguai do que o contrário, principalmente por conta da produção de roupas.

4.1.2 Aos contêineres das empresas de importação

O declínio de Ciudad del Este como lugar de passagem e centro de redistribuição das mercadorias em direção ao Brasil, no entanto, não significa que uma diminuição estaria ocorrendo em São Paulo, muito pelo contrário. Paralelamente, o que se vê em São Paulo é justamente a expansão desse tipo de comércio. A cidade passa a agenciar os fluxos em outra escala e acaba até ganhando centralidade, de modo que muitos sacoleiros que antes iam se abastecer em Ciudad del Este passaram à organizar suas excursões para São Paulo. Como vimos no capítulo 2, excursões de vários lugares do país se destinam ao centro de São Paulo, centenas de ônibus fretados se distribuem nos estacionamentos que se espalham entre o Brás e as proximidades da 25 de Março. Isso ocorre também por conta dos artigos de vestuário em grande parte produzido localmente, daí o Brás vir ganhando preponderância em relação a 25 de Março e Santa Ifigênia. No entanto, a região passou a ter centralidade também na distribuição de artigos importados vindos diretamente da China, sem passar por Ciudad del Este, além de agenciar outra escala no fluxo dessas mercadorias. Como expõe Rabossi (2012, p.65), muitas das chamadas “feiras do Paraguai” no Brasil, atualmente se abastecem em São Paulo e não mais em Ciudad del Este. Além disso, as mercadorias que antes eram distribuídas no atacado apenas na 25 de Março, agora também são disseminadas no Brás.

⁹⁷ Em conjunto com Tiago Cortês, elaboramos um dossiê sobre a migração paraguaia em São Paulo a pedido do Centro de Estudos Migratórios da Missão Paz (Pastoral do Migrante). O dossiê foi publicado pela revista Travessia (FREIRE & CORTES, 2014).

Ainda na segunda metade dos anos 90, mesma época em que começa a entrar em declínio o circuito de Ciudad del Este, na região da 25 de Março se multiplicam as galerias, como o Shopping 25 de Março e o Shopping Mundo Oriental. Como resultado, vemos se estabelecer uma dinâmica de fragmentação do comércio que marcaria a produção do espaço de vendas também na Santa Ifigênia e no Brás ao longo dos anos 2000, além do próprio surgimento e consolidação das feiras da madrugada, como vimos no capítulo 2. Associado a tal mudança de escala e a distribuição direta no centro de São Paulo, também houve uma multiplicação de empresas de importação e exportação nos arredores da 25 de Março, nas avenidas Senador Queiroz, Prestes Maia, nas ruas Carlos Nazaré de Souza, Augusto Severo e Florêncio de Abreu, além de algumas na região do Brás.

Depois da abertura econômica, com a diminuição das barreiras que recaiam sobre as importações, grande parte da circulação das mercadorias importadas distribuídas nas galerias passou a ser agenciada de outro modo, das margens estreitas da Ponte da Amizade, aos contêineres do Porto de Santos, Paranaguá e Rio de Janeiro. Ainda assim, vigoram muitas taxas de importação sobre os produtos que variam de acordo com cada tipo – como se existe equivalente nacional ou não, de qual país eles são procedentes, enfim, uma dimensão das disputas de mercado que tem implicação na maneira com que os negócios se desenvolvem.

Os procedimentos, os trâmites, as obrigações burocráticas e as negociações aqui são bem diferentes das que ocorrem nas passagens através da Ponte da Amizade. Em ambos os casos, trata-se de como fazer a passagem entre a zona primária e a zona secundária, que acompanham, respectivamente, o momento da declaração e posterior autorização para circulação e que, a rigor, seguem os mesmos critérios para a introdução de mercadorias no país. Mas, enquanto a passagem pela ponte é realizada por pessoas físicas que fazem uso das cotas de turismo para ocultar a finalidade comercial da travessia, no porto, para a retirada das mercadorias necessariamente se deve mobilizar uma pessoa jurídica que responda pela introdução dos bens no país e que tenha licença específica para atuar no setor. A empresa deve declarar à receita as especificações dos produtos importados, a quantidade e o valor para o cálculo do imposto devido. Quando ocorrem, grande parte dos problemas com a fiscalização reside na diferença entre estes fatores.

Dessa maneira, como a ponte e o trajeto que ligam a Ciudad del Este a São Paulo são espaços sujeitos a controles e fiscalização, onde igualmente existem práticas para contorná-los, os portos não são apenas lugares de passagens e despachos de mercadorias, mas também espaços de negociações e manobras. Nessa medida, nem sempre o porto mais perto do destino final é o melhor lugar para desembarcar e essas relações oscilam, sendo ora melhor passar por um lugar ora por outro. A fiscalização sobre os contêineres é realizada por amostragem e, não apenas isso, mas também, de acordo com o tipo de mercadoria que está sendo importada, o lugar de procedência e a empresa responsável pela sua introdução no país⁹⁸. Uma série de procedimentos que vai ser fundamental para determinação do tempo da passagem entre a zona primária e secundária. Contudo, ainda são poucas as informações e as pesquisas sobre essas relações no espaço dos portos.

Os atores envolvidos na operacionalização desses fluxos também são outros, dadas às maiores exigências de capital para transporte (que deixa de ser realizado através dos ônibus e passam a ocorrer por meio de transportadoras e caminhões privados), assim como a necessidade de armazenagem e as diferentes negociações envolvidas. A advogada Mercedes⁹⁹ atua na área de direito empresarial, ela se tornou especialista em crimes contra o sistema financeiro, crimes cometidos por empresas contra o Estado:

Acaba que uma área liga a outra, direito empresarial, mais especificamente a área criminal, acaba te levando pra sonegação fiscal, que é um dos principais delitos contra o sistema financeiro, e acaba também te levando pra lavagem de dinheiro, ocultação de valores, que é outro crime contra o sistema financeiro.

Mercedes tem muitos clientes na região da 25 de Março, seu escritório acabou se tornando uma referência entre as importadoras na região, mas também entre os lojistas nos

⁹⁸ Cabe ressaltar que o descaminho não é um privilégio das empresas de importação do centro de São Paulo. Declarações incoerentes com o conteúdo dos contêineres para pagamento apenas parcial dos impostos devidos são práticas bastante recorrentes, embora as imagens sobre “contrabando” sejam comumente associadas apenas aos mercados populares. De acordo com Gustavo Lins Ribeiro (2012), os agentes do sistema hegemônico mantêm a aparência de deterem o monopólio da legalidade e legitimidade nas transações econômicas, mesmo quando envolvidos em atividades ilegais. Para Ribeiro, os portos são bastante ilustrativos disso e, citando a Nordstrom (*apud* RIBEIRO, 2012, p. 224-5), mesmo nos portos mais organizados apenas 5% dos contêineres seriam inspecionados.

⁹⁹ Entrevista realizada em junho de 2010.

boxes e os próprios administradores das galerias. Uma pessoa indicava às outras os seus serviços à medida que passavam por problemas correlatos.

O que acontece, as empresas importadoras elas trazem produtos, e muitas vezes eles são questionados. Tipos, quantidade, ou você traz com um valor menor... Tudo isto acaba te levando a um processo também de descaminho, que é um outro tipo de crime. O fato de você importar mercadorias sem o devido recolhimento de imposto é descaminho, e o fato de você estar vendendo uma mercadoria e não recolher imposto é sonegação. Dá impressão que é a mesma coisa, mas são coisas distintas. Porque nós chamamos zona primária o porto, a alfândega. E zona secundária a partir do momento que a mercadoria tem um comprovante de importação, uma saída do porto. A partir do momento que ela é liberada pela Receita Federal, ela já está em zona secundária. E aí que começa a sonegação. Geralmente a sonegação, ela ocorre mais na venda dos produtos. E também o recolhimento de impostos, como é que eu vou explicar, não aqueles devidos na importação, que é PIS, COFINS, contribuição social. Então as empresas elas deixam de recolher estes impostos em cima do trabalho delas. E na alfândega, geralmente o produto custa 10 dólares, eles declaram por 1 dólar, quer dizer isto impede de você recolher todos os impostos. Ou às vezes, dentro de um contêiner, você declara lá que tem, sei lá, 50 mil pares de meias, na realidade tem 5 mil pares de meias e uns 30 mil pares de tênis, vamos supor. Isto também é descaminho.

Essa diferença sobre as formas de controle entre as atividades de importação e de comercialização, conforme indicada por Mercedes, parece ter grande importância para a maneira como as coisas se estruturam nesse mercado – para a divisão do trabalho entre os atores e na própria disposição dos espaços. Enquanto um número menor de empresas se dedica à importação, a comercialização é realizada nas galerias ou feiras da madrugada, por um número muito grande de pequenos comerciantes. Isso é diferente do que é descrito por Rabossi (2004, pp.57-61), no caso dos *autoservices*, em Ciudad del Este, onde a tendência à massificação dos produtos importados para revenda esteve associada a estruturas de vendas parecidas com supermercados, com preços tabelados e dispostos em prateleiras que marcavam uma tendência a monopolização. Em São Paulo, houve justamente uma fragmentação no comércio, que foi acompanhada da própria multiplicação das galerias e o desenvolvimento desse formato de feiras atacadistas.

De todo modo, isso tem sido acompanhado também por algum grau de formalização das relações, com a multiplicação de empresas constituídas para a importação e, principalmente, para o comércio. No entanto, ao que parece com um descompasso entre o

que é declarado e a escala dos fluxos envolvidos. Como vimos no capítulo 3, a maior parte da fiscalização ocorre sobre o comércio, face mais pública e aparente das dinâmicas de mercado, e a formalização dos *boxes* descaracteriza a responsabilidade dos gestores dos imóveis sobre a atividade comercial desenvolvida em seu interior. Como nesses espaços as pessoas estão mais sujeitas a perdas de mercadorias, há uma dissociação entre os depósitos de mercadorias e os espaços de negociações, como estratégias de gestão de riscos, seja nas empresas de importação seja nos *boxes* dos lojistas. Isso também ocorre entre o comércio ambulante, nesse caso até pela limitação maior do espaço das vendas.

Nos prédios e galpões de todo o entorno da 25 de Março há muitos depósitos de mercadorias das empresas de importação, dos lojistas dos *boxes*, dos camelôs. Mesmo diante do aparente vazio urbano que se instala na região a partir do momento em que fecham as lojas, aqui não se trata do desuso dos prédios para fins de especulação imobiliária, como ocorre em tantos imóveis vazios da região central. São inúmeros os depósitos que servem de ponto de apoio, espaços que se comunicam constantemente com os vários pontos de comércio da região. Assim, a ocupação imobiliária dos mercados populares no centro é bem maior do que faz aparentar as galerias e as feiras da madrugada.

4.2 - Mobilidades comerciais

Em torno da multiplicação dos pontos de comércio pelo fracionamento de espaços tradicionais de vendas para a constituição de galerias, do desenvolvimento das feiras da madrugada e mesmo da ocupação dos galpões das antigas fábricas, há também o engajamento de milhares de pessoas que irão trabalhar nestes pontos, seja como proprietários ou locatários, distribuindo mercadorias de produção própria ou fazendo a revenda, de produtos nacionais ou importados. Se no princípio as galerias eram ocupadas, sobretudo, por libaneses e chineses que trabalhavam em seu interior e faziam a conexão com Ciudad del Este recrutando sacoleiros, atualmente uma diversidade bem maior compõe estes espaços de comércio.

As galerias da 25 de março eram dependentes em seu fornecimento de um fluxo constante de ônibus de excursão e das pessoas que se dedicavam ao trabalho de trazer as

mercadorias. Atualmente, no lugar dos sacoleiros, vemos um número maior de pessoas que se dedica a trazer as mercadorias através de empresas regulares de importação e exportação, ao mesmo tempo em que um número grande de pessoas de várias origens se dedica a distribuir estas mercadorias e fazê-las circular a partir de São Paulo, tendo no comércio sua forma de trabalho e de inserção na dinâmica da cidade. Com a reorientação dos circuitos comerciais para São Paulo, o próprio crescimento do consumo verificado nos últimos anos e a multiplicação destes agenciamentos comerciais, esses espaços passaram a ter também um papel importante para a circulação de pessoas em função das oportunidades criadas nestes mercados populares.

Nestes centros de comércio popular, nem tudo vem da China, nem toda mercadoria “*made in China*” é trazida por migrantes chineses e nem todo migrante chinês que trabalha vendendo nos boxes é operador do comércio à longa distância. Tanto as galerias como as feiras da madrugada têm se estabelecido como um lugar importante para a mobilidade migratória na cidade, para pessoas que já se encontravam por aqui em outras atividades e acabaram ocupando determinados nichos neste mercado, também para outras cuja vinda para a cidade já se dá mediada pela possibilidade de inserção nestes pontos de comércio. É esta composição entre diferentes circuitos que confere centralidade aos mercados populares de São Paulo.

Diferentemente da 25 de março, nas galerias e nas feiras da madrugada do Brás, no princípio os migrantes se estabeleceram principalmente a partir do comércio de artigos de vestuário produzidos localmente. As oficinas de costura se constituíram como um tipo de agenciamento que tem impulsionado a mobilidade migratória, notadamente de bolivianos e paraguaios, desde a reestruturação produtiva no setor, sobretudo a partir dos anos 1990 (FREITAS, 2009; XAVIER, 2010; FREIRE DA SILVA, 2008; SILVA, 2012; CORTÊS, 2013). Porém, normalmente estas oficinas trabalham em redes de subcontratação bastante subordinadas e dependentes do ritmo pautado pelas encomendas de costura de outras empresas confeccionistas das grandes marcas e redes varejistas.

Nos anos 2000, as oficinas de costura começaram a ter nestes espaços um lugar para distribuir uma produção própria, com alguma autonomia em relação às empresas confeccionistas que usualmente contratavam os seus trabalhos. Quando surgiu a feira da

madrugada na rua oriente, migrantes bolivianos e paraguaios também ocupavam o espaço juntamente com outros ambulantes, concentrando-se principalmente na extensão da feira, na rua Barão de Ladário. Hoje algumas galerias menores no Brás são ocupadas quase que exclusivamente por bolivianos. Assim, muitos migrantes donos de oficinas de costura têm pontos nas galerias e, principalmente, na feira da madrugada do Brás. Bolivianos, paraguaios, em menor medida, coreanos¹⁰⁰ e peruanos trabalham em torno da distribuição uma produção local de roupas.

Do mesmo modo, produtores do polo têxtil de Pernambuco têm estes pontos de comércio como lugares estratégicos para a distribuição de sua produção para o sul, sudeste e centro-oeste do país. Há uma conexão forte entre as duas dinâmicas, sendo que alguns dos produtores hoje estão instalados em Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe eram inicialmente produtores em São Paulo, tendo saído da região no mesmo processo de reestruturação produtiva (KONTIC, 2001). No entanto, agora as feiras da madrugada e galerias do Brás constituem pontos importantes para o escoamento de sua produção. Assim, existem no Brás empresas transportadoras que se especializaram no trânsito de mercadorias entre os dois lugares. Os pernambucanos nestes espaços se destacam pelo comércio de jeans e bermudas de tãctel. Assim como na rota das confecções de produtores de sulanca que distribuem mercadorias em Ciudad del Este (RABOSSI, 2008), o centro de São Paulo também é significativo para a distribuição da produção do polo têxtil pernambucano.

Grande parte da mobilidade de pessoas que vem a São Paulo abastecerem seus empreendimentos se dá pela procura por roupas, como no caso das comerciantes angolanas que atravessam o atlântico para comprar no Brás. Este fluxo já é bastante estabelecido, conta com hotéis que se especializaram em atendê-las, além de empresas de angolanos que se estabeleceram na região para despachar estas mercadorias para o continente africano. De acordo com Léa Barreau-Tran (2013), são mulheres que através do comércio internacional reconstróem sua posição no interior de suas famílias. Segundo a autora, elas viajam para o Brasil, a China e a Índia atrás de mercadorias que encontrem revenda em Angola. No caso das mercadorias do Brás, não apenas o preço constitui o atrativo, ali elas encontram

¹⁰⁰ Os coreanos não são tão expressivos nas galerias ou feiras da madrugada quanto os outros grupos, embora bastante presentes em lojas confeccionistas no Brás e, principalmente, no Bom Retiro. Suas estratégias de vendas são diferenciadas e isto marca outra maneira de ocupar o espaço. Tanto no Brás, na rua Miller, quanto no Bom Retiro, na rua Aimoré e redondezas, eles possuem outros canais de distribuição.

modelos que por conta das novelas brasileiras veiculadas na Angola, tem uma boa aceitação no mercado local. De fato quanto se trata de roupas de algodão, principalmente, roupas femininas as mercadorias chinesas parecem não conseguir competir.

Por outro lado, também é possível notar que nem toda mercadoria vinda da China é importada por chineses. Tanto na feira quanto nas galerias da 25 é notável a recorrência com que migrantes peruanos trabalham na distribuição de bijuterias¹⁰¹, por exemplo. Há certa especialização de diferentes grupos de migrantes em determinados tipos de mercadorias. Muitos estudos argumentam sobre a recorrência com que migrantes se concentram em determinados setores de atividades em termos de um empreendedorismo étnico ou de uma economia étnica, na qual os atores utilizariam de seu capital social, representado em suas redes¹⁰² de proximidade e nos seus vínculos culturais de origem, como vantagem competitiva para atuar em determinados setores. No entanto, por vezes deixa-se de considerar como estes vínculos são construídos no contexto ao qual eles se encontram inseridos em processos de cooperação e exploração no interior do próprio grupo, como se apenas a condição de migrante e sua origem explicassem sua atuação no mercado.

O peruano Oswaldo¹⁰³, de 44 anos, vive em São Paulo com a sua esposa Verônica, 39 anos, desde finais dos anos 1990. Se estabeleceram no comércio ambulante da 25 de março, não porque já atuassem com isto no Peru. Ele deixou sua cidade natal, Arequipa, e conseguiu uma banca através de amigos peruanos que já atuavam na 25 de março como camelôs e lhe ensinaram onde prover-se de mercadorias e matérias primas. Depois, ela também foi trabalhar com ele e juntos tinham apenas uma barraca na qual vendiam brincos, pulseiras, anéis e colares na feira da madrugada da 25 de março. Eles trabalhavam com bijuterias artesanais as quais eles mesmos confeccionavam, a partir dos materiais para bijuterias vendidas nas galerias da Ladeira Porto Geral e outras que compravam em lojas atacadistas da própria região.

Oswaldo credita à sua esposa as boas vendas que conseguiam fazer na época em que eram camelôs, o tino para as vendas ao perceber as bijuterias que poderiam apresentar uma

¹⁰¹ Esta recorrência também é descrita na pesquisa de campo de Ana Lúcia Aguiar (2013), na região da 25 de março.

¹⁰² Sobre o conceito de redes em processos migratórios, ver: Oswaldo Truzzi (2008).

¹⁰³ Entrevistado em agosto de 2013

boa tendência de saída. Ela acompanhava as novelas televisivas e, quando achava um bom modelo, tratava de colocá-los a disposição de seus clientes o mais rápido possível. Oswaldo nos conta que muitas vezes eles eram imitados pelos companheiros de outras barracas que procuravam segui-los porque vendiam bem. No entanto, destaca como fator preponderante para o seu sucesso no empreendimento o momento e o lugar em que se estabeleceram. Eles participaram bem do início da feira da madrugada na 25 de março, no começo dos anos 2000, quando os custos de ingresso e a concorrência ainda não eram tão acirrados. O fato de estarem na feira da madrugada trazia para eles clientes que compravam no atacado garantindo alta fluidez o que permitiu que acumulassem recursos para investir em um ponto dentro de uma galeria ao lado da Pagé. Segundo relata Oswaldo, nos dias de hoje ele, não conseguiria entrar no Brás, por exemplo, o lugar que mais se valorizou recentemente.

Outra grande mudança para eles veio quando um chinês da galeria convidou Oswaldo para ir à China, dividir um contêiner, em 2010. Para fazer a importação é preciso trazer pelo menos um contêiner, segundo nos contou, como naquela ocasião seu amigo chinês não tinha recursos para trazer um sozinho, convidou-o para compartilhar a carga. Este amigo de Oswaldo já tinha uma empresa de importação, que ficaria responsabilizada pelo desembarque da carga. A divisão de um contêiner exige confiança, pois caso o parceiro traga algum tipo de mercadoria irregular e seja pego pela receita, a empresa vai para um cadastrado e passa a ter todas as suas importações muito mais controladas, implicando em um longo período com a carga retida no porto: *“ai pode esquecer, tem que fechar a empresa e abrir outra”*, disse Oswaldo.

Ele não tinha a menor ideia sobre onde encontrar as mercadorias que desejava, nem mesmo como seria o trâmite para transportá-las ao Brasil. Foi seu amigo chinês quem lhe apresentou ao centro comercial de Yiwu¹⁰⁴, mercado organizado pela empresa de controle

¹⁰⁴ De acordo com Olivier Pliez (2010), o desenvolvimento de Yiwu foi marcado pela passagem de um mercado atacadista local à supermercado atacadista global. A criação do mercado atacadista data de 1982, como parte da nova política econômica da China desde 1979. Segundo Pliez, depois de 89 e durante os anos 90 reformas econômicas reorganizaram os modelos de distribuição e serviços, seguida da descentralização que permitia aos governos locais intervir para desenvolver e organizar os mercados. De modo que Yiwu tornou-se uma cidade comercial a partir de um sistema que permitia aos fabricantes acesso aos clientes atacadistas. O autor aponta que, contrário à ideia de uma cidade um produto, Yiwu se estabeleceu como um lugar de cruzamento de vários produtos onde muitos operadores de circuitos dos distritos industriais buscam acesso a um mercado nacional e internacional. Segundo informações levantadas pelo autor, o mercado de

estatal da província de Zhejiang, *Yiwu China Small Commodities City Group*. Vemos na foto abaixo, o segundo andar do distrito 1 do mercado, onde Oswaldo pôde encontrar-se com centenas de pequenos produtores de bijuterias da província de Zhejiang e de fora dela. Importante notar que junto a estes boxes de Yiwu, não existem grandes estoques, apenas mostruários dos materiais e de alguns modelos. É deste encontro que se ativa a produção de acordo com os pedidos dos clientes. Por meio do serviço de um representante de vendas, ele pode fazer encomendas de bijuterias com os produtores que escolheu. Este tem a responsabilidade de acompanhar o tempo de entrega, checar se a qualidade e quantidade estão de acordo com o pedido e despachar as mercadorias no porto com destino ao Brasil. Oswaldo tem apenas que informar à empresa que receberá as mercadorias no porto brasileiro.

Foto 11: Um corredor de produtores de bijuterias em Yiwu, China. (Carlos Freire, 2013)

Yiwu atingiria 215 países, apesar do peso dos EU e Europa, o mundo árabe e muçulmano seriam as destinações majoritárias de suas exportações. Em 2009, o Brasil aparecia em sexto lugar entre os principais importadores (op. cit, 2010 p. 136)

Depois disto, Oswaldo abriu sua própria empresa de importação e viaja de duas a três vezes por ano para a cidade de Yiwu, na China. Através de fotos, recortes de revista e a ajuda de um intérprete, ele negocia junto aos produtores os modelos de bijuterias, quantidades e tempos de entrega. A cada viagem faz um investimento total de cerca de 100 mil dólares para trazer um contêiner que demora de 45 à 90 dias para chegar à um porto brasileiro. Tem dois depósitos e três pontos de venda em diferentes galerias na 25 de março.

Na trajetória de Oswaldo, se destaca o papel da informação e a maneira como ela circula. As redes de proximidade e vínculos de origem são elementos importantes para a atuação dos atores, através de certa economia da informação que estas podem propiciar, mas apenas a origem dos migrantes não explica a concentração em determinados nichos de mercado. No caso de Oswaldo, sua rede de conhecidos cumpriu um papel para inserção dele na cidade por meio de um agenciamento de relações construídas e que tem a sua própria história de formação. Contudo, apenas o vínculo de origem não implica a conexão com determinados circuitos produtivos e de mercadorias, nem mesmo para os chineses, como veremos adiante. O amigo chinês do Oswaldo tinha a informação sobre a existência deste mercado, de como chegar lá e de como as coisas procedem. Mas podemos dizer que o encontro com os pequenos produtores de bijuterias foi propiciado pela empresa de controle estatal da província de Zhejiang, que justamente administra o mercado dispondo os produtores agrupados de acordo com a sua especialização, promovendo o local através de campanhas e agregando empresas de logística para viabilizar a circulação das mercadorias. Além disto, a existência de serviços de representação de vendas possibilitou a Oswaldo retornar a China posteriormente, independente de seu amigo chinês.

Assim, a existência de alguns compatriotas atuando em um determinado nicho de mercado pode se constituir em uma mediação para que outros também venham a atuar no mesmo seguimento, o que, por sua vez, pode ser vantajoso para aqueles que já ocupam uma determinada posição no mercado. Foi justamente este o caso entre os migrantes árabes, através da atividade dos mascates e das vendas consignadas realizadas pelos compatriotas atacadistas na 25 de março, e também é o que parece no caso dos migrantes chineses na ocupação dos pontos nas galerias, fornecimento de mercadorias e no funcionamento de um sistema próprio de créditos, como discutiremos a seguir. Existem relações econômicas no

interior dos grupos entre agentes muito desiguais (verticais) que muitas vezes ficam obscurecidas com a ideia do acionamento de redes (horizontais) e a mobilização dos vínculos de proximidade.

Atualmente nas galerias do Brás, Santa Ifigênia e 25 de março diferentes grupos trabalham lado a lado e é provável que outros ainda venham a se destacar. Estes são espaços caracterizados pela diversidade onde migrantes de diferentes origens mobilizam seus vínculos como estratégia de inserção no mercado. Não são apenas os migrantes chineses que promovem a circulação das mercadorias '*made in china*' nos mercados populares. Do centro de São Paulo, uma parte do comércio tradicional também faz esta ligação com a China, ao que parece, a partir dos mesmos lugares que abastecem as galerias, notadamente Guangzhou e Yiwu. Mas na origem da configuração atual destes mercados, migrantes árabes e chineses tiveram um peso fundamental.

4.3- Conexões Árabes:

As conexões dos migrantes árabes com o desenvolvimento do comércio na região na 25 de março já foi objeto para muitas pesquisas que se debruçaram sobre o tema (TRUZZI, 1992; OSMAN, 2009; KORAICHO, 2004; OLIVEIRA, 2010; entre outros). Como este não foi um foco da pesquisa de campo, pretendo aqui apenas pontuar alguns elementos sobre a importância dos migrantes sírios e, principalmente, libaneses na origem da articulação destes espaços no comércio de longa distância a partir das galerias. Embora em um número bem menos expressivo, migrantes armênios também se estabeleceram no comércio da região, unindo-se aos sírios e libaneses dispersos pela decomposição do Império Otomano no início do século XX. Os armênios não são árabes como os sírios e libaneses, pois não compartilham a mesma língua. No entanto, em larga medida ocuparam os mesmos nichos urbanos em São Paulo, destacando-se com as fábricas de sapatos nos arredores da 25 de março (LOUREIRO, 2011). O fundador da Galeria Pagé era justamente um migrante armênio e a galeria recebeu o nome do logradouro onde se situa que se

chamava anteriormente rua Pagé, atual rua Comendador Afonso Kherlakian. Ainda hoje a Galeria Pagé é de propriedade da família de origem armênia, Kherlakian¹⁰⁵.

Os migrantes sírios e libaneses já estavam presentes na 25 de março há muito tempo. Quando houve a retificação e canalização do rio Tamanduateí no final do século XIX, muitos deles ocupavam a área com armazéns, lojas de armarinho e de tecidos (Oliveira, 2010). Foram atores importantes na formação da indústria têxtil e de confecções em São Paulo, juntamente com os judeus, constituindo muitas fábricas também na região do Brás (KONTIC, 2001). De modo que ainda hoje são proprietários de muitos imóveis entre o Brás e 25 de março, e também na Santa Ifigênia.

Como argumenta a historiadora Samira Adel Osman (2009) em relação a um grupo de migrantes libaneses que chegou na década de 1950, embora haja uma concentração marcadamente urbana e uma inserção massiva na atividade comercial, a origem desses migrantes é frequentemente rural e marcada por atividades agrícolas. De acordo com a autora, isto seria determinado pelo fator de atração exercido por membros chegados anteriormente e estabelecidos no comércio do centro de São Paulo. As relações de crédito desenvolvidas no interior da comunidade tiveram um papel decisivo para sua atuação no comércio. Esta relação é bem ilustrada no depoimento colhido por Osman (2009, pp. 11-2), de um mascate libanês que vendia mercadorias na periferia de São Paulo:

“As mercadorias nós obtínhamos dos nossos patrícios fornecedores, que já estavam bem estabelecidos e podiam nos dar uma forcinha vendendo a mercadoria a prazo [...]. Pegávamos nossa mercadoria e íamos pagando conforme vendíamos [...]. Basicamente isso era feito nos atacadistas da 25 de Março, Pagé,

¹⁰⁵ Depoimento de Reinaldo Clemente Kherlakian, um dos proprietários e administrador, sobre a fundação da Galeria: “A Galeria Pajé — gostaria de fazer uma rápida exposição acerca de sua história —, que é um marco da cidade de São Paulo e se confunde com a da minha família, especialmente do meu querido pai, já falecido, de nome Avedis Clemente Kherlakian. O edifício onde está localizada a Galeria Pajé foi construído por meu pai e por um de seus irmãos, Carlos Kherlakian, há aproximadamente 40 anos. A Galeria recebeu o nome da rua na qual foi construída, exatamente Rua Pajé. Meu pai prestou homenagem a um outro irmão, precocemente falecido, atribuindo seu nome ao edifício, além de que a rua na qual está localizado também recebeu o mesmo nome de Comendador Affonso Kherlakian. Minha família é de imigrantes armênios. Meu avô, Serop Kherlakian, cujo nome também figura em uma rua paulistana, quando chegou ao Brasil, sustentava a família com dificuldades. Com o tempo, minha família montou um pequeno comércio de calçados, os Calçados Kherlakian, e foi com essa atividade que meu pai e meu tio juntaram o dinheiro necessário para começar a construir o edifício da Galeria Pajé. Isso, como disse, há cerca de 40 ano”. Câmara dos Deputados Federal - CPI da Pirataria – Notas Taquigráficas (2003). Disponível em: www.camara.gov.br/Internet/comissao/index/cpi/pirata_nt251103.doc (acessado em: 19/05/2014)

Cav. Basílio Jafet, por aqueles lados [...]. Mas também não era dizer que tínhamos um estoque, não [...]. Imagina! Feliz quem tinha a mala cheia [...]. Comprávamos a mercadoria conforme íamos vendendo, por isso quase todos os dias, lá pelo final da tarde, descíamos até o centro para acertar as contas, repor mercadorias ou atender uma encomenda [...]. Nossa vida era assim mesmo”

Através de vendas consignadas e do fornecimento de mercadorias a crédito por aqueles já estabelecidos na produção em São Paulo, os migrantes libaneses e sírios recém-chegados percorriam longas distâncias vendendo de porta em porta na periferia de São Paulo, no interior do estado, em Minas Gerais, no Paraná, atuando como mascates abasteciam os comerciantes das localidades por onde passavam (OLIVEIRA, 2010). De modo que isto também garantia aos seus patrícios uma ampla circulação para seus produtos e foram elementos importantes de sua firmação tanto na indústria têxtil e de confecções como no comércio atacadista. Como argumenta Oswaldo Truzzi (1992), a solidariedade interna em relação aos recém-chegados não pode ser considerada de forma ingênua, uma vez que a distribuição das mercadorias através dos mascates contribuiu para que grandes atacadistas construíssem fortunas estabelecendo sua posição no centro da cidade. No entanto, segundo Truzzi, ideologicamente o que se reforçou foi à solidariedade interna expressa na figura do primo e do patrício.

Foi justamente como mascates que os libaneses chegaram a Foz do Iguaçu na década de 1960, distribuindo artigos de confecção e tecidos de São Paulo, e ali se estabeleceram tendo em perspectiva o comércio fronteiriço com o Paraguai, território virgem para os produtos brasileiros, nas palavras de Fernando Rabossi (2007). Libaneses que já haviam morado em São Paulo ou em outras cidades do sudoeste e ainda aqueles acabados de chegar do Líbano, se instalaram em Foz do Iguaçu como comerciantes de roupas e tecidos produzidos na capital paulista. Segundo Rabossi, em muitas cidades de fronteira da América Latina, migrantes árabes se estabeleceram tendo em vista as oportunidades ligadas ao comércio, no caso de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este o diferencial foi que estas oportunidades eram ligadas tanto a venda de produtos brasileiros como de artigos importados. O estabelecimento dos comerciantes árabes no outro lado da fronteira, em Ciudad del Este, a partir da década de 1960 estaria diretamente relacionado aos incentivos do regime Stroessner para o comércio baseado na importação de artigos

estrangeiros para reexportação e vão marcar um novo padrão de inserção dos migrantes árabes (RABOSSI, 2007. p. 297).

Com as casas de importação em Ciudad del Este uma outra forma de inserção econômica dos migrantes árabes se desenvolveu, de modo que diferentes fluxos comerciais passaram a se interconectar a partir destes espaços. Nas palavras de Rabossi (2007, pp. 298-9):

Até finais dos anos 80, os produtos europeus e estadunidenses chegavam dos lugares de origem, enquanto se a produção era asiática – nos primeiros momentos do Japão, depois de Taiwan e Coreia e logo da China – passava por ‘portos’ de triangulação. Miami era o principal porto de triangulação de produtos rumo a Puerto Presidente Stroessner. Em um processo que começa na década de 80 e que se aprofunda na década de 90, os circuitos comerciais mudam de rota. Miami continuará a ser um importante local de provisão para Ciudad del Este; no entanto a posição que ostentava se verá completamente eclipsada pelos crescentes vínculos diretos com o sudeste asiático e com outros portos de triangulação, como Panamá; vínculos que também multiplicaram a presença da imigração chinesa, que se tornará o grupo comercial majoritário.

Houve outra geração de migrantes árabes que se direcionou para Foz do Iguaçu e Ciudad del Este entre 1973 e 1992 em função da guerra civil no Líbano (ARRUDA, 2007), mas que também vieram para São Paulo se apoiando nas redes de acolhida dos libaneses que já se encontravam na cidade antes (BUENO E KHOURY, 2008). Em São Paulo, se no princípio eles atuavam prioritariamente na rua 25 de março, agora a rua Santa Ifigênia também aparece como destino para suas atividades. Os libaneses desta nova geração que se firmaram no comércio parecem trabalhar com circuitos diferentes de mercadorias em relação aos seus antecessores. Os primeiros haviam se instalado no comércio de tecidos e roupas confeccionadas na própria cidade a partir do comércio estabelecido da 25 de março, atualmente a importação e comercialização de artigos eletroeletrônicos parece ter um papel de destaque, sendo que há muitos lojistas libaneses também nas galerias.

O ponto sobre os migrantes árabes que tomamos como indicativo a ser melhor analisado é a diferença da inserção econômica das gerações mais atuais, se antes com o setor têxtil e as lojas de armarinho, agora também com a importação de artigos eletrônicos. Houve duas gerações de migrantes mais recentes: de 1975 até os anos 1990, e depois de 2001 até os conflitos mais recentes no Líbano e na Síria. De modo que São Paulo se inscreve fortemente nas possibilidades de mobilidade para sírios e libaneses, sendo que os

pontos de comércio nas galerias podem representar uma primeira forma de inserção na dinâmica da cidade, muito embora sua presença nos boxes não seja muito numerosa. No entanto, do ponto de vista do mercado imobiliário no controle dos pontos de comércio, sua influência é destacada tanto na 25 de março, quanto no Brás e na Santa Ifigênia. Assim, um último indicativo a ser pensado é que embora atualmente em termos de presença numérica nos pontos de comércio não sejam muito expressivos, não houve propriamente uma substituição de um grupo pelo outro, dos árabes pelos chineses, mas sim uma composição de ambas as dinâmicas.

4.4 - Conexões Chinesas

A presença chinesa nos mercados populares do centro de São Paulo multiplicou-se nos últimos anos¹⁰⁶. De acordo com as informações apresentadas na pesquisa amostral do censo demográfico de 2010, é possível estimar que a maior parte da comunidade chinesa, que se encontra residindo em São Paulo atualmente, se estabeleceu na cidade nos últimos 20 anos, sendo que mais de 60% chegou ao Brasil depois de 1995¹⁰⁷. Por certo que o crescimento da migração chinesa não se restringe apenas aos boxes de comércio popular das galerias, está ligada de uma maneira mais geral com o próprio aumento das relações Brasil-China. No entanto, é muito expressiva a presença de chineses tanto nas galerias quanto nas feiras da madrugada, especialmente na 25 de março e no Brás, de modo que a

¹⁰⁶ Nas tabulações dos microdados da amostra do Censo de 2010, a estimativa seria de 12554 pessoas nascidas na China vivendo no estado de São Paulo, dos quais 63,5 por cento estariam na cidade de São Paulo. No entanto, reconhecidamente os dados do censo tendem a subdimensionar o número de migrantes, principalmente para os recém-chegados em condições mais precárias, entre outros motivos porque as perguntas sobre migração e origem de nascimento apenas são realizadas na pesquisa amostral. Na sessão da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em homenagem aos 200 anos da migração chinesa para o Brasil, registrada no diário oficial de 23 de maio de 2012, estima-se em 250 mil o número de chineses e seus descendentes no Brasil, sendo que 180 mil morariam em São Paulo. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/49904335/dosp-cidade-17-01-2013-pg-56>.

¹⁰⁷ O número de chineses que procuraram regularizar sua situação migratória junto à polícia federal, durante a anistia em 2009, também é um indicativo de como este movimento aumentou nos últimos anos. Eles constituíram o segundo maior grupo por nacionalidade com 5,5 mil inscritos, atrás apenas dos bolivianos com 17 mil inscritos. In:

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA5F550A5ITEMIDF7B2EE1D60D4405F80C9C91D4EA12FC3PTBRNN.htm>

atividade comercial¹⁰⁸ nos boxes tem se estabelecido como uma mediação que tem possibilitado a inserção de muitos deles na dinâmica econômica da cidade.

Tabela 4: População do Município de São Paulo nascida na China, segundo período e ano em que fixou residência no Brasil (em porcentagem)			
1939 a 1960		5.4	
1961 a 1970		8.5	
1971 a 1980		13.1	
1981 a 1990		9.4	
1991 a 2000	1991	0.1	30.7
	1992	1.3	
	1993	0.5	
	1994	1.1	
	1995	4.0	
	1996	1.8	
	1997	5.5	
	1998	8.0	
	1999	2.1	
	2000	8.6	
2001 a 2010	2001	3.5	33.0
	2002	3.0	
	2003	1.6	
	2004	4.2	
	2005	2.2	
	2006	3.7	
	2007	3.0	
	2008	5.7	
	2009	2.0	
	2010	0.7	
Total		100	

**Fonte – Pesquisa amostral do Censo IBGE 2010.
Tabulação Daniel Ribeiro, elaboração própria.**

Apesar deste crescimento, o Brasil ainda está longo de ser um dos principais destinos para a migração chinesa. De acordo as informações obtidas em entrevista com o

¹⁰⁸ Outra informação presente nas tabulações dos microdados da amostra do censo demográfico de 2010, diz respeito à ocupação da população residente em São Paulo e nascida na China. Somadas as ocupações ligadas ao comércio (exceto de alimentos) seriam 54.5% desta população (comerciantes de lojas: 35.2%; vendedores ambulantes: 6%; balconistas e vendedores de lojas: 5.2%; representantes comerciais: 4%, gerentes comerciais atacadistas e varejistas: 2.9%; supervisores de lojas: 0.6%; dirigentes de vendas e comercialização: 0.3%; e agentes do serviço de comércio não classificados anteriormente: 0.3%). Além da recorrência dos chineses no comércio, destaca-se a particularidade em relação a variável posição na ocupação, onde 54.5% seriam por conta própria; 18,6% de empregadores; 16% de empregados com carteira assinada; 8,6% de empregados sem carteira assinada; 2% não remunerados; e 0.3% de empregados pelo funcionalismo público, totalizando 100%.

Prof. Gao Weinong¹⁰⁹, do *Institute of Overseas Chinese Studies, Jinan University, China*, estima-se que deva existir atualmente por volta de 50 milhões de chineses espalhados pelo mundo, se concentrando, sobretudo, nos países do sudoeste asiático, além dos Estados Unidos e países europeus. A África e a América Latina apresentam-se como destinos crescentes para o fluxo de migrantes chineses mais recentemente, sendo que o Brasil seria um dos principais destinos na América do Sul. Ainda de acordo com o Gao Weinong, apesar da divisão em mais de 20 províncias, 90% dos migrantes chineses viriam de apenas três delas: Guangdong, a região mais tradicional de migração na China continental, Futian e Zhejiang. Todas elas se encontram na costa sudoeste da China, região que concentra a maior parte da produção industrial do país. Em sondagem por algumas galerias da 25 de março, estas regiões também aparecem como a origem mais recorrente principalmente em relação àqueles que se encontram há menos tempo no Brasil, sendo primeiramente de Guangdong e mais recentemente de Fujian e Zhejiang.

Com a abertura para a migração a partir de 1979 e as reformas de Deng Xiaoping, o governo chinês estabelece uma nova orientação em termos de gestão da mobilidade populacional. Como destaca Biao Xiang (2007), a constituição de um novo regime de mobilidade seria uma das transformações mais fundamentais que teria ocorrido na China pós-reformas, resultando em um incremento significativo da mobilidade populacional tanto em termos internos, quanto externos¹¹⁰. Segundo o autor, antes da abertura o partido comunista via aqueles que eventualmente migravam para o exterior como traidores e as fronteiras, mais do que signos da soberania, eram vistas como limites entre o mundo capitalista e socialista. A mudança começa justamente com a configuração das zonas econômicas especiais estabelecidas em 1979, sendo três em Guangdong, nas adjacências de Hong Kong e Macau; e uma em Fujian, defronte a Taiwan; além de outras 14 cidades abertas ao capital privado e as empresas estrangeiras orientadas para a exportação a partir de 1984 (op. cit, p. 7). Xiang argumenta que afora as tradicionais redes de migração, o desenvolvimento de economias privadas criou nestes lugares mais meios de mobilização de capital para a migração, além de resultarem em profundas disparidades entre seus

¹⁰⁹ Realizada em outubro de 2013, em Guangzhou na China.

¹¹⁰ Biao Xiang cita algumas cifras que dão a dimensão deste movimento: em 2006, o número de migrantes internos no país teria sido de 140 milhões de pessoas; em relação a migração para o exterior seriam 31 milhões de chineses vivendo fora do país em 2005, comparados a 10 milhões em 2000 (2007, p.2).

residentes que teriam pressionado os mais pobres e relativamente empobrecidos a emigrar. No entanto, mais do que a abertura à possibilidade de migrar para o exterior, este novo regime de mobilidade também vai marcar uma política ativa de reaproximação e manutenção de contato com os migrantes chineses no exterior, nas palavras de Biao Xiang (2007 p. 15):

[...] China's overseas Chinese policy has gradually brought two new groups under its wing: the "Chinese overseas" (huaren) including Chinese descendants (huayi), and the "new migrants" who left after the 1970s. At the same time, the government has tried to cultivate closer links among overseas Chinese scattered in different countries."

Voltaremos a analisar este ponto adiante. Pois antes destas mudanças, em relação aos chineses que vieram se estabelecer no Brasil¹¹¹ no período entre a revolução comunista em 1949 e abertura em 1979, a migração a partir da China continental estava proibida pelo governo comunista. De modo que aqueles que chegavam ou eram provenientes de Taiwan, Hong Kong e Macau, ou passavam por estes lugares antes de conseguirem emigrar para o Brasil, algo bem documentado por Shu Chang-Sheng (2012) ao ilustrar com relatos de migrantes qintianeses (província de Zhejiang) a dificuldade em se conseguir um visto para o Brasil naquela época. Além disso, outro fator marcante para a migração chinesa neste período dizia respeito ao plano da diplomacia. Depois da revolução comunista, o Brasil rompeu relações com Pequim e passou a reconhecer o governo de Taiwan¹¹² como representante da China a partir de 1952. Esta situação perdurou até 1974 quando o Brasil reestabeleceu a diplomacia com Pequim (República Popular da China) e em consequência

¹¹¹ Como mencionado na nota acima, a migração chinesa para o Brasil tem mais de 200 anos, sendo o primeiro grupo de migrantes asiáticos a terem desembarcado no país em 1810, na cidade do Rio de Janeiro para trabalhar nas plantações de chá. Ainda na segunda metade do século XIX, houve outra leva de migrantes chineses cuja vinda foi acordada pelos governos de ambos os países. No entanto, os fluxos mais significativos começaram na década de 1930, em função da guerra entre China e Japão (1931-1945), e principalmente a partir de 1949 com a revolução comunista. Para um estudo detalhado sobre os primeiros migrantes chineses no Brasil, ainda no primeiro impérios, ver Shu Chang-Sheng (2012), José Roberto Teixeira Leite (1999), Marcos Araujo Silva (2006) e Daniel Veras Bicudo (2008).

¹¹² Por ocasião da revolução comunista 1949, a oposição nacionalista refugiou-se na ilha de Taiwan e de lá manteve o governo como República da China, em contraposição ao governo comunista da República Popular da China, que considera Taiwan uma província rebelde por não aderir ao princípio de "um país, dois sistemas", ou seja, fazer parte da China apesar do sistema político diferente, a exemplo do que ocorre no caso de Hong Kong e Macau.

rompeu vínculo com a República da China, governo de Taiwan¹¹³. Ao mesmo tempo, o governo do Paraguai, desde 1957 até hoje, continua mantendo relações diplomáticas com Taiwan.

Estas diferenças parecem ter exercido grande peso na orientação dos fluxos migratórios de chineses entre Brasil e Paraguai que ao mesmo tempo em que os diferenciava, também criava uma relação entre eles. No Brasil, ocorreu justamente o contrário do descrito por Rosana Pinheiro Machado (2010) sobre a “questão de Taiwan” no Paraguai. Se, conforme descrito pela autora, em Ciudad del Este os aspectos institucionais favoreciam as relações associativas entre os migrantes vindos de Taiwan e houve certa ‘taiwanização’ dos migrantes da China continental. Aqui foram os migrantes da China continental que passaram a contar com maiores facilidades em termos de serviços consulares, também são eles que apresentam maior preponderância nas associações culturais.

No entanto, o elemento central que se ressalta aqui é que, enquanto em Ciudad del Este os migrantes chineses gozavam de incentivos fiscais e as relações diplomáticas entre Taiwan e Paraguai favoreciam o comércio exterior, os migrantes chineses de São Paulo estavam justamente em um contexto de restrição as importações, mas como vimos estabeleciam este link com o circuito comercial da fronteira por meio dos sacoleiros. Assim, na origem destes circuitos comerciais que ligam os mercados populares do centro de São Paulo a China, passando por Ciudad del Este, havia uma interconexão com os migrantes chineses que se estabeleceram no Paraguai. Quem fazia a importação estaria radicado no país vizinho, e ao que parece teria sido em meados dos anos 1970 que os primeiros migrantes chineses se instalaram na galeria Pagé, trabalhando na distribuição dos artigos produzidos em Taiwan ou Hong Kong que chegavam via Paraguai. Estas regiões compunham na época os tigres asiáticos, que recebiam massivos investimentos da Europa e, principalmente, dos Estados Unidos para se desenvolverem como plataformas de exportação e assim formarem um cordão de isolamento contra o avanço do comunismo na Ásia. Também estiveram entre os tigres asiáticos a Coreia do Sul e o Japão. Como

¹¹³ Em 1971, quando a resolução da ONU substituiu o assento de Taiwan em favor da República Popular da China, o governo brasileiro votou contrario e apenas durante o governo Geisel foram estabelecidas relações diplomáticas. (Biato Junior, 2010)

procuramos demonstrar, esta relação vem se alterando gradativamente ao longo dos últimos 20 anos, sobretudo a partir da abertura econômica do Brasil.

4.4.1 Locadores de pontos, importadores, comerciantes, balconistas.

A pesquisa de Douglas Toledo Piza (2012) corrobora com estes argumentos. Ele desenvolveu a hipótese de que a diferença geracional entre os chineses vindos nas décadas de 1950 e 1960 e seus descendentes, que pioneiramente se estabeleceram nas galerias, é um elemento que teria viabilizado a chegada massiva de chineses na 25 de março mais recentemente, através justamente dos agenciamentos comerciais das galerias. Segundo Piza, entre estes primeiros estariam alguns dos proprietários de galerias atualmente e seriam também os migrantes desses fluxos anteriores que se tornaram importadores dos produtos *made in china*, eles que teriam a “*condição transnacional*’ *que lhes permitiria juridicamente abrirem suas empresas e, através das redes sociais, ligarem-se ao outro lado do globo*” (2012, p. 19), sendo que os mais recentemente chegados estariam mais restritos ao comércio. O autor descreve uma situação de grande heterogeneidade entre os migrantes chineses no próprio agenciamento comercial das galerias, ao que ele sugere também uma dinâmica mais ampliada com mediações para a própria viagem ao Brasil e até mesmo para o provimento de moradias associadas aos espaços de trabalho.

De fato, o período de inserção dos migrantes nestas dinâmicas comerciais parece marcante nesta heterogeneidade. O caso de Law Kin Chong¹¹⁴, personagem que depois da CPI da pirataria fora apresentado publicamente como o maior contrabandista do país¹¹⁵, é bem ilustrativo disto. Nascido na China em 1954, Law Kin Chong é naturalizado brasileiro, sendo que teria chegado ao país com apenas 3 anos de idade. Aqui ele já teria tios e tias e,

¹¹⁴ A referência utilizada aqui foi seu depoimento a CPI da pirataria 18/03/2004, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/52-legislatura/cpipirat/notas/nt180304.pdf>

¹¹⁵ Também conhecido como o Rei da 25 de março, recebeu o título de Cidadão Paulistano pela Câmara Municipal de São Paulo em 1997, requerido pelo ex-vereador municipal, Hanna Garib. Trata-se do ex-vereador pelo PPB que fora preso em 2000, por decorrência da CPI da Máfia dos fiscais, que investigou as extorsões realizadas por vereadores da base do governo nas gestões Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000), ambos do PP.

segundo relata, seu pai começou com uma pastelaria no Itaim Paulista, periferia leste de São Paulo. Depois, se mudaram e abriram outra pastelaria na av. Rangel Pestana, no Brás, e uma terceira na Liberdade. De acordo com Law, quando ele tinha 16 anos (1970), seu pai se mudou para Ciudad del Este e lá abriu um empresa de comércio e importação. Seria justamente a partir dos recursos acumulados por seu pai que Law teria começado a investir no imobiliário da região central de São Paulo. Juntamente com seu irmão, eles teriam adquirido alguns imóveis no prédio de escritórios da galeria Pagé. A partir da década de 1990, ele foi um dos precursores ao organizar os primeiros shoppings populares que seguiam os mesmos moldes da galeria Pagé:

Então, eu, há dez anos atrás [1993-4], aluguei o primeiro shopping na Barão de Duprat, 181, com 12 andares. E o proprietário desse imóvel é o Sr. Mario Gussab. E, de lá, ele me alugou por 5 anos renováveis. E até hoje são mais de 10 anos, e que, hoje, completa, acredito, que uns 11 anos quase. E eu dividi ali em muitos boxes pequenos, que subloco para quem quiser locar. Então é uma sublocação que faço nesse empreendimento, que é o primeiro. O segundo se encontra na região da própria 25 de março, 1081; tem entrada pela Florença de Abreu, 418. Lá, o empreendimento é maior; lá já tem mais ou menos uns 10 mil metros de área construída. Também dividi em vários boxes. Esse local hoje representa uns 300 e poucos boxes, mais ou menos, eu acredito. E esse empreendimento 2 já existe mais ou menos há uns 7 anos ou 8 anos. E o terceiro empreendimento eu tenho do lado da Galeria Pagé, chamado Mundo Oriental. É na Barão de Duprat, 323, com 5 andares. E, ali, também são boxes também que é para locação. Esse é o meu negócio hoje. (Câmara dos Deputados Federal - CPI da Pirataria – Notas Taquigráficas – 2004, pp. 5-6).

O depoimento prestado por Law Kin Chong na câmara dos deputados federais durante a CPI da Pirataria, discutida no capítulo anterior, é marcado pela tentativa de seus interrogadores de incriminá-lo¹¹⁶, imputando-lhe responsabilidade pelas atividades comerciais desenvolvidas em suas galerias. Ao que ele se defende sempre com o argumento de ser apenas um empresário do setor imobiliário. Independentemente de Law Kin Chong fazer ou não a importação e ter participação no comércio, sua atuação no mercado dos

¹¹⁶ Acabou sendo preso junto com seu advogado durante os trabalhos da CPI em 2004, não por descaminho ou sonegação fiscal, mas sim por corrupção ativa, ao tentar subornar o deputado federal Luis Antônio Medeiros, então presidente da CPI. O que ele contesta, dizendo que o deputado é que o havia induzido a tentativa de pagar propina, o que mudaria o enquadramento para corrupção passiva, envolvendo o deputado como participante no delito. Solto por volta de 2005, ele foi preso novamente em 2007, por conta da apreensão de mercadorias no interior de uma de suas galerias no Brás que ainda não estava funcionando e servia apenas de depósito.

pontos comerciais é bem marcante tanto nas galerias mencionadas por ele acima, como também em pelo menos outras duas grandes galerias no Brás a partir da segunda metade dos anos 2000. Retomando os argumentos de Flávio Villaça (1998) sobre como o ponto no espaço condiciona a participação dos agentes nas dinâmicas econômicas, para além das mercadorias e seus circuitos, vemos aqui que aqueles que controlam o espaço participam de uma maneira privilegiada da extração da riqueza circulante. Trata-se de um modelo de negócios que em termos de disposição dos espaços lembra bastante a Chungking Mansion, em Hong Kong, descrita por Gordon Mathews (2012) ou as galerias comerciais de Guangzhou, em Guangdong na China.

É possível observar que em algumas destas galerias a maioria absoluta dos locatários constituem-se justamente dos migrantes chineses que foram chegando ao longo dos últimos 20 anos, embora não sejam os únicos. De modo que a multiplicação das galerias e o aumento da presença chinesa no centro de São Paulo parecem ter andado no mesmo compasso. Os chineses que no princípio ficavam bastante restritos as galerias da 25 de março, a partir de meados dos anos 2000 começaram a se estabelecer no Brás, primeiramente com a abertura do Shopping 25 de março-Brás, vendendo roupas de tecido sintético (camisetas esportivas), jaquetas, calças jeans, bolsas, e posteriormente, os produtos típicos da 25 de março para o Brás. Não se via muitos chineses no Brás antes disto, foi justamente com a expansão relativamente recente das galerias nesta região que eles se fizeram presentes.

A família de Yong¹¹⁷ constitui um dos inúmeros clientes destas galerias. O box no melhor piso da galeria na qual trabalha foi adquirido pelo valor de 145 mil dólares. Por sua vez, eles dividiram e sublocaram o próprio box para um outro chinês, que como aluguel paga os valores referentes as despesas de condomínio. Yong, 22 anos, chegou à cidade em meados de 2011. Os seus pais já estavam aqui desde 2007, trabalhando em um box alugado na mesma galeria alguns andares acima. Na China, eles trabalhavam em uma fábrica de ferros de passar e, segundo Yong, foi uma tia dele que já estava aqui desde 2003 que propôs aos seus pais virem para o Brasil, dizendo que aqui as perspectivas de renda seriam melhores que na China. Eles são originários de Xangai, bem diferente da maioria dos

¹¹⁷ Entrevista realizada em janeiro de 2014.

outros chineses que se encontram ali reunidos. Quando seus pais vieram, ele ficou na China estudando sob o cuidado dos avôs, até terminar o que seria o equivalente ao ensino médio. Neste período anterior a sua vinda definitiva, esteve no Brasil apenas uma vez, durante as férias.

Eles trabalham com a venda de relógios, mas não fazem a importação. Um fornecedor chinês vai até seu box e eles informam os modelos de relógios que querem comprar. Os mesmos, por sua vez, são revendidos por preços que variam de 10 a 40 reais e as vendas diárias oscilam entre 800 e 1500 reais. Os relógios são mercadorias que tem uma boa liquidez, não ocupam muito espaço e oferecem um bom retorno comercial. Segundo ele nos conta, a maioria de suas vendas são realizadas no varejo, mas eles também têm alguns poucos clientes atacadistas, destacando dois que viriam periodicamente de Manaus.

Yong não costuma circular muito pela cidade, para ele são poucas as referências aqui, o que justifica dizendo que não ter tempo, pois tem que trabalhar. As exceções são algumas viagens para a praia do Guarujá. Em sua concepção, os brasileiros não pensam no futuro, são muito imediatistas e gastam muito rápido o dinheiro que conseguem ganhar. Além disto, acha a cidade bastante violenta, especialmente contra os chineses. Ele passa metade do dia no box, também estuda em uma faculdade bem conceituada e dá aulas de português em uma escola para chineses, na qual ele mesmo foi aluno quando chegou. Inicialmente, eu havia feito contato com a mãe dele, mas ela me indicou a Yong: *“minha mãe só fala português de 25 de março”*, explica.

Com a expressão “português de 25 de março” entende-se ter um vocabulário restrito à linguagem do comércio, aquele necessário ao trabalho cotidiano nos boxes na interação com os brasileiros. Entre os comerciantes chineses muitas vezes a comunicação em português é bastante limitada, assim a calculadora acaba funcionando muito mais como auxiliar para o diálogo com os clientes do que propriamente para a realização de cálculos matemáticos. Outras vezes a contratação de um funcionário brasileiro supre este papel. De acordo com a presidente da Associação Chinesa do Brasil, Heida Li, para os migrantes chineses mais antigos, a necessidade de aprender português era maior, pois a comunidade era muito pequena. Nos últimos 20 anos teria se criado uma comunidade no centro, onde, por conta da densidade, muitos acabam não querendo aprender português, pois conseguem

se virar entre os muitos compatriotas. Por conta do grande número de chineses morando e trabalhando no centro da cidade, formou-se toda uma economia urbana ligada a presença chinesa nas proximidades da 25 de março. São creches, escolas bilíngues¹¹⁸, restaurantes, bares, orientados para o público chinês e também pequenos mercados que vendem produtos alimentícios trazidos diretamente da China. Esta economia urbana é muito marcante na 25 de março, porém não no Brás.

Apesar do engajamento nos pontos de comércio nas galerias, a maioria não parece ser proprietária dos pontos, especialmente para aqueles mais recentemente chegados, tanto nas galerias quanto nas feiras da madrugada. Em 2009, na feira da madrugada do Pátio do Pari quase não se viam migrantes chineses por lá, dois anos depois já ocupavam os melhores pontos perto das ruas de entrada e um grande número de boxes. Nas sessões da subcomissão da câmara para regularização do Pátio do Pari, os documentos sugerem que um grupo pequeno de chineses seria responsável por um grande número de pontos tendo realizado investimentos milionários para tal, de modo que os ocupantes dos boxes seriam como balconistas comercializando os produtos que de fato, não seriam seus. Registram especificamente um caso em que apenas um deles teria mais de 150 pontos, onde eram comercializadas bolsas fornecidas pela mesma pessoa que controlaria os pontos. Assim, não se pode pensar que estes sejam espaços de prosperidade para a ampla maioria dos seus ocupantes. Muitos migrantes não são nem donos do ponto, nem donos das mercadorias, mas sim potencialmente endividados, trabalhando em um sistema cujos rendimentos são inteiramente indexados ao seu desempenho comercial.

¹¹⁸ Um caso emblemático neste sentido é o Colégio São Bento, uma das mais tradicionais escolas particulares da cidade, ligado ao Mosteiro São Bento e localizado bem próxima a 25 de março. Era um colégio voltado para a elite paulistana, mas que se viu preterido a medida em que esta se distanciava do centro. Conforme entrevista em agosto de 2013 com o vice-diretor, Pe. Lucas Xiao, que vive a mais de 15 anos no Brasil, o colégio vivia uma crise financeira até o ano de 2007, com um número muito pequeno de alunos e a ameaça de encerrar suas atividades. Através de algumas adequações pedagógicas começou a receber os filhos migrantes chineses e hoje mais da metade dos alunos são chineses. A escola oferece cursos de mandarim e cursos de português para adultos. Alguns empresários chineses também fizeram doações financeiras ao colégio, que permitiram amplas reformas em sua estrutura.

4.4.2 Sistema de crédito rotativo ou consórcio financeiro

Durante a entrevista com Yong, em uma lanchonete nas proximidades da 25 de março, fomos interrompidos por uma corretora de imóveis. Ela foi conversar diretamente com ele, lhe entregando o demonstrativo de um lançamento imobiliário e falando das vantagens do imóvel bem situado na região da Luz, que deveria se valorizar muito e seria uma ótima oportunidade de investimento. Ao comentar o meu espanto com a abordagem tão direcionada a ele na situação, comentou: *Isso é normal, eles procuram a gente direto nos boxes... É que a gente paga sempre à vista!* Ao debater um pouco mais o assunto, vê-se que na verdade esta fama dos chineses em pagar à vista e em dinheiro vivo, conhecida por corretores de imóveis da região central, é resultado de um sistema próprio de crédito cujo recurso parece bastante recorrente entre os migrantes chineses.

Uma pessoa reúne um grupo de conterrâneos, não necessariamente de familiares, porém pessoas em quem se deposita confiança e que estejam dispostas a participar, então se decide a quantia que deverá ser arrecadada bem como as condições de ressarcimento para os participantes. Os membros do grupo devem colaborar até que todos tenham sido ressarcidos e assim então se desfaz o grupo de crédito. Segundo Yong, utiliza-se este sistema financeiro em muitas situações, como foi o caso da família dele quando adquiriram o ponto na galeria e também foi o caso quando ele decidiu comprar um carro.

Com referência em relação a este tipo de prática, Hsia Hua Sheng (2008) apresenta um estudo sobre as modalidades de financiamento baseadas em relações familiares entre comerciantes chineses do centro de São Paulo, que vendem no atacado e varejo produtos importados diretamente da China ou não. O autor recupera a ideia de *guanxi*¹¹⁹, que em chinês significa relacionamento, mas que também denota uma forma especial de troca social baseada na confiança e na lealdade, para referir-se a esta forma de capitalização que acabaria reduzindo bastante os custos do crédito. Sheng ainda ressalta que *guanxi* seria a base de diferentes modalidades de crédito como o empréstimo direto entre parentes e

¹¹⁹ Para uma discussão aprofundada sobre a noção de *guanxi*, ver: Chan Kwok Bun (2000), Marcos de Araujo Silva (2008) e Rosana Pinheiro Machado (2009).

amigos, de forma que cultivar o *guanxi* com a participação em associações seria uma característica dos empreendedores chineses.

Os resultados da pesquisa de Sheng apontam que estas formas de financiamento seriam muito mais recorrentes do que o recurso às instituições bancárias. Entre os entrevistados de Sheng com empreendimentos mais antigos, a maioria utilizou-se do que ele definiu como consórcio financeiro no início de suas atividades, especialmente quando no Brasil se apresentavam altas taxas de inflação, os baixos juros nestes meios ofereciam uma grande vantagem. No entanto, como o autor ressalta na pesquisa, estas formas de financiamento também são expressas no fornecimento das mercadorias, em termos de crédito de comércio, seja com os prazos para pagar pelos produtos seja através das vendas consignadas.

Em outra referência, I-Chuan Wu-Beyens (2000) argumenta que este tipo de associação de crédito e poupança rotativa denominado *hui*, que significaria assembleia, facção ou associação, pode ser considerado uma manifestação de base das conexões de negócios chineses, assim como uma chave para analisar vários elementos, como *guanxi*, confiança, pragmatismo, integração e solidariedade de grupo entre chineses. O autor ressalta que este tipo de prática financeira não seria algo restrito a China, citando várias denominações para a mesma prática em diferentes partes do mundo¹²⁰. Contudo, ela teria uma longa tradição na China, que seria bastante expressiva em Taiwan, mas que teria ficado obscurecida no continente durante o período anterior a abertura. No entanto, ela seria especialmente adaptável no exterior, ao que ele demonstra a partir de pesquisas entre migrantes chineses na Bélgica e em Paris.

No caso de São Paulo, estas formas de financiamentos compõem com a atividade comercial nas galerias e feiras da madrugada, tanto na ocupação dos pontos como no provimento das mercadorias. Particularmente para os migrantes que não tem conta em instituições financeiras, ou que depositam pouca confiança no sistema bancário, esta forma

¹²⁰ Já tinha ouvido falar em sistema de crédito rotativo em uma oficina de costura com migrantes paraguaios, mas o recurso a este sistema não parecia muito recorrente. Na pesquisa de Keum Joa Choi (1991) sobre os migrantes coreanos em São Paulo, a autora descreve um tipo de consórcio financeiro que teria sido fundamental para a inserção dos mesmos do setor de confecções, conhecido como sistema Kye, bastante parecido com o sistema de crédito rotativo descrito acima. Na França, também existem registros deste tipo de prática entre migrantes chineses, onde é debatido com o termo “*la tontine chinoise*” (PAIRAULT, 1990).

de financiamento no interior da própria comunidade constitui-se tanto em uma maneira de guardar dinheiro como também de investi-lo. O sistema de crédito rotativo dá ensejo uma forma de financiamento onde o acúmulo proveniente do comércio acaba sendo reinvestimento entre os membros da própria comunidade. Este é um dos elementos que ajudam a entender a recorrência com migrantes chineses se engajam no comércio.

4.4.3 Ativando links na China e circulando pelo Brasil a partir de São Paulo

As relações associativas entre os chineses em São Paulo também são componentes desta dinâmica social que articula Brasil e China através da circulação de pessoas e mercadorias, mais do que isto elas são um ponto forte desta articulação. As associações e câmaras de comércio são muitas e também floresceram bastante ao longo dos últimos 20 anos. A Associação Chinesa do Brasil constitui uma das entidades mais representativas, congregando mais de 30 outras associações concentradas principalmente em São Paulo, mas também presentes em outras partes do país. Surgiu no começo dos anos 80 para fazer um trabalho voltado a orientação dos migrantes que se encontravam em São Paulo em relação à documentação. Quando se estabeleceu a embaixada da China em Brasília em 1974, não existia o consulado em São Paulo e a associação prestava este serviço auxiliar. No entanto, mesmo depois de instalado o consulado, a associação continuou desempenhando um importante papel. Para além das orientações relativas à regulação migratória e também aos aspectos de difusão da cultura, as associações são lugares de trocas de informações e canais para oportunidades de negócios, de ambos os lados.

A atual presidente da Associação Chinesa do Brasil, Heida Li¹²¹, 60 anos, participa da mesma desde o princípio. Naturalizada brasileira, chegou ao país na década de 1970 proveniente de Hong Kong. Ela própria tem uma empresa de consultoria que desenvolve projetos comerciais e comenta que há 15 anos, não existiam tantas câmaras de comércio como existem hoje. Em seu caso, como ela fala português e chinês, desempenha este papel de intermediação há muitos anos. Um dos serviços prestados pela associação é justamente

¹²¹ Entrevistada em setembro de 2013

de interprete juramentado, também promovem intercâmbios culturais para a China. No entanto, a relação com os migrantes chineses espalhados pelo Brasil é o foco da atuação da entidade. Com o aumento da migração ao longo dos últimos 20 anos, outras associações foram criadas de acordo com as províncias de origem dos migrantes, sendo a Associação de Guangdong uma das mais expressivas, além da Associação de Zhejiang; e mesmo por cidades, como Wenzhou, Guangzhou, Qiangtin. Onde a concentração de migrantes é menor, as associações são denominadas pelo local de atuação com a Associação Chinesa do Rio, Associação dos Chineses do Nordeste. Muitas destas associações teriam sido criadas com a orientação da Associação Chinesa do Brasil. Porém, outras associações já existiam anteriormente como o Centro Social Chinês de São Paulo que seria ligada aos taiwaneses.

A Associação Chinesa do Brasil, por sua vez, uma das entidades que mantém vínculos com o *Overseas Chinese Affairs Office Of State Council* na China¹²², que se ocupada da reaproximação e manutenção dos vínculos com os chineses no exterior, incentivando que eles se reúnam em associações que se espalham por várias partes do mundo. Para a função de presidente da associação, Heida Li teve seu nome referendado pela instituição:

Na verdade, praticamente a gente é nomeado a algum cargo, lógico a gente não ganha nada, só ganha trabalho. Você sabe que um vereador na China não ganha dinheiro, só trabalho. Cada um tem o trabalho dele, mas o cargo de vereador, deputado são trabalhos voluntários. Então, a gente aqui em nossa comunidade, tem algumas pessoas também que são nomeadas pelo governo chinês para trabalhar com esta relação. Então eu faço parte, a gente faz reunião lá no início do ano para levar as nossas opiniões, a realidade né, para conhecer a deles também.

Neste ponto que retomamos as considerações de Biao Xiang (2007), sob as orientações mais recentes do novo regime de mobilidade na China. O autor argumenta que em um primeiro momento pós-abertura havia uma orientação de buscar atrair os chineses no exterior para o retorno direto a terra natal, depois um novo pensamento de procurar fomentar retornos temporários ou até mesmo virtuais através de projetos colaborativos, o que borraria as divisões entre retornados e a diáspora. Segundo Xiang, o governo propôs

¹²² Taiwan também teria um órgão similar denominado *Overseas Community Affairs Council*.

formalmente o slogan ‘*serve the country, (from abroad)*’ (*weiguo fuwu*) em substituição a antiga expressão ‘*return and serve the country*’ (*huiguo fuwu*) (op. cit., p.16). Xiang fala de algumas diretrizes que parecem se comunicar perfeitamente com o caso das associações dos chineses no Brasil:

The Overseas Chinese Affairs Office of the State Council launched the “Developing the Motherland and Benefiting/Assisting Overseas Chinese” (*xingguo-liqiao-zhuqiao*) plan in 2002. The plan pairs up Chinese associations in North America (mainly professionals) with those in Southeast Asia (mainly business groups) to facilitate their collaboration. The plan also promotes websites of Chinese associations and proposes web-based business and technology fairs participated by Chinese in all over the world. (op. cit. p. 15)

No Brasil, um dos canais de contato com os migrantes é justamente a rede brasileira de migrantes chineses ¹²³, ao que se pode notar no site entre as lideranças destas associações existem muitos empresários que trabalham com importação e exportação, que trazem bijuterias, artigos de decoração e de cozinha, toda sorte de mercadorias, mas também levam produtos brasileiros que tem uma boa aceitação na China, como própolis e pedras semipreciosas, por exemplo, além daqueles que trabalham diretamente com câmaras de comércio, na intermediação com empresários brasileiros que buscam o território chinês para produzir. Aqui vemos que o crescimento das trocas comerciais entre China e Brasil, de um modo geral, e os circuitos ligados ao comércio nas galerias se tocam e não ocorrem como universos paralelos. Conforme indica a pesquisa de Piza (2012), a comercialização de mercadorias ‘*made in china*,’, direcionadas para empresas mais capitalizadas e distantes do centro da cidade, não difere tão substancialmente do comércio nas galerias em termos de vias de importação, possuindo muitos vasos comunicantes.

Por meio destas associações é possível para os governos das províncias chinesas procurarem canais de distribuição junto aos migrantes e assim fomentarem as suas economias locais. Como é o caso de Yiwu, na província de Zhejiang, onde uma empresa estatal controla o maior mercado atacadista de pequenas commodities do mundo, e que mantém contato com a Associação Chinesa do Brasil:

¹²³ <http://hbpd.bxqw.net/>

O pessoal de Yiwu faz uns 4, 5 anos atrás o pessoal descobriu que o mercado aqui é imenso. Praticamente, 90% dos produtos são captados de lá. Então o problema era assim, fazer um levantamento, por isso que eles vieram pra cá e queriam saber se não tem como expandir o investimento aqui. O governador e o prefeito estiveram aqui. Yiwu não tem muita gente aqui porque na verdade é uma cidade muito pequena, que concentra fábricas. Hoje lá tem até o pequeno e grande empresário brasileiro porque ele mora lá, porque de fato é mais fácil. Assim se chega algum modelo, ou se eles querem fabricar alguma coisa diferente, então eles já falam direto com a fábrica.

O mercado imenso em questão é justamente São Paulo, especialmente a 25 de março e em menor medida o Brás. Mesmo na China, a 25 de março é conhecida como um reduto da migração chinesa e também como principal ponto a circulação das mercadorias pelo Brasil. Mas outros lugares como Pernambuco no nordeste também nesta dinâmica comercial:

Porque assim, a 25 de março e lá no Brás não vai acabar, continua, mas eu acho que a gente tem que abrir outros mercados e trazer as fábricas pra cá também. Digamos que o mercado hoje, o pouco que eu conheço, na 25 de março, os clientes, 30% são do norte e nordeste ou mais. Eu falei para o pessoal de Yiwu, podemos fazer uma 25 de março lá no nordeste. Porque não né, enfim, e isso, você acaba gerando mais economia, porque não precisa tudo aqui em São Paulo, a gente já não suporta mais, a gente já não consegue mais andar de carro. Então, no meu ponto de vista o caminho para melhorar esta relação é trazer tecnologia e usando a matéria prima do nosso país vai crescer do outro lado. Principalmente norte e nordeste porque assim, hoje já tem bastante chinês lá. Mas ainda é muito pouco, não tem como assim, eu acho que tem que concentrar mais, fazer um projeto.

Existe uma comunicação entre importadoras sediadas em São Paulo e a distribuição das mercadorias chinesas em outros mercados como Shopping Oiapoque em Minas Gerais, Feira do Paraguai de Brasília, entre outros. Marcos de Araujo Silva (2008) em sua pesquisa sobre a migração chinesa em Pernambuco, entre Caruaru e Recife, reconstrói a ligação dos migrantes chineses daquela localidade com outros contextos como São Paulo e Ciudad del Este, e como ela vai se transformando ao longo do tempo. De acordo com o autor, apesar de uma sessão da tradicional feira de Caruaru ser conhecida como Feira do Paraguai, as mercadorias produzidas na China gradualmente deixaram de ser trazidos de Ciudad del Este

e passaram a São Paulo ou mesmo Recife, onde também existem importadoras de migrantes chineses.

O que procuramos demonstrar aqui não é que estas associações sejam elas mesmas realizadoras deste trânsito de mercadorias, mas elas promovem esta dinâmica social ao fomentar vínculos que conectam as diferentes gerações de migrantes com os mercados fornecedores na China. De acordo com Chan Kwok-Bun (2000), no esforço de se interpretar a recente revitalização econômica na China e traçar correlações com a diáspora chinesa, existe um grande ímpeto por examinar a gênese e a utilidade das redes de negócios chineses. Para Bun, uma enorme ênfase tem sido atribuída ao lado cultural das redes chineses como a ideia de um acordo amigável selado com um aperto de mãos entre amigos, mais do que um documento legal. No entanto, segundo o autor, por mais que os migrantes chineses tenham inicialmente trazido com eles uma cultura “original” para a sociedade que os hospeda, sua conduta subsequente deve ser necessariamente entendida em termos de sua percepção, assim como reações coletivas para a evolução histórica e a realidade contextual das sociedades receptoras.

“Without a common concept of the Chinese in unchanging terms, finding a singular culture in China and overseas among the mainlanders and Chinese overseas is reductionistic and does not square with the geopolitical realities of history today (...) Moreover, in the light of Chinese business networks gaining prominence as an alleged mechanism for business contact within the Chinese diaspora, there is hint at a desinification-resinification tendency in the scholarly literature. On the one hand, ethnic Chinese outside mainland China have reacted and adapted to countries – always mindful of the interplay of local, regional and international influences. This has necessarily contributed to considerable desinification – largely as a consequence of the Chinese having to live with the others in their adopted lands. On the other hand, with China’s rising economic prominence, there is perhaps an observable enthusiasm on the part of ethnic Chinese in adopting particular traits and practices associated with being Chinese” (op. cit, p.3-4)

O argumento de Bun (2000) é de que alguns tipos de agenciamentos recorrentes entre os migrantes chineses, como a inserção frequente no comércio, são decorrentes de adaptações em relação às condições locais nas quais se encontram como migrantes, e não apenas traços culturais de origem. As ligações diretas que se estabelecem com a China através da importação parecem muito mais mediadas por associações, câmaras de

comércio, representantes comerciais e empresas de logística e mesmo políticas orientadas para a facilitação dos negócios do que apenas a ideia da mobilização das redes de proximidades conectando pessoas de um lado ao outro do planeta. Trata-se antes de vínculos construídos e que dependem de uma série de mediações.

Uma série de elementos históricos, culturais e associativos concorre para a recorrência com que os migrantes chineses atuem no comércio. Os elementos aqui apresentados sobre a presença chinesa nos centros de comércio popular de São Paulo apontam muito mais para um programa de pesquisa a ser realizado, do que propriamente para conclusões assertivas sobre o tema. Muitas questões restam em aberto para serem melhor demonstradas, debatidas e examinadas.

Conclusão

Depois de ter procurado reconstituir um campo social marcado por atores tão dispares e com uma ampla variedade de temáticas específicas envolvidas, em meio a este mosaico, cabe a pergunta: o que esta tese diz? De um modo geral, esta tese problematiza, a partir dos mercados populares do centro de São Paulo, fronteiras de expansão do capitalismo contemporâneo. Trata-se de tendências que se desenvolvem tendo por base o consumo entre a população de menor renda como horizonte de expansão econômica e o crescente engajamento de pessoas no mercado como autônomos, no caso em questão através de atividades comerciais, sob o discurso do empreendedorismo. Os processos pelas quais os mercados populares do centro de São Paulo vêm passando, refletem tendências das dinâmicas econômicas que avançam sobre o consumo popular ao mesmo tempo que o produzem. Neste sentido, vai além de um efeito de aumento de demanda por conta de uma oscilação da renda na base da pirâmide social.

Brás, 25 de março e Santa Ifigênia são pontos de observação privilegiados para refletirmos sobre estas tendências. Não é o caso de um circuito alternativo ao capitalismo, mas uma direção por onde ele se expande atualmente. Assim como também não constitui uma dinâmica que ocorre ao largo das relações estatais, pelo contrário, é um campo sob o qual vem se produzindo novas práticas de governo, formas de controle e fiscalização. A partir desses espaços, podemos enfatizar outras referências sobre as representações usuais da globalização, enfatizando diferentes atores, circuitos e percursos. através das dinâmicas socioeconômicas abordadas nesta tese coloca em evidência o crescimento das trocas no eixo sul-sul, sobretudo com a crescente migração transnacional e de mobilidades comerciais, notadamente de países vizinhos sul-americanos (Bolívia, Paraguai e Perú), mas também da África e da Ásia, com destaque para os chineses.

Para discutir essas questões, partimos de uma perspectiva teórica que problematiza das relações entre cidade e mercado na maneira como as trocas se territorializam. De modo que mercado aqui não foi apresentado como uma relação binária entre oferta e demanda, mas sim como um campo de lutas por oportunidades de troca, espaço de conflitos. Nesta perspectiva, quando descrevemos o cotidiano das relações nas galerias, feiras da madrugada

e nas ruas do Brás, 25 de março e Santa Ifigênia, o Estado não é um ator externo ao mercado, este também o compõe e da forma. Buscou-se demonstrar a maneira como as regulações e as formas de controle, assim como as estratégias para contorná-las, estão implicadas na constituição dos espaços de trocas.

Vimos que a partir de seus pontos comerciais se agenciam circuitos que situam estes espaços para muito além dos limites da cidade. Neste sentido, 25 de março, Brás e Santa Ifigênia são lugares que vêm passando por um rápido processo de transformação ao longo dos últimos anos. Estes locais em larga medida eram vistos como deteriorados, muitas vezes caracterizados como local de uma economia de subsistência e de subemprego. Estas representações contrastam fortemente com os circuitos de riqueza e a escala dos fluxos articulados. Os espaços foram resituados em função do tipo circulação que passaram a agenciar, procurou-se demonstrar isto partindo da ideia de “degradação” do centro, passando pelos projetos de revitalização e, por fim, pelas transformações operadas pelo chamado crescimento do consumo popular.

A partir da ideia de ponto, tal qual formulada por Flávio Villaça (1998), mas que também é uma categoria de uso corrente que designa uma unidade de comércio e o lugar em que esta se localiza, buscamos discutir o intenso processo de valorização ocorrido na região central da cidade. Assim descrevemos uma fragmentação crescente dos pontos comerciais que vem tomando o lugar do comércio tradicional e ocupando antigos galpões em desuso pela multiplicação das galerias e mesmo ampliando a mancha de comércio nestas regiões. Vimos também o lugar central que a feira da madrugada passou a ocupar no Brás, com uma dinâmica parecida com as galerias em termos da disposição dos espaços de comércio, mas cuja gestão depende de negociações com o poder público, enquanto as galerias são espaços privadas. Este processo de fragmentação do comércio está associado à produção do valor do espaço que, apesar das imagens que as associam a degradação, consta entre os mais caros da cidade.

O valor localidade também se associa diretamente ao tipo de circulação que estes mercados populares agenciam. A partir da metáfora do bazar e do balcão de oportunidades, foi feita uma apresentação das muitas excursões que se dirigem a região central com pessoas em busca de mercadorias para abastecer seus empreendimentos. Vindas de vários

lugares, elas percorrem os corredores das galerias, feiras da madrugada e circulam entre o Brás, 25 de março e a Santa Ifigênia a procura de oportunidades de negócios. Trata-se de lojistas, pequenos comerciantes e camelôs de outras cidades e outros centros de comércio popular que se engajam no mercado enquanto autônomas. De modo que São Paulo acaba tendo uma centralidade para outros mercados populares para muito além dos limites da cidade e da região metropolitana.

As formas de controle que incidem sobre estes espaços também foram reconfiguradas. Isto se expressa na maneira como o campo problemático da informalidade foi sobreposto pela ideia de empreendedorismo. Difundido amplamente na atualidade, trata-se de uma orientação subjetiva e prática para o engajamento das pessoas no mercado como autônomas, que desloca a questão da inserção produtiva pautada pelo trabalho assalariado. A partir do momento em que o empreendedorismo foi instituído como uma figura jurídica própria, o microempreendedor individual se estabeleceu como uma política de formalização que vai incidir justamente nestes contextos associados a mercados populares. O que procuramos demonstrar neste ponto é que a partir da formalização, estes milhares de trabalhadores autônomos, agora constituídos juridicamente como empresas, passam a ser uma fronteira de expansão capitalista. O MEI altera o status jurídico e estabelece um campo de negócios para outras empresas na medida em que dá segurança ao definir a relação como comercial.

Vimos, no entanto que esta política de formalização não foi colocada como possibilidade para todos. Em relação aos ambulantes, que foram parte integrante da formação destes mercados populares no centro da cidade, viu-se o recrudescimento da repressão policial e a crescente criminalização de suas atividades. O período em que a pesquisa de campo foi realizada marcou-se pela militarização da gestão urbana, não apenas no sentido dos oficiais da reserva da Polícia Militar que ocupavam os cargos executivos da administração municipal, mas pela forma de incidência sobre os espaços públicos. Procuramos demonstrar como a forma de atuação em relação aos ambulantes se alterou, deixando de referenciar-se pela regulação do uso e ocupação do solo fiscalizada por agentes municipais e guarda civil metropolitana, para uma tática de ocupação permanente exercida pela Polícia Militar de lugares estratégicos, com maior circulação e atividade comercial. Este programa é conhecido como Operação Delegada e continua em vigor atualmente. Os

gestores passaram a associar o banimento dos ambulantes das ruas como uma medida securitária, “livrar” as vias públicas para os pedestres, diminuir aglomerados urbanos e reduzir situações potenciais de risco. Assim, tentamos mostrar que o efeito marginal desta política também convergiu para a valorização das galerias, na medida em que os ambulantes procuraram alternativas à rua.

As dinâmicas transnacionais que se articulam a partir das galerias e feiras da madrugada são uma das características mais marcantes dos mercados populares do centro de São Paulo. Ao longo dos últimos anos a cidade passou a se constituir como um polo de migração transnacional e nestes centros de comércio muitos deles encontram uma forma de atuação. Nas galerias e feiras da madrugada encontram-se migrantes de várias origens, bolivianos, chinesas, peruanos, paraguaios estariam entre os mais recorrentes. Visamos demonstrar como os fluxos migratórios apontam para outra dimensão das trocas sul-sul e uma nova geografia da produção e circulação de riquezas no capitalismo contemporâneo.

Abordamos como se operou uma mudança de rotas dos produtos fabricados no sudoeste asiático e a triangulação de Ciudad del Este para São Paulo. A circulação de mercadorias através de sacoleiros pela ponte da amizade teve um grande impulso na segunda metade dos anos 1970, sobretudo em decorrências das oportunidades criadas pela sobretaxação dos supérfluos. Em São Paulo, a galeria Pagé era um grande centro de redistribuição destas mercadorias que se espalhavam na cidade através dos ambulantes. Diversos fatores contribuíram para deslocar este fluxo a partir da abertura econômica na primeira metade dos anos 1990, dentre eles o controle do movimento de ônibus para Foz do Iguaçu. Procuramos mostrar que depois a importação de produtos, sobretudo, originários da China, passou a ser realizadas diretamente por empresas importadoras situadas no centro de São Paulo, alterando os caminhos de entrada: das margens estreitas ponte da amizade aos contêineres pelos portos de Santos, Paranaguá e Rio de Janeiro.

Esta mudança também esteve associada ao aumento da migração chinesa para a cidade de São Paulo. As galerias constituem uma mediação importante como forma de inserção destes migrantes na cidade. A migração chinesa já é a segunda maior em termos dos fluxos migratórios desde os anos 1990, ficando atrás apenas dos migrantes bolivianos. No entanto, ainda são poucos os estudos que problematizam este tema. Nesta pesquisa,

abordamos três pontos que nos parecem estruturantes para esta dinâmica que associa migração e a circulação ampliada de mercadorias: as próprias galerias comerciais e a divisão do trabalho que orienta a forma como os migrantes chineses atuam nestes espaços, a importância de um sistema próprio de crédito rotativo desenvolvido no interior da comunidade, e, por fim, o papel das associações que reagrupam os migrantes de acordo com as províncias na China e constituem uma mediação importante com as dinâmicas do outro lado do planeta. Dois lugares na China em particular indicam uma comunicação direta com os mercados populares de São Paulo: Guangzhou e Yiwu.

No entanto, visamos demonstrar que não apenas por migrantes chineses são construídas estas dinâmicas transnacionais dos mercados populares. Em São Paulo, a diversidade de origens é uma característica marcante, procuramos demonstrar que atualmente não apenas os migrantes chineses são responsáveis por trazer as mercadorias da China, por exemplo, e que este trânsito também é operado por outros atores além dos chineses. De certo modo, as condições de mercado produzidas e estimuladas pelos governos locais em Guangzhou e Yiwu reduziram enormemente as barreiras de capital para a operacionalização do comércio internacional e introduziram uma série de novos atores nesta dinâmica, no começo os próprios migrantes chineses dispersos pelo mundo, mas agora também pessoas de várias partes do planeta se dirigem para estas cidades. Mais do que apenas o preço das mercadorias, as condições de mercado produzidas para viabilizar a sua circulação conferem lugar central a Guangzhou e Yiwu. Mesmo que as mercadorias não sejam produzidas nestas duas cidades, elas são a janela para sua distribuição ampliada.

Bibliografia

- AGUIAR, Ana Lúcia de Oliveira. **Entre o comércio informal e as margens do ilegal: práticas de trabalho na rua 25 de março**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2013.
- ALBA, Carlos & FREIRE, Carlos. Les vendeurs ambulants à Mexico et São Paulo face aux politiques de réaménagement des centres historiques. In: Christian Azaïs; Marielle Pepin-Lehalleur. (Org.). **Modes de gouvernance dans quatre métropoles latino-américaines** (Buenos Aires, Caracas, Mexico et São Paulo). 1ed.: v. , p. 193-242, 2014.
- ARRUDA, A. M. T. **A presença libanesa em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2007.
- BARREAU-TRAN, Léa. **Mulher que viaja é que tem muitos compromissos: trajetórias de comerciantes Angolanas em trânsito na cidade de São Paulo**. (Mimeo), 2013.
- BIATO Junior, Oswaldo. **A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: origens e perspectivas (1993-2006)**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilization matérielle, économie et capitalisme 2. Les Jeux de l'échange**. Paris: Armand Colin, 1979.
- BUENO, M. S; KHOURY, D. **Redes de acolhimento para a imigração libanesa em São Paulo**. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, 2008.
- BUN, Chan Kwok. Introduction: State, Economy and Culture: Reflections of the Chinese Business Networks. In: C. Bun (ed.) **Chinese Business Networks: State, Economy and Culture**, Nordic Institute of Asian Studies, Copenhagen: Prentice Hall, p.1-13, 2000.
- CHANG-SHENG, Shu. **Rio de Janeiro recebeu os primeiros imigrantes chineses**. (mimeo), 2012. Disponível em: <http://oestrangeiro.org/2012/04/12/chineses-no-rio-de-janeiro/>. Acessado em 10/02/2014.

- CHOI, Keum Joa. **Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil**. 1991. Dissertação. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- CORSEUIL, Carlos H.; NERI, Marcelo; ULYSSEA, Gabriel. **Uma Análise Exploratória dos Efeitos da Política de Formalização dos Microempreendedores Individuais**. IPEA: Rio de Janeiro, 2014.
- CÔRTEZ, Tiago Rangel. **Os migrantes da costura: retalhos de trabalho, cidade e Estado**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- COSTA, Elizabeth Goldfard. **Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo**. São Paulo, Nova Stella: EDUSP, 1989.
- COSTA, Luciano. **Glamour e Boca do Lixo: história da prostituição no centro de São Paulo**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.
- CUNHA, N. V.; MELLO, P. P. T. “SAARA: reinventando etnicidades e ambiências urbanas num mercado popular carioca”. In: REGINENSI, Caterine (Org.). **Cidade: Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 120-137, 2006.
- _____; _____. Libaneses & Chineses: sucessão, conflito e disputa numa rua de comércio do Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, v. 1, p. 155-169, 2006b.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, n. 8, junho de 2008.
- DE TOMMASI, L.; VELAZCO, D. J. A. “A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária”. **35º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu (MG), 2011.
- FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. **American Ethnologist**, 29(4), pp. 981-1002, 2002.

- FLIGSTEIN, Neil. *Markets as politics: a political-cultural approach to Market Institutions*. **Annual meetings of the Society for the Advancement of Socio-Economics**, New York City, March, v.61, n.4, 1993.
- FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão**. São Paulo: Boitempo: 2004.
- FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- _____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.
- FRANÇOIS, Pierre. **Pour une sociologie dès marchés**. Paris: Armand Colin, 2009.
- FREIRE DA SILVA, Carlos. **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- _____. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. In: Cabanes, Robert; Georges, Isabel; Rizek, Cibele; Telles, Vera. (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, v. , p. 57-73, 2011.
- _____. Mercado Informal e Estado: jogos de poder entre tolerância e repressão. In: Azaïs, Christian; Kessler, Gabriel; Telles, Vera. (Org.). **Ilegalismo, cidade e política**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, v. , p. 57-80.
- FREIRE, Carlos; CORTÊS, Tiago (orgs): Dossiê: migrantes paraguaios em São Paulo. In: **Travessia** - São Paulo, n.74 –jan à jun, 2014.
- FREITAS, Patrícia Tavares. **Imigração e Experiência Social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 2009.
- FRIEDMAN, Thomas. **O Mundo é Plano: Uma História Breve do Século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

- FRÚGOLI JR, Heitor; SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo - questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. **Cuadernos de Antropologia Social**, n. 30, 2009.
- FRÚGOLI JR, Heitor. **Centralidades em São Paulo: trajetórias, conflitos e negócios na metrópole**. São Paulo: Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.
- _____. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 16, pp. 51-66, junho/2001.
- FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- GEERTZ, Clifford. The Bazaar Economy: information search in peasant marketing. **The American Economic Review**, Vol. 68, n. 2, pp. 28-32, 1978.
- GOMES, M. F. C. M; REGINENSI, C; BAUTES, N. Les commerçants ambulants et leurs clients à Rio de Janeiro. **Espaces et sociétés**, v. 135, pp. 79-97, 2007.
- GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos a feira de sulanca: uma inserção de migrantes em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- GRANOVETTER, M. (1973). The strength of weak ties. In: **American Journal of Sociology**, University Chicago Press, Chicago, v. 78, Issue 6, p.1930-1938.
- GUERREIRO, A. A. D. **Pop Center Brás – de comerciantes nas ruas a estabelecidos no comércio popular**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.
- HIRATA, D. V. A produção das cidades securitárias: polícia e política. **Le monde diplomatique Brasil**, v. 56, 2012.
- ITIKAWA, Luciana Fukimoto. **Trabalho informal nos espaços públicos no centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas**. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- KONTIC, Branislav. **Aprendizado e metrópole: a reestruturação produtiva da**

- indústria do vestuário em São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- _____. **Inovação e Redes Sociais: a indústria da moda em São Paulo.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- KOPPER, Moisés. De Camelôs a Lojistas – etnografia da transição do mercado de rua para um shopping popular em Porto Alegre/RS. **Anais da 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia.** São Paulo, 2012.
- LEITE, José Roberto Teixeira. **A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas.** Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, Dec. 2010
- LIMA, Livia de Souza. **Nas teias do ilegalismo: o shopping popular Oiapoque.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.
- LOREIRO, Heitor. Mascates, sapateiros e empresários: um estudo da migração armênia em São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho/2011.
- MACHADO da SILVA, Luis Antônio. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, n. 37, p.81-109, jul-dez/2002.
- MARCUS, George. Ethnography in/on world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Reviews Anthropological**, n. 24, pp. 95-117, 1995.
- MARIO SERRA TRUZZI, Oswaldo; SACOMANO NETO, Mário. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 47, n. 2, Junho/2007.

- MATHEWS, Gordon; VEGA, Carlos Alba. "Introduction: what is globalization from below?" In: ____; ____; RIBEIRO, Gustavo Lins (Eds). **Globalization from Below: The world's other economy**. New York: Routledge, 2012.
- MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil e Paraguai 1955-1980**. Campinas: Papirus, 1987.
- MISSE, M. "As ligações perigosas: mercado informal, ilegal, narcotráfico e violência no Rio". In: _____. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- NAKANO, Kazuo; CAMPOS, Candido Malta; ROLNIK, Raquel. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. In: EMURB. **Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo: PMSP/CEBRAP/CEM, 2004.
- NERI, Marcelo (Coord). **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.
- NUN, José Luis. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latinoamericana de Sociologia**, v. 5, nº. 2, jul, 1969.
- OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebap 2**. São Paulo, pp.3-82, out/1972.
- OLIVEIRA, Lineu Francisco de. **Mascates e sacoleiros: empreendedores que construíram uma região – rua 25 de março desde 1865 fazendo história**. São Paulo: Scortecci, 2010.
- OSMAN, Samira Adel. Mascates árabes em São Paulo: concentração urbana e inserção econômica. **Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n.2, 2009.
- PAIRAULT, Thierry **L'Intégration silencieuse: la petite entreprise Chinoise en France**. Paris: L'Harmattan, 1990.
- PAMPLONA, João Batista. **O comércio de rua na Cidade de São Paulo: evolução recente, perfil e política de regulação**. Rio de Janeiro: BNDES; ANPEC, 2010.

Disponível

em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/PDE2009_PUCSP_Pamplona.pdf. Acessado em: 14/06/2014.

_____. “A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo”. In: **Caminhos para o centro: estratégias para o desenvolvimento da região central de São Paulo**. São Paulo: EMURB/CEBRAP, 2004.

PERALDI, Michel. “Aventuriers du nouveau capitalisme marchand. Essai d'anthropologie de l'éthique mercantil”. In: ADELKHAH, Fariba; BAYART, Jean-François. **Voyage du développement. Émigration, commerce et exil**. Paris: Karthala, 2007.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **A garantia soy yo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

_____. A ética confucionista e o espírito do capitalismo: narrativas sobre moral, harmonia e poupança na condenação do consumo conspícuo entre chineses ultramar. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 145-174, jul./dez. 2007.

_____. “Fábrica de sonhos em *sweatshops*: dilemas da construção da igualdade da China pós-Mao”. In: LIMA, Roberto Kant de (Org.). **Antropologia e direitos humanos V**. Rio de Janeiro: Booklink, p. 350-388, 2008b.

_____. **Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

_____. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 23, n. 67, p. 117-133, 2008.

_____. “Uma ou duas Chinas?” A “questão de Taiwan” sob o ponto de vista de uma comunidade chinesa ultramar (Ciudad del Este, Paraguai). **Civitas**, v. 10, n. 3, p. 468-489, 2010.

PIZA, Douglas Toledo. **Um pouco da mundialização contada a partir da região da rua 25 de Março: migrantes chineses e comércio “informal”**. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

PLIEZ, Olivier. **Des jeans chinois dans les rues du Caire, Une promenade à travers les espaces discrets de la mondialisation par le bas**. *M@ppemonde* 88, 2007. Disponível em: <http://mappemonde.mgm.fr/num16/articles/art07404.html>. Acessado em 02/02/2013.

_____. Toutes les routes de la soie mènent à Yiwu (Chine). *L'espace géographique*, vol.2, pp. 131-144, 2010.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe media? o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTES, A; CASTELLS, M. "World Underneath: the origins, dynamics, and effects of the informal economy". In: PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A. (Orgs). *Informal Economy – studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

PORTES, Alejandro. "Globalization from below". In: SMITH, W. P.; KORCZENWICZ, R. P. *Latin America in the World Economy*. Westport, CN: Greenwood Press, 1997.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira**. Tese (Doutorado em Antropologia) Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

_____. "Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma re- interpretação". In: SEYFERTH, G.; PÓVOA, H.; ZANINI, M. C.; SANTOS, M. (Org.). **Mundos em Movimento: Ensaio sobre migrações**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, p. 287-312, 2007.

_____. Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai). *Etnográfica*, Lisboa, v. 15, p. 83-107, 2011.

- _____. “Ciudad del Este and Brazilian circuits of commercial distribution”. In: MATHEWS, Gordon; RIBEIRO, Gustavo Lins; VEGA, Carlos Alba (Eds). **Globalization from Below: The world’s other economy**. New York: Routledge, 2012.
- _____. Dimensões da espacialização da troca: a propósito de mesiteros e sacoleiros em Cidade Del Este. **Ideação** - Revista do Centro de Educação e Letras do Camus de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, v. 6, n. 6, p. 151-176, 2004b.
- RABOSSA, F. . Los caminos de la informalidad. In: **XXVII International Congress of the Latin American Studies Association**, 2007, Montreal. After the Washington Consensus: Collaborative Scholarship for a New América, 2007.
- RABOSSA, F. . En la ruta de las confecciones. Crítica en Desarrollo. **Revista Latinoamericana de ciencias sociales**, v. 2, p. 151-171, 2008.
- RAMACHIOTTI, Bruna Augusta Mattos. **O mercado como dispositivo de gestão da ordem em uma favela paulistana ou quando a pobreza se tornou solução**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- RAMIRES, Francisco José. **Severinos na metrópole: a negação do trabalho na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- RAUD-MATTEDI, C. Análise Crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. In: **Política e Sociedade**, v. 6 pp 59-82, Florianópolis, 2005
- RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, out./2010.
- _____. Economic Globalization from Below. **Etnográfica** X, n. 2, pp. 233-49, 2006.
- _____. “Globalization from below and the non-hegemonic world-system”. In: MATHEWS, Gordon; RIBEIRO, Gustavo Lins; VEGA, Carlos Alba (Eds). **Globalization from Below: The world’s other economy**. New York: Routledge, 2012.

- ROY, Ananya. Urban informality : toward an epistemology of planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 71, n. 2, pp. 147-158, 2005.
- _____. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. **Regional Studies**, v.43, n. 6, pp. 819-830, 2007.
- _____. **Poverty capital: microfinance and the making of development**. New York: Routledge, 2010.
- _____. Civic governmentality: The politics of inclusion in Beirut and Mumbai. **Antipode**, v. 41, n. 1, pp. 159-179, 2009.
- RUGGIERO, V. “Securité e criminalité économique” In: KOKOREFF, Michel; PÉRALDI, Michel; WEINBERGER, Monique (Orgs). **Économies criminelles et mondes urbains**. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.
- _____. **Crime and makets. Essays in anti-criminology**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SCIRÉ, Claudia. **Consumo popular, fluxos globais: práticas e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2012.
- SHENG, Hsia Hua. Modelos de financiamento baseados em relações pessoais: experiência de empreendedores chineses no Brasil. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 12, n. 3, Set./2008.
- SILVA, Marcos de Araújo. **Guanxi nos trópicos: um estudo sobre a diáspora chinesa em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.
- SILVA, Ronaldo Alexandre do Amaral e. **Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973: um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- SILVA, Silvana Cristina da. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do**

- trabalho na metrópole de São Paulo: os dois circuitos da Economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP).** Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, UNICAMP. Campinas, 2012.
- SOTO, Hernando de. **The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else.** New York: Basic Books, 2000.
- TARRIUS, A. **La remontée des Suds: afghans et marocains en Europe Méridionale.** Paris: L'Aube, 2007.
- _____. **La mondialisation par le bas. Les nouveaux nomades de l'economie souterraine.** Paris: Balland, 2002.
- TELLES, V.S. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos Estudos**, n.84, pp.153-175, 2009.
- _____. “Jogos de poder nas dobras do legal e ilegal: anotações de um percurso de pesquisa”. In: AZÄIS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera. **Ilegalismos, cidade e política.** Belo Horizonte, São Paulo: Fino traço/PPGS – USP, 2012.
- _____. **Fronteiras da lei em disputa.** Cerisy-la-Salle, (Mimeo), 2011.
- THOREZ, Julian. Bazars et routes commerciales en Asie centrale – Transformation post-soviétique et “mondialisation par le bas”. *Revue européenne des migrations internationales*, vol. 24, n°3, 2008.
- TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus.** São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. War Making and State Making as Organized Crime. in **Bringing the State Back In** edited by Peter Evans, Dietrich. Rueschemeyer, and Theda Skocpol - Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo social.** São Paulo, v. 20, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702008000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 10/03/2014.
- _____. **De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo.** São Paulo: Idesp/Sumaré, 1992.

VERÁS, Daniel Bicudo. As diásporas chinesas e o Brasil: a comunidade sino-brasileira em São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUC. São Paulo, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999a (v. 1) e 1999b (v. 2).

WU-BEYEN, I-Chuan . Hui: Chinese Business in Action’, 129-151, in: C. Bun (ed.) **Chinese Business Networks: State, Economy and Culture**. Nordic Institute of Asian Studies, Copenhagen: Prentice Hall, 2000.

XAVIER, Iara Rolnik. **Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na RMSP**. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 2010.

XIANG, Biao. A new mobility regime in the making: what does a mobile China mean to the world?. **Idées pour le débat**, n. 10, p. 1-19, 2007.

DOCUMENTOS

CÂMARA FEDERAL: **Relatório final da comissão parlamentar de inquérito sobre a pirataria**. Brasília, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: **Relatório final da comissão parlamentar de inquérito sobre a “máfia das propinas”**. São Paulo, 1999.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: **Subcomissão para avaliar a formalização da feira da Madrugada – Comissão de constituição e justiça**. Notas taquigráficas sessões: 23/05/2011; 30/05/2011; 06/06/2011; 13/06/2011; 20/06/2011; 27/06/2011; 03/08/2011; 10/08/2011; 17/08/2011; 24/08/2011; 31/08/2011.

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. **Trabalho informal e direito à cidade:** dossiê de violações de direitos de trabalhadores ambulantes e domiciliares imigrantes. São Paulo, 2012.

DIEESE/BID. **As experiências de diálogo social para redução da informalidade: modelo de intervenção social no território.** Brasília, 2014. Disponível in: <http://www.dieese.org.br/livro/2014/experienciaDialogoSocial.pdf> (Acessado em: 06/08/2014)